

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

**PROCÓPIO E A REAPROPRIAÇÃO DO MODELO
TUCIDIDEANO: A REPRESENTAÇÃO DA PESTE NA
NARRATIVA HISTÓRICA (VI SÉCULO D.C.)**

LYVIA VASCONCELOS BAPTISTA

GOIÂNIA

2008

Lyvia Vasconcelos Baptista

**PROCÓPIO E A REAPROPRIAÇÃO DO MODELO
TUCIDIDEANO: A REPRESENTAÇÃO DA PESTE NA
NARRATIVA HISTÓRICA (VI SÉCULO D.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do grau de Mestre em História. Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de Pesquisa: História, Memória e Imaginários Sociais. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Teresa Marques Gonçalves.

GOIÂNIA

2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(GPT/BC/UFG)

Baptista, Lyvia Vasconcelos.
B222p Procópio e a reapropriação do modelo Tucídideano: a
representação da peste na narrativa histórica (VI século d.C. /
Lyvia Vasconcelos Baptista. – 2008.
148 f.

Orientadora: Profa. Dra Ana Teresa Marques Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás.
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2008.

Bibliografia: f. 139-148.

1. Império Bizantino 2. Procópio, 490 d.C. 3. Tucídides,
465-395 a.C. I. Gonçalves, Ana Teresa Marques II. Universi-
dade Federal de Goiás. **Faculdade de Ciências Humanas e**
Filosofia III. Título.

CDU: 930

LYVIA VASCONCELOS BAPTISTA

**PROCÓPIO E A REAPROPRIAÇÃO DO MODELO TUCIDIDEANO: A
REPRESENTAÇÃO DA PESTE NA NARRATIVA HISTÓRICA (VI SÉCULO D.C.)**

Dissertação defendida pelo Programa de Pós-graduação em História, nível Mestrado, da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, aprovado em _____ de _____ de _____ pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Professora Doutora Ana Teresa Marques Gonçalves/UFG
Presidente

Professor Doutor Anderson Zalewski Vargas/UFRGS
Examinador

Professor Doutor Carlos Oiti Berbert Júnior/UFG
Examinador

Professora Doutora Libertad Borges Bittencourt/UFG
Suplente

AGRADECIMENTOS

As informações apresentadas nesta dissertação são os resultados de dois anos de pesquisas e leituras, cuja intensidade foi proporcionada pelo recebimento de uma bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação. Aos funcionários do Departamento de Pós-Graduação em História, agradeço pelo cuidado e responsabilidade com os quais mediarão essa relação.

No curso da investigação tive o privilégio de encontrar excelentes companheiros e invejáveis pesquisadores, agradeço a eles pelas discussões teóricas, compartilhamento de projetos profissionais e agradáveis conversas pessoas: Henrique Modanez de Sant'Anna, Rafael da Costa Campos, Dominique Vieira Coelho dos Santos, Luana Neres de Sousa, Edson Arantes Júnior. Nesse caso, agradecer não significa término algum, pelo contrário.

A participação em eventos e debates possibilitou o contato com grandes historiadores e professores que, muito gentilmente, com perguntas ou sugestões contribuíram para fortalecer a lucidez da escrita e do desenvolvimento argumentativo. Destaco os nomes de Rafael Faraco Benthien e Henrique Fortuna Cairus.

Se o projeto dissertativo foi influenciado pelas profundas discussões e contatos com outros pesquisadores, aos Professores Norberto Luiz Guarinello e Carlos Oiti Berbert Júnior, devo as noites em claro, silenciosamente, fitando o trabalho. Agradeço as considerações e as sugestões apontadas na banca de qualificação, que resultaram numa imperiosa necessidade de reflexão.

Aos componentes da banca da defesa, ofereço um enorme agradecimento à professora Libertad Borges Bittencourt, pela amabilidade com a qual aceitou o convite para

ser suplente e, novamente, ao professor Carlos Oiti pela disposição em, mais uma vez, ler, discutir e, portanto, contribuir com o meu enriquecimento pessoal e profissional. Ao professor Anderson Zalewski Vargas agradeço a atenção e cortesia dispensadas ao nosso contato, a disponibilidade em comparecer a uma banca espacialmente distante e a gentileza com a qual aceitou ler e contribuir com o meu trabalho.

Deixo registrados meus sinceros agradecimentos a importantes figuras que completaram minha formação acadêmica com extremo carinho e grande dedicação: meus pais, meu irmão (pelos constantes exercícios de alteridade) e ao Michel, cuja presença consegue pacificar os meus dias mais tenebrosos.

Os quase seis anos de orientação, repletos de seriedade, competência, carinho e delicadeza, me incitam a dedicar à Professora Ana Teresa Marques Gonçalves um lugar entre os meus agradecimentos acadêmicos, e outro muito especial entre as minhas dívidas de gratidão pessoal. Sua atuação como pesquisadora em História Antiga foi de suma importância para o desenvolvimento esta área em Goiás. Professora maravilhosa e, literalmente, invejável orientadora, agradeço a Ana Teresa por estar em Goiânia possibilitando-me conhecê-la.

Os sucessos, desta forma, deverão ser compartilhados com todos mencionados acima. Entretanto, se, fortuitamente, as sugestões e colaborações dispensadas não ficaram bem colocadas no desenvolvimento das minhas argumentações e não contribuíram para a clareza do objeto, a responsabilidade é somente minha.

RESUMO

PROCÓPIO E A REAPROPRIAÇÃO DO MODELO TUCIDIDEANO: A REPRESENTAÇÃO DA PESTE NA NARRATIVA HISTÓRICA (VI SÉCULO D.C.)

Profundamente marcada pelos elementos da Antiguidade clássica, a literatura bizantina apresenta-se como um curioso crisol de influências e condutas, o que reflete a própria situação do Império. O tema desta dissertação resume-se na percepção dos elementos que aproximam a obra *Guerras Persas* construída por Procópio de Cesaréa, no VI século d.C. e a *História da Guerra do Peloponeso*, elaborada por Tucídides, no V século a.C.. Num primeiro momento apresentaremos os historiadores ateniense e bizantino, inseridos nos seus contextos de produção e discorreremos sobre a forma como a historiografia trabalhou e utilizou suas imagens. Em seguida analisaremos os seus relatos num movimento relacional, lançando olhares a seus projetos historiográficos, a partir de dois princípios específicos: o metodológico e o teleológico. Nesse movimento, os relatos epidêmicos presentes em suas obras são abordados como um momento vantajoso para a percepção daquilo que movia e fundamentava a escrita da história nas obras destes historiadores, e da atitude classicista existente no interior do Império Bizantino.

Palavras-chave: Império Bizantino, Procópio, Tucídides, peste.

ABSTRACT

PROCOPIUS AND THE RETAKEN OF THUCYDIDES' MODEL: THE REPRESENTATION OF THE PLAGUE IN THE HISTORICAL NARRATIVE (SIXTH CENTURY AD.)

Deeply marked by the elements of the classic Antiquity, the Byzantine literature shows an interesting mix of influences and conducts, what reflects the situation of the Empire. The subject of this dissertation is summarized in the perception of the elements that approximate the narrative of the work *Persian Wars*, built by Procopius of Caesarea, in the VI century AD and the *History of the Peloponesian War*, elaborated by Thucydides, in the V century B.C.. In a first moment we will introduce the historians Athenian and Byzantine, inserted in their production contexts and we will discuss the form as the historiography worked and used their images. Soon afterwards we will analyze their reports in a relational movement, launching glances to their histories, throughout two specific meanings: the methodological and the teleological. In that movement, the epidemic reports present in their works are approached as a good moment for the perception of what was moving and basing the writing of the history in these historians' works, and of the existent classicist attitude inside the Byzantine Empire.

Keywords: Byzantine Empire, Procopius, Thucydides, plague.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 - TUCÍDIDES E PROCÓPIO: DIÁLOGOS COM A HISTORIOGRAFIA	18
1.1. Tucídides de Atenas: autor da <i>História da Guerra do Peloponeso</i>	21
1.2. Procópio de Cesárea: aspectos sobre sua vida e obra.....	36
1.3. A influência da Antiguidade Grega na literatura bizantina:	
Tucídides e Procópio na narrativa sobre a guerra.....	52
CAPÍTULO 2 - OS PROJETOS HISTORIOGRÁFICOS DE TUCÍDIDES E	
PROCÓPIO: PRINCÍPIOS TELEOLÓGICO E METODOLÓGICO DA NARRATIVA	60
2.1. Apresentação da verdade histórica: princípio metodológico.....	66
2.2. <i>Ktêma es aei</i> : princípio teleológico	80
CAPÍTULO 3 - ATENAS E BIZÂNCIO SOB A AÇÃO DO FLAGELO: PESTE E	
HISTÓRIA NAS NARRATIVAS DE TUCÍDIDES E PROCÓPIO	93
3.1. <i>Loimôs</i>	98
3.2. Desorientação e corrupção dos costumes	109
3.3. O evento da peste e os princípios da narrativa	117
3.4. O relato da peste e a figura de autoridade do historiador	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	139
A) Documentos Textuais.....	139
B) Obras Gerais	139

INTRODUÇÃO

Byzantion era o nome da cidade megariana, fundada por Byzas, que em 324 d.C. recebe de Constantino a denominação de Constantinopla e em 330 d.C. transforma-se na capital do Império Romano. As sociedades que viveram sob o domínio de Constantinopla, entretanto, nunca se denominaram “bizantinos”, mas antes se chamavam “romanos”. Tal fato não impediu que as manifestações da cultura grega, do Islã e da Pérsia, penetrassem no cotidiano dos bizantinos e, em muitos momentos, representasse a maior parcela das influências exercidas no Império.

A historiografia desenvolvida acerca do âmbito literário e cultural num período e num espaço específicos que encerramos no nome: “Império Bizantino” atribui uma enorme importância aos elementos da Antiguidade clássica no estilo, forma e conteúdo dos escritos, com igual peso na prosa e na poesia. O chamado “classicismo” caracterizou-se pela *mimesis* (frequentemente traduzido como “imitação”) dos autores clássicos. Tal movimento parece ter se desenvolvido devido a dois fatores, talvez complementares: o primeiro diz respeito à escolha dos códigos lingüísticos por parte dos autores bizantinos, numa necessidade de submeter seus trabalhos à legitimidade daquilo que os gregos produziram no V e IV séculos a.C.; o segundo consiste na atuação do sistema educacional do Império, que fixava o juízo daquilo que deveria funcionar como modelo nos escritos clássicos. Segundo Charles Diehl (1961: 180) os manuscritos dos autores gregos da época clássica eram assaz numerosos nas bibliotecas do Império. O patriarca Fócio, por exemplo, examinou 280 obras da sua própria biblioteca.

Esta experiência vivenciada pela literatura, no Império Bizantino, possibilita, diferentes apreensões de seus autores. Nesta dissertação procuraremos aproximar os escritos de Procópio de Cesaréa e Tucídides de Atenas, numa tentativa de perceber como se efetivou, em diferentes níveis o contato entre eles. A composição de Procópio será apresentada assim: em sua relação com os escritos de Tucídides, e as descrições que realizam dos ataques das pestes que assolaram bizantinos e atenienses desempenham um importante papel na percepção de seus projetos historiográficos.

Segundo Francisco Murari Pires (2007: 20-22), a percepção dos chamados “ecos de valias intelectivas” da obra de Tucídides, no percurso milenar da história ocidental de memorização da obra tucidideana permite a configuração de seis momentos especiais. A aproximação entre os historiadores bizantino e ateniense desenvolve-se no primeiro momento, quando Tucídides é retomado pelos romanos ou autores da Antiguidade e início do Medievo.

Ressalte-se que as leituras da obra de Tucídides fazem-se acompanhar sempre de resquícios bélicos, seja como modelo narrativo para a descrição das experiências de guerra, seja como repertório de ensinamentos para a eficácia do projeto beligerante da atualidade da leitura. Sua imagem oscilou entre o teórico frio e objetivo, por um lado, e o moralista norteado pela ética humanista, por outro (PIRES, 2007: 26).

Desta forma, a obra de Tucídides segue desde a Antiguidade como, senão modelo, ao menos como delineadora de uma atitude historiográfica. As bases para essa constatação repousam na concepção da Grécia como “berço” da civilização ocidental, ainda hoje dominante, embora questionada. Tal fato não admite que o modelo de descrição tucidideano seja hoje “reproduzido”, mas antes assegura, naturalmente, um lugar privilegiado (como também o tem Heródoto) no interior da historiografia, e também, como

Heródoto, será sempre um “espelho” para o qual os historiadores se voltarão para refletir sobre sua prática.

Nessa dinâmica, a narrativa de Procópio situa-se como herdeira¹ do modelo narrativo de descrição bélica, firmado na *História da Guerra do Peloponeso*. Sua linguagem, lançada através da escolha dos códigos lingüístico de um passado clássico, preocupa-se em aproximar-se da forma de escrita tucidideana. Toda a obra *Guerras* é assim composta.

As fontes utilizadas foram aquelas que nos permitiram localizar de forma mais clara o estilo de escrita de Procópio de Cesaréa e de Tucídides de Atenas, a saber, a obra *Guerras Persas* e a *História da Guerra do Peloponeso*. A primeira escolhida pela sua aproximação com a segunda. O conteúdo da *História da Guerra do Peloponeso* resume-se na rivalidade bélica entre duas potências gregas: Atenas e Esparta, e na configuração da Grécia mediante tal atividade. Já nas *Guerras Persas*, encontramos a relação pouco harmoniosa entre as forças imperiais de Justiniano e os povos considerados bárbaros e denominados Persas. Tal texto constitui os livros primeiro e segundo de uma obra maior denominada *História das Guerras*, mas possui um caráter extremamente homogêneo. Embora Procópio se refira, em alguns momentos, a outras frentes de batalha que se desenrolaram simultaneamente, ele narra as guerras empenhadas por Justiniano em cada grupo de livros de forma separada. Acompanhando as rivalidades entre Persas e Bizantinos, durante os anos de 527 a 549 d.C., o livro *Guerras Persas* apresenta algumas particularidades que justificam nossa escolha. Nele encontramos a preocupação metodológica do autor e a descrição da peste que assolou Bizâncio, elementos primordiais na comparação com a obra tucidideana.

¹ Francisco Murari Pires (2007: 17) enfatiza que, na Antiguidade, Procópio e também Salústio tomaram o modelo narrativo presente na obra de Tucídides como base para a composição de suas próprias experiências bélicas.

A predileção, por assim dizer, pela relação entre as obras de Procópio e Tucídides encontra fundamento na posição em que se encontram os autores um em relação ao outro. Vistos assim, paralelamente, apresentam aproximações e distanciamentos. Aproximações porque a narrativa procopiana, nessa obra em particular e os elementos literários do Império Bizantino, em geral, neste período, encontram-se influenciados por aquilo que faziam os autores da Grécia Clássica, e distanciamentos, por se tratar de uma outra época e de um outro espaço que, por mais que se esforce em aproximar-se da cultura Clássica, apresenta sempre essa incorruptível separação.

No primeiro capítulo da dissertação, construímos aquilo que pode ser definido como uma “apresentação” dos autores e de suas obras. Por trabalharmos com autores da Antiguidade, uma preocupação redobrada com a exposição é exigida, devido à historiografia já desenvolvida e visivelmente influenciada pela época em que se insere. No caso particular de Tucídides, há de se ressaltar a enorme influência dos autores “cientificistas” na criação de uma imagem tucidideana que refletiria aquilo que a história enquanto ciência estava formulando para si. Em Procópio, importa apontar a maneira pejorativa que o Império Bizantino foi abordado na História². Segundo Franz Georg Maier (1991: 05) o Império Bizantino sempre foi visto numa perspectiva duplamente depreciável. Uma vez que caracterizavam-no termos como “decadente” e “oriental”, parece inevitável o fato de que este Império não se encaixe no conceito de “progresso”³ na história, formulado

² Álvaro Uribe Rueda apresenta-nos as mudanças de sentido que o termo “bizantino” sofreu no dicionário de língua espanhola. Segundo este autor: “No *Dicionário Espanhol de Sinônimos e Antônimos* (Aguilar, 1971) ... Bizâncio se assimila à decadência, disputa e palavreado. Na página 163 se coloca a ‘bizantinismo’ como sinônimo de ‘crápula, corrupção, decadência, depravação’; logo, ‘bizantino’ como ‘leve, insignificante, miúdo, sem importância’; na página 390 ‘discussão’ equivale-se a ‘bizantinismo’... No *Dicionário da Real Academia Espanhola* (1992) lemos na página 208: ‘Bizantinismo, m. corrupção por luxo na vida social ou por excesso de ornamentação na arte. 2. Afeição a discussões bizantinas’...” (RUEDA, 1997: 26).

³ A noção de “progresso” para Voltaire (1990), por exemplo, expressava os avanços da razão como instrutora do espírito humano, ou seja, seria o aperfeiçoamento das sociedades em todas as suas manifestações, sendo

no “Século das Luzes”. A História Bizantina foi inicialmente abordada como um longo processo de decadência de um passado clássico. Para Alexander Vasiliev (1945: 13), J. B. Bury é o grande representante da corrente que desenvolveu a idéia de uma continuação do Império Romano do I ao XV século, posição justificada pela própria definição que os bizantinos tinham de si, uma vez que se denominavam “romanos”. Ainda que José Marin Riveros (1998) enfatize que o século XX possibilitou interpretações que atribuem ao Império Bizantino um lugar de destaque, é interessante pontuar que, talvez devido a essa primeira postura que engloba o Império de Constantinopla na História Romana, a dificuldade de periodizar tal período permanece.

Desenvolvemos também, neste capítulo, questões acerca da permanência da atitude historiográfica dos clássicos no âmbito do Império Bizantino, no século VI d.C. Compreender a forma como os modelos clássicos eram utilizados, de uma maneira geral, ameniza o grau de estranhamento e a qualidade extraordinária da relação entre Tucídides e Procópio. Demonstrando ser prática freqüente a reapropriação dos autores da Antiguidade clássica, por parte dos escritores bizantinos, a relação entre os historiadores em questão insere-se numa conduta compartilhada e é destituída de qualquer caráter quimérico que os separem do processo histórico, no qual encontram-se imersos.

A reapropriação de elementos históricos e literários do mundo clássico, como veículo de transmissão de um ideal ou de uma idéia, não se restringiu ao âmbito do Império Bizantino. Álvaro Alfredo Bragança Júnior, num estudo acerca das relações entre a

mais um avanço qualitativo do que quantitativo, conduzindo-a necessariamente a uma forma mais harmoniosa. Nesse sentido, Voltaire é considerado um dos grandes divulgadores da noção “burguesa” de Progresso, pois, buscava uma aproximação gradual da humanidade aos ideais de razão e de civilização do seu tempo, e do seu modo de vida aristocrático. Voltaire acreditava numa “evolução” lenta, difícil e incessante que levaria necessariamente ao Progresso, evidente em certas épocas privilegiadas da civilização, como o “Século de Péricles e de Luis, o grande. Esse filósofo vê o “progresso” em todos as dimensões; o progresso técnico e aprimoramento moral da humanidade não se separam jamais.

paremiologia medieval latina e as categorias do mundo clássico, estabelece que este movimento de reapropriação contribuiu, na Baixa Idade Média, para a manutenção e propagação do ideal de *Christianitas*. Segundo este autor: “o enfoque novo, pois, dado às obras da Antiguidade Clássica refletia a tomada de posicionamento da elite cultural de então, isto é, o clero” (BRAGANÇA JÚNIOR, 2005: 18). Utilizava-se o legado cultural dos textos antigos, sem, entretanto, imitar puro e simplesmente os seus padrões, produzindo uma espécie de “plágio criativo”. As figuras da mitologia greco-romana, assim, apresentavam-se aos alunos medievais como temas de referência cultural e moral da Antiguidade, configurando-se como representantes de antigos valores, mas também adquirindo novas idéias baseadas na mensagem doutrinária cristã, servindo como “modelo pedagógico eclesiástico de fundamentação católica” (BRAGANÇA JÚNIOR, 2005: 31).

Assim, a busca pelo modelo clássico, num determinado período, não se efetiva de forma aleatória, mas adquire uma função dentro da dinâmica social e desempenha um papel específico na sociedade. No caso bizantino, objeto central desta dissertação, o chamado “classicismo” como movimento estético literário não se encontra desvinculado de seu contexto. Há, neste momento, também na tradição política, religiosa e militar uma busca pela permanência dos elementos do passado clássico. Embora Justiniano não tenha sido um exemplar contribuinte do classicismo (embora tenha se utilizado dele) a configuração de seu Império (como por exemplo, seu corpo de direito civil e sua ânsia pelas regiões perdidas do Império Romano) demonstra essa atitude de encerramento dos modelos clássicos.

Tais questões são fundamentais para uma percepção mais clara do projeto historiográfico de Tucídides e Procópio. A apresentação do contexto desses atores e uma exposição mínima da forma como eles foram trabalhados na historiografia possibilita uma

apreensão mais profunda do conteúdo de suas histórias. Após tal empreendimento, uma comparação entre suas obras pôde ser realizada de forma menos pueril. No segundo capítulo, portanto, o impulso predominante é aquele que possibilita a relação entre os elementos das narrativas de Tucídides e Procópio. Ora, a capacidade de comparar dois projetos historiográficos emergidos em contextos distintos exige uma “organização cognitiva”, como estabelece Rusen (2006:16), uma vez que não é o bastante colocar diferentes histórias juntas, isso poderia, no mínimo, fornecer um quadro útil e até necessário do conhecimento adquirido até a situação estudada, porém, diferenciadas apreensões de conhecimento necessitam de uma estrutura comum, de um “parâmetro organizativo”. A solução encontrada para tal impasse foi perceber a narrativa destes historiadores sob dois ângulos, a saber, o metodológico, concernente àquilo que sustenta os projetos de escrita de Tucídides e Procópio, e o teleológico, concernente àquilo que os legitimam.

Referimo-nos à intencionalidade destes historiadores na formulação de seus textos porque a “narrativa histórica” caracteriza-se pela maneira como a consciência histórica pode ser encerrada num processo coerente e, portanto, intencionalmente descrita. Considerando que consciência histórica, e aqui nos referindo diretamente ao pensamento de Jorn Rusen, resume as operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência do processo temporal do mundo e de si mesmos “de forma tal que possam orientar intencionalmente sua vida prática no tempo” (RUSEN, 2001: 57), podemos falar de uma consciência histórica entre os historiadores em questão, se pensarmos neste termo como aquilo que caracteriza a relação intencional dos homens com a experiência temporal de seu mundo e de si próprios, com o objetivo de conferir orientação à sua prática. Também nos projetos historiográficos de Tucídides e de Procópio há essa preocupação, numa

tentativa de produzir uma obra que funcionasse como “aquisição para sempre”, ou seja, como um artifício que consegue orientar a experiência. Tucídides, por exemplo, tenta compreender a natureza humana e submetê-la ao conhecimento, para controlá-la, para que ela não voltasse a surpreender os homens. Ele descreve a peste para que quando ela voltasse a ocorrer, existisse um material que orientasse a experiência humana nesta situação. Também, no mesmo caminho, Procópio escreve que elucidará o evento da peste, para que às opiniões dos charlatães e dos astrólogos não sobressaíam à sua versão, pautada na verdade.

No terceiro capítulo problematizamos de forma muito incisiva aquilo a que nos propomos: a apropriação do relato da epidemia nos historiadores em questão, como momento vantajoso para a percepção de seus projetos historiográficos. As formas como Tucídides e Procópio fundamentaram suas narrativas, a maneira como intencionalmente as construíram, pode ser percebida nos elementos que compõem a descrição da peste.

Residindo os projetos historiográficos de Tucídides e Procópio na idéia da *acribia*, da precisão, talvez não há melhor parte em suas obras para a percepção de tal empreendimento do que aquela na qual relatam os ataques da epidemia. Além disso, aproximando os trechos dos historiadores em questão, na descrição da peste, vemos nitidamente o princípio da *autópsia*, ao evidenciarem-se pela clareza com a qual apresentam seus objetivos, resumidos na composição de uma obra marcada pela veracidade dos fatos. Também no relato da peste, vemos a preocupação pedagógica do texto, uma vez que estes historiadores atribuem a seus escritos a capacidade ou intenção de serem uma *aquisição para sempre*.

Os relatos sobre as pestes que abateram as cidades em que estavam residindo Tucídides e Procópio parece ser o momento em que a grandiosidade que legitima a atenção

de tais historiadores torna-se profundamente perceptível em suas obras. Assim, é possível afirmar que encontramos, neste momento da narrativa, os princípios metodológicos e teleológicos que permeiam suas histórias.

Também na narrativa sobre a peste, podemos perceber aquilo que se configura como característica principal da literatura bizantina, a saber, o contato entre uma estrita adesão a uma reconhecida e aceita tradição (a imitação da Antiguidade, ou a reapropriação como julgamos mais conveniente) por um lado, e uma variedade de detalhes estilísticos e linguísticos por outro. Segundo Herbert Hunger

“a engenhosidade do escritor irá manifestar-se em uma abundância de detalhes estilísticos e fraseológicos da sua própria cunhagem, o que, contudo, tem de ser procurado; o observador superficial verá nada mais do que a repetição de bem-vestidos clichês” (HUNGER, 1970: 33).

Assim, a esperada “mimesis” é somente uma influência moldando sua descrição. Averil Cameron (1996: 38) escreve que Procópio viu Justiniano e as guerras de reconquista pelos olhos da historiografia grega, porém entendemos que o historiador bizantino utilizou a historiografia grega para ver Justiniano e as guerras de reconquista com os seus próprios olhos, como demonstraremos neste trabalho.

CAPÍTULO I

TUCÍDIDES E PROCÓPIO: DIÁLOGOS COM A HISTORIOGRAFIA

Trabalhar com a idéia de História e de historiador, na Antiguidade, freqüentemente acarreta consideráveis óbices ao trabalho historiográfico. Segundo Moses I. Finley, o maior problema talvez resida no fato de que “partimos da premissa errada de supor que os gregos e os romanos consideravam o estudo e a escrita da história essencialmente como fazemos” (FINLEY, 1985: 14). De fato, os gregos e os bizantinos, no nosso caso, não pensavam a história e a sua atuação nela exatamente da mesma forma e nem da forma que fazemos hoje, pois movemo-nos em sensibilidades diferentes, ou seja, separamo-nos pelo incorruptível imperativo histórico da mudança. Entretanto, radicalizar a afirmação de Finley pode acarretar naquilo que Nicole Loraux (1992: 57) apresenta como um efeito bloqueador provocado pela pressão moral e intelectual de não cometer um anacronismo. Não podemos mais acreditar na condição quimérica da acessibilidade do passado sem mediação, distorção ou intenção nas estruturas essenciais do pensamento e do cotidiano dos antigos e nem na separação radical da nossa atuação no mundo em relação a eles, uma vez que, para penetrarmos minimamente nas suas categorias é necessário um tipo de partilha. Portanto, para Nicole Loraux:

é preciso usar de anacronismo para ir na direção da Grécia antiga com a condição de que o historiador assuma o risco de colocar precisamente a seu objeto grego questões que já não seja gregas; de que aceite submeter seu material antigo a interrogações que os antigos não se fizeram ou pelo menos não formularam ou, melhor, não recortaram como tais. (LORAUX, 1992: 61)

O uso do anacronismo exige, acima de tudo, cautela, como nos informa Nicole Loraux (1992: 64), já que nem tudo é permitido nesse jogo, embora tudo possa ser experimentado, tendo em vista o “ângulo de ataque” e a lucidez em relação ao objeto abordado.

Optamos por apresentar, primeiramente, neste capítulo uma análise das questões construídas acerca da figura de Tucídides de Atenas e Procópio de Cesaréa como historiadores, e do contexto no qual eles se inserem. Tal empreendimento oferece uma possibilidade maior de evitar, ao longo da dissertação, uma consideração ingênua e precipitada da maneira como estes historiadores são pensados na historiografia e da forma como eles julgavam escrever história.

A despeito da distância temporal e espacial entre os historiadores em questão, realizaremos uma primeira aproximação entre eles ao considerá-los num mesmo capítulo. Faz-se mister apresentá-los lado a lado, uma vez que suas narrativas serão compreendidas uma em relação à outra.

A escassez de informações sobre a vida de Tucídides e Procópio nos leva a considerar, sem grandes contradições, certas informações, muitas vezes cedidas por eles mesmos em seus relatos. Embora Tucídides seja enormemente mais conhecido e abordado, ambos são autores de fontes privilegiadas das guerras e dos governos que descrevem, assim como de elementos que perpassam o vislumbre bélico e político, como certos aspectos culturais. Tucídides possui um campo maior de estudos no Brasil, enquanto Procópio permanece pouco pesquisado, ficando a cargo de pesquisadores de países como Espanha,

Itália, França, Estados Unidos e Alemanha⁴ elaborar um material coerente com a sua enorme importância como fonte do Império Bizantino⁵.

A imagem destes historiadores, bem como o delineamento de seus estilos, foram construídos conforme se constituíam como objeto da historiografia. Destaca-se a influência das concepções científicas, numa tentativa de construção das bases da ciência histórica, na formulação de uma tradição historiográfica⁶, que remonta desde Heródoto, passando por Tucídides, Políbio, Tito Lívio, Amiano, Procópio, talvez não com assaz linearidade, até chegar à própria prática do século XIX, com a crença no desenvolvimento em potencial das capacidades racionais do sujeito; na filosofia, ligado à idéia do estado positivo (fixo e definitivo), caracterizado pela plenitude do espírito humano, o qual passa a dedicar-se à descoberta, como podemos perceber na obra de Auguste Comte (1991).

Neste momento, o ambiente científico possibilita a modificação do olhar sobre o período definido por “Idade Média”, impiedosamente julgado no século XVIII, onde o ideal da “Idade de Razão” não combinava com a imagem de um medievo pleno de elementos

⁴ Estudiosos espanhóis, italianos, franceses, estadunidenses e alemães elaboraram um considerável material para o estudo e análise das obras procopianas. Tais pesquisas encontram-se disponíveis, principalmente, nos estudos de Francisco Antonio García Romero (2000) e Juan Signes Codoñer (2000), e reúnem nomes como J. Haury (1891), B. Rubin (1954), Averil Cameron (1996), e Charles Diehl (1961).

⁵ Como afirma Averil Cameron “as *Guerras*, *História Secreta* e *Sobre os Edifícios* de Procópio não somente representam a principal fonte histórica sobre o reinado de Justiniano (527-65), mas frequentemente constituem a única fonte” (CAMERON, 1985: 5).

⁶ É necessário aludir ao fato de que uma “tradição historiográfica” foi arquitetada dentro da própria Antiguidade, já que é Aristóteles, na sua *Poética* que estabelece o conceito de história como narrativa factual, ligando aquilo que fez Heródoto ao compor suas *Histórias*. Segundo Francisco Murari Pires “[...] nós, desde tempos romanos acostumamos a figurar justo [pelo] par Heródoto e Tucídides, a fundação da História[...] Por tempos helenísticos, e a seguir romanos, o conceito se firma por essa denominação, *história*, assim contemplada quer em autores de língua grega – tais como Filarco, Políbio, Diodoro Sículo, mais Dionísio de Halicarnasso – quer latina, especialmente Cícero, Salústio, Tito Lívio e Tácito. Entre os gregos, entretanto persiste, em paralelo, uma denominação equivalente, *suggraphe*,[...] Justo assim[...] Tucídides denominada seu cometimento histórico” (PIRES, 2007: 189). Desta forma, o próprio sentido de “tradição” denota uma instância construída de modo a atribuir sentido e certa unidade a vários elementos. Cícero, por exemplo, já acusava a grande variedade estilística por trás da ilusória unidade do chamado “estilo ático”. As questões que desdobram dessa idéia, são importantes, mas exigiriam maior atenção e espaço, do que aqueles que uma nota de rodapé comporta: a relação ou separação entre história e retórica, entre “narradores” e “exornadores”, refletida na existência de dois destinos evolutivos divergentes entre romanos e gregos, conforme a atitude da escrita (PIRES, 2007: 172-177).

religiosos e, freqüentemente, representado pelo poder monárquico e pela autoridade religiosa (VASILIEV, 1945: 8). Foi na época romântica, quando a Grécia, empenhada na luta pela independência, inspira pesquisadores como C. Paparrigópulos, que a história de Bizâncio é envolvida por um sentimento de continuidade da nação grega.

Segundo Leónidas Mavromatis (1990-91: 65) o termo “História Bizantina”, foi criado por Hieronymus Wolf, erudito alemão, no século XVI, mas consagrou-se no século XVII, quando a França dedica-se ao estudo deste tema. Segundo este autor, “a invenção deste nome[...] devia-se aos estudiosos ocidentais do grego, que na sua veneração pela Antiguidade, se negavam a reconhecer a identidade romana a um mundo que havia reconhecido a si mesmo naquela” (MAVROMATIS, 1990-91: 65).

Tal traço da historiografia permite-nos afirmar, como Roland Barthes (2004: 09), que toda enunciação designa formas do imaginário, e nenhuma linguagem é transparente ou inocente, sendo que as que assim se propõem são suspeitas. A afirmação de que a construção da história reflete o olhar atual do sujeito que a realiza parece ter se tornado “lugar comum” entre o rol de reflexões acerca do estatuto do texto historiográfico e da função própria do historiador. A incorporação desse discurso, porém, deve vir acompanhada com a consciência de que “não importa quão científicas sejam, [as] interpretações da História são sempre produtoras de memória, de lembrança ou esquecimento, são instrumentos de identidade, de legitimidade e de poder” (GUARINELLO, 2004: 16).

1.1. Tucídides de Atenas: autor da *História da Guerra do Peloponeso*

“Oloros, teu filho tem verdadeira paixão por aprender”
(MARCELINO. VIT THUC. 54, apud: LÓPEZ EIRE, 1991: 105).

É possível dizer que Tucídides tenha nascido entre os anos de 460 e 455 a.C., devido à disposição das datas que encontramos em sua obra. Sabe-se, por meio desta também, que era filho de Oloros⁷, e que, provavelmente, possuía minas de ouro na Trácia⁸. Por estas informações acrescidas à indicação de parentesco com Címon, afirma-se que o historiador grego mantinha “uma relação muito estreita com os círculos conservadores mais proeminentes em Atenas” (LESKY, 1995: 488). Segundo Antônio López Eire, sobre a família de Tucídides, podemos dizer que:

[...] a julgar pelo nome do pai, Oloros, constava de um ramo da realeza trácia e de outro da antiga aristocracia ateniense: a família dos Filaídas, à qual pertenciam Milcíades o Velho, que havia iniciado a instâncias de Pisístrato a colonização do Quersoneso Trácio; Milcíades o Jovem, o sobrinho do anterior, que se casou com a filha do rico rei trácio Oloro, Hegesípila, que o deu como filho a Címon; e Tucídides o filho de Melesias, que mediante matrimônio entroncou com a família de Címon. (LÓPEZ EIRE, 1999: 91)

Assim, percebemos claramente que Tucídides pertencia a uma família que rivalizava politicamente com Péricles, devido a nomes como Címon e Tucídides de Melesias. Essa situação, por alguma razão, não impediu Tucídides de Atenas de descrever o estrategista Péricles com notável admiração⁹, caracterizando-o como “o homem mais eminente entre os atenienses daquele tempo graças à sua superioridade tanto em palavras quanto em atos” (TUCÍDIDES. I, 139).

⁷ A seu respeito, Tucídides informa: “[...] ele era Tucídides filho de Oloros, o autor desta *História*[...]” (TUCÍDIDES. IV, 104).

⁸ “Nesse ínterim Brasidas, temendo a vinda das naus de Tasos, e tendo ouvido dizer que *Tucídides era detentor dos direitos de exploração das minas de ouro naquela parte da Trácia*, exercendo por isso grande influência sobre os homens mais importantes do continente [...]” (TUCÍDIDES. IV, 105).

⁹ Estudos, como o de Albin Lesky, comportam a idéia de que a objetividade do pensamento tucidideano possibilitou ao historiador considerar tanto as “grandes possibilidades da democracia atica, quanto a reconhecer os pontos débeis no edificio que Péricles edificara” (LESKY, 1995: 488).

A despeito dos detalhes sobre sua família, faz-se importante considerar e descrever a enorme utilidade de sua condição familiar no momento do desterro de Tucídides. Após o insucesso de Anfípolis¹⁰, o historiador viveu afastado de Atenas por vinte anos (424 a 404 a.C.), período este propício ao desenvolvimento de seu projeto historiográfico. Encontramos em sua obra a seguinte descrição:

Vivi a guerra inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas. Atingiu-me também uma condenação ao exílio que me manteve longe de minha terra por vinte anos após o meu período de comando em Anfípolis e, diante de minha familiaridade com as atividades de ambos os lados, especialmente aquelas do Peloponeso em consequência de meu banimento, graças ao meu ócio pude acompanhar melhor o curso dos acontecimentos. Relatarei, então, as divergências surgidas após os dez anos, e o rompimento da trégua e as hostilidades supervenientes. (TUCÍDIDES. V, 26)

Acredita-se que Tucídides, durante os anos de exílio, tenha se deslocado para a localidade de *Skápte Húle*, território ligado à sua origem familiar e que se localizava frente a Tasos, próximo aos centros culturais e cientificamente florescentes, com os quais, seguramente, Tucídides pôs-se em contato (LÓPEZ EIRE, 1990: 92). Segundo Antônio López Eire (1990: 92) é indiscutível o fato de que Tucídides tenha se encontrado com as idéias de Demócrito, acerca da concepção orgânica de Estado, e com a escola hipocrática de Tasos. Luciano Cãnfora, entretanto, mostra que é discutível até mesmo o fato de Tucídides ter sido exilado. No artigo intitulado “L'historien Thucydide n'a jamais été exilé” Cãnfora expõe seus argumentos que, entre outros, indicam que o exílio de Tucídides, indicado na própria *História da Guerra do Peloponeso*, como consequência da perda de

¹⁰ Sobre a operação em Afípolis, envolvendo Tucídides, encontramos referências no livro quarto da obra deste historiador (TUCÍDIDES. IV, 104).

Anfípoles não apresenta muita coerência (1980: 287). É estranho o fato de Tucídides ter sido afastado devido ao insucesso nesta região, uma vez que o responsável por ela era o comandante Eucles, que estava presente na ocasião, como nos informa o historiador¹¹. Tucídides, no entanto, silencia por todo o restante da obra sobre o destino de Eucles.

Para Francisco Marshall, “as relações do discurso historiográfico clássico, particularmente o de Tucídides, com o ambiente cientificista do século V a. C., desde bastante tempo chamara a atenção dos historiadores” (MARSHALL, 1999: 73). O século V, comumente denominado “Século de Péricles”, caracterizou-se por uma intensa atividade intelectual e artística. A historiografia que trata este período destaca o esplendor cultural e a fertilização de idéias, caracterizado pela maturidade filosófica e artística das manifestações gregas. É no século V, por exemplo, que o alfabeto grego atinge uma maior utilização, transformando-se num artefato visível e, portanto, preservado sem o auxílio da memória. A aquisição e a difusão do alfabeto, na Grécia, alterou a atitude dos gregos em favor da reflexão. Sabe-se que Atenas tornou-se letrada somente à época da Guerra do Peloponeso, pois Tucídides, escritor ático¹², confirma tal fato pela sua posição cronológica, além disso, Heródoto compõe sua obra em Jônico (as cidades e as ilha jônicas entraram em contato com as formas escritas algum tempo antes do restante da Grécia). As posições destes dois historiadores refletem a transição cultural que Eric A. Havelock (1996: 31) denomina como “revolução da escrita”, uma vez que Heródoto escreve muito próximo da forma de

¹¹ Segundo Tucídides, “os adversários daqueles que deveriam entregar-lhe a cidade, suficientemente superiores em número para impedir a abertura imediata das portas, agiam de comum acordo com o comandante Eucles, presente na ocasião (ele havia sido enviado por Atenas para cuidar da região)[...]” (TUCÍDIDES. IV, 104).

¹² Tucídides não foi o primeiro a escrever no dialeto ático, mas sua *História* foi a primeira composição grandiosa, capaz de igualar-se aos feitos da poesia épica (HAVELOCK, 1996: 143).

composição oral, já Tucídides apresenta uma relação mais estreita com as formas escritas¹³. Segundo Havelock (1996: 46), é importante ressaltar que os gregos da Época clássica, no tempo de Péricles, não utilizavam nenhum termo que se referisse a culturas iletradas, apenas existia a idéia de que as pessoas eram musicais ou não musicais, educadas ou não. “Ser culto” e “ser letrado” não eram sinônimos e foi somente no século IV que a palavra *grammatikós* foi usada para designar a capacidade de leitura, mas “o domínio da arte de ler e escrever, quanto finalmente foi conquistado, promoveu uma grande mudança nos métodos de comunicação” (HAVELOCK, 1996: 139).

Só um período muito peculiar, como foi o século V a.C, poderia ter produzido uma forma de arte, e mais, uma instituição social, como foi a “tragédia”. Este gênero literário, profundamente ateniense, surge no “Século de Péricles”, em toda a sua plenitude, marcando festas e celebrações. A Guerra do Peloponeso influenciou o desenvolvimento da tragédia e da comédia, como aponta Regina Zilberman (2001). Segundo esta autora, as peças de Aristófanes e Eurípides “foram produzidas[...] durante os últimos anos do século V a.C., quando Atenas já tinha perdido a hegemonia política[...] sobre a Grécia, fruto de sucessivas derrotas diante de Esparta” (ZILBERMAN, 2001: 57). Para Jean-Pierre Vernant (1999), a instituição¹⁴ da tragédia trabalha com o pensamento social da *polis* e traduz/questiona o ambiente político que a envolve, uma vez que, portadora de traços nítidos da tradição heróica e mítica, a tragédia estabelece soluções sempre dadas pelo “triunfo dos valores

¹³ Domingo Plácido (1986: 45) enfatiza a idéia de que as obras de Heródoto e Tucídides são marcadas pela modificação de atitude historiográfica, que, nesse caso, corresponde às transformações do mundo grego e, especificamente, da sociedade ateniense. No primeiro, o Império ateniense começa a ser percebido nas suas fraquezas. Aquela situação que garantia a liberdade do cidadão, como resultado da luta contra os “bárbaros”, acaba criando condições para o domínio de uma cidade em relação às outras. Já Tucídides vivencia e descreve essa pretensa “realidade”; em sua obra percebemos a narração das etapas consecutivas em que a liberdade vai, cada vez mais, sendo colocada em perigo, como resultado da luta entre as cidades e da crise do Império ateniense.

¹⁴ A tragédia, segundo Vernant, era uma “instituição social que, pela fundação dos concursos trágicos, a cidade coloca ao lado de seus órgãos políticos e judiciários” (VERNANT, 1999: 10).

coletivos impostos pela nova cidade democrática” (VERNANT, 1999: 10). A tragédia apresenta os homens em situações de agir, embora não controlem o momento, correndo sempre o risco de cair nas “armadilhas de suas próprias decisões” (VERNANT, 1999: 21).

Sabemos que neste período, o mundo grego estava constituído por muitas Cidades-Estado, situadas não só nas ilhas e nas margens do mar Egeu, mas também em regiões distantes como a Ilíria, a Península Itálica meridional, a Sicília, Córsega, Gália meridional, etc (MAFFRE, 1993: 15). Algumas dessas cidades eram antigas e outras, recentemente colonizadas e fundadas, mas todas com regimes políticos notavelmente independentes. Por isso, apesar do sentimento comum de pertencerem a uma mesma comunidade, devido ao fato de caracterizarem-se pela homogeneidade cultural, não era raro que ocorressem conflitos entre elas. Aquilo que se define como “Guerra do Peloponeso” configura-se como a caracterização dos conflitos internos por excelência.

A vitória dos atenienses sobre os persas, na batalha de Maratona, em 490 a.C., levou-os a modificar e enriquecer sua cidade. Primeiramente, foi edificado, na parte sul da Acrópole, um templo novo para Atena, porém, essa obra foi destruída pelos Persas que saquearam a cidade em 480 a.C.. Na segunda tentativa de reconstrução, os atenienses atentaram-se para a construção e melhoramento das suas fortificações, com objetivos de defesa. Tucídides relata que partiu de Temístocles, filho de Néocles e líder popular da época, a necessidade de transformar a cidade. Segundo o historiador:

[...]Temístocles persuadiu-os [atenienses][...] a terminarem as muralhas do Pireu iniciadas durante os anos em que ele foi arconte dos atenienses, pois pensava que o Pireu, com seus três ancoradouros naturais, era um excelente local para ser desenvolvido, e que a transformação de Atenas numa cidade de marinheiros seria uma grande vantagem para os atenienses, com vistas ao incremento de seu poderio[...]Temístocles, na verdade, dedicou-se

principalmente à força naval, pois segundo me parece ele havia observado que a aproximação das forças do Rei [persa] fora mais fácil por mar que por terra; ele pensou também que o Pireu seria mais útil que a cidade alta, e freqüentemente aconselhava os atenienses a, se um dia se vissem fortemente pressionados por terra, descerem para o Pireu e resistirem ao inimigo com sua frota. Assim os atenienses conseguiram construir as suas muralhas e passaram a dedicar-se às outras fortificações, imediatamente após a retirada dos persas. (TUCIDIDES. I, 93)

Com esse relato, percebemos claramente o ideal de defesa, proteção e expansionismo dos atenienses. Temos conhecimento de que após a construção da muralha, os atenienses voltaram a edificar sua cidade. Segundo Peter V. Jones (1997: 83), as casas foram gradativamente sendo reconstruídas e, como comunidade, os atenienses reuniram esforços para a reconstrução da *Ágora*. Até mesmo uma prisão (*desmetorion*) para reunir aqueles que deviam à cidade e os que estavam à espera de julgamento foi construída próxima à estrada que levava desde *Ágora* até a *Pnix*.

O trecho tucidideano apresentado acima, que se relaciona com as aspirações de fortificação das proteções da cidade por parte de Temístocles, parece ser um prelúdio da desgraça que acometerá os atenienses em 430 a. C., pois, foi justamente isso que ocorreu quando a peste veio a subjugar Atenas: todos procuraram ajuda atrás das muralhas, construídas para a proteção dos cidadãos. Não é, portanto, sem motivo que Jacqueline de Romilly (1998: 14) expressa admiração pelo caráter coerente de Tucídides, enfatizando a idéia de que na narrativa deste historiador nenhuma palavra ou idéia é colocada ao acaso, ou seja, há um forte apego aos encadeamentos. No livro *História e razão em Tucídides*, Romilly enfatiza o caráter proposital da composição tucidideana. Segundo esta autora, na *História da Guerra do Peloponeso*, “tudo[...] é construído, é proposital. Cada palavra, cada

desvio, cada silêncio, cada observação contribui para destacar um significado distinguido e imposto por ele” (ROMILLY, 1998: 15). Desta forma, Tucídides parece estar mais preocupado com o esclarecimento do encadeamento dos fatos do que com o acontecimento isolado, numa tentativa de incluir os eventos num movimento que oferece unidade ao seu texto. É como se o leitor conseguisse acompanhar gradativamente o desenrolar de um único projeto (ROMILLY, 1998: 22).

Peter V. Jones (1997: 208) também pontua esse marcante traço tucidideano, ao afirmar que não foi por mera coincidência que Tucídides colocou sua descrição da peste imediatamente após o discurso de Péricles, que ressaltava, principalmente, a grandeza da cidade de Atenas. Essa ordenação textual acentuou, assim, o efeito dramático¹⁵ ou trágico do evento, se pensarmos que a perspectiva trágica atribui ao agir um duplo caráter: a previsão adquirida pela deliberação dos prós e dos contras, e por outro lado a atuação de desconhecido naquilo que nos é humanamente inacessível¹⁶ (VERNANT, 1999: 21).

Para além da percepção do elemento da causalidade na narrativa de Tucídides, Antônio López Eire (1991: 96) atribui, também ao relato tucidideano, características científicas e metodologicamente rigorosas na construção de uma história político-ética; política devido à preocupação com a narração dos acontecimentos políticos e bélicos, considerando o objeto por excelência da história, a luta pelo poder; e ética, sobretudo, devido aos valores morais e éticos presentes em sua obra.

Arnaldo Momigliano (2004: 67) defende a idéia de que Tucídides fundou a “História Política”, uma vez que todas as “energias intelectuais” deste historiador foram

¹⁵ Jacqueline de Romilly destaca que, para A. W. Gomme, o efeito dramático, nesse caso, é avassalador (GOMME, apud: ROMILLY, 1998: 200).

¹⁶ De fato, Tucídides enfatiza, através do discurso que atribui a Péricles, o fato de que “fora de toda previsibilidade, a peste caiu sobre nós – único acontecimento que transcendeu a nossa expectativa” (TUCÍDIDES. II, 64).

canalizadas para a descrição e compreensão do sentido da guerra, nas suas potencialidades políticas. Até mesmo a peste – único acontecimento extrapolítico – é vista por suas conseqüências nessa esfera. Richard Meier, estudioso classista (MEIER, apud: SAHLINS, 2004: 26), critica a idéia radicalmente causal da obra de Tucídides e encara a chamada “história política” como a mais consagrada perspectiva reducionista de compreensão, pois desenvolve uma “enganosa sedução” fazendo com que cada acontecimento pareça um resultado inevitável do anterior e a origem necessária do próximo.

M. I. Finley (1989: 26) parece ficar num ponto de equilíbrio entre essas duas afirmações. Numa tentativa menos politicamente radical de categorizar o estilo tucidideano, Finley dirá que a narrativa do historiador grego enraizará a idéia de uma narrativa histórica, de uma série contínua de acontecimentos no desenrolar do tempo, assim, toda sociedade estava ligada ao seu passado. Para este autor, Tucídides marcou a historiografia com tanta precisão que depois dele todo historiador consciente do seu ofício sofreu as mesmas dificuldades.

Sobre tal influência do modelo tucidideano, Marshall Sahlins sublinha que “[...] Heródoto tinha o tipo de sensibilidade etnográfica¹⁷ que atraía os antropólogos¹⁸[...]” (SAHLINS, 2004: 25), mas, comparando-o com o projeto de Tucídides de motivar a história com os desejos humanos subjacentes de poder e lucro, poder-se-á ver porque razão

¹⁷ Jacqueline de Romilly destaca que, na narrativa tucidideana, o elemento geográfico parece apenas como um “efeito” que procura apoiar um raciocínio. A geografia, assim, “integra-se a um encadeamento psicológico, para maior benefício da unidade de ação” (ROMILLY, 1998: 43), ao contrário do lugar de destaque que ela encontra nos relatos de Heródoto.

¹⁸ Quanto à imagem de Heródoto como historiador, segundo Luiz Costa Lima, “parece estar em causa[...] a permanência de um certo paradigma interpretativo, ainda que seu objeto, as *Histórias*, fosse muito mais sinuoso do que o que dele se passara a requerer. Heródoto tinha o cuidado de não confundir o que pensava com o que lhe haviam dito, ora recusando o que registrara, ora declarando haver outras opiniões, ora dando seu endosso. Uma figura assim deslizante não parecia muito recomendável ao que se passara a exigir do historiador” (LIMA, 2006: 52). As discussões na historiografia acerca das possíveis relações entre as obras de Heródoto e Tucídides apresentam-se enormemente estruturadas, por exemplo, nas obras de François Hartog (1999), Francisco Murari Pires (1999), no artigo de Domingo Plácido (1986).

foi Tucídides que se tornou o maior influenciador do pensamento ocidental¹⁹, tanto no aspecto estilístico, quanto no conteúdo, ou seja, ele foi o primeiro historiador a recorrer à racionalidade prática universal dos seres humanos para lidar com problemas sobre a história e a sociedade, assim como se delineia o pensamento dito “moderno”; e, por outro lado, seu conteúdo fez-se tão importante que dificilmente alguma guerra moderna, envolvendo europeus, escapa da comparação com a Guerra do Peloponeso. Sahlins (2004: 26) cita o exemplo da Guerra Fria, quando o general George C. Marshall compara o papel dos russos com os espartanos na luta contra eles, os atenienses.

Podemos afirmar que, se por um lado, a historiografia atribuiu à obra tucidideana características por demais científicas e objetivas, por outro vemos uma preocupação em evitar toda e qualquer generalização radical acerca do estilo do historiador grego. Talvez a importância maior deva residir na percepção do fato de que a narrativa de Tucídides foi apropriada na estruturação da História como disciplina acadêmica no século XIX. Historiadores positivistas, como Ranke, Langlois e Seignobos, estão no cerne desse movimento. Destaca-se, neste momento, a formação e a consolidação da imagem de um Tucídides rigoroso na definição e aplicação do método, modelo que se adequou perfeitamente à historiografia cuidadosa que então se projetava.

Arnaldo Momigliano (2004: 68) enfatiza que, na Antiguidade, Tucídides era considerado o historiador verídico por excelência²⁰, sendo, portanto, pouco criticado e questionado entre seus sucessores imediatos, assim como aquilo que defendia: que a

¹⁹ Sahlins nota que “a racionalidade prática que Tucídides achava simplesmente natural na humanidade estava destinada a fazer dele o ancestral dos realistas nas relações internacionais e também dos historiadores. Leitura obrigatória nas academias militares e na Kennedy School of Government de Harvard[...] Suas lições têm sido ampliadas por escritores como Hobbes, Hamilton, Clausewitz e, em nossa própria era, Hans Morgenthau, George F. Kennen e Henry Kissinger” (SAHLINS, 2006: 25).

²⁰ Luciano de Samósata, em 165 de nossa era, publicava um tratado cujo título era: *Como se Deve Escrever a História*. Neste escrito, ele zomba de alguns pretensiosos historiadores e formula, na figura de Tucídides, o historiador ideal “apaixonado pela franqueza e pela verdade” (HARTOG, 2001: 9).

história do presente porta a confiabilidade que não se pode aplicar no conhecimento do passado, não recebeu sérias críticas, principalmente, até o século IV a.C. Após esse período ele foi, com mais frequência, discutido e comentado, mas a história política, a exemplo tucidideano, prevaleceu como modelo histórico para a maioria dos que, na Antiguidade, submetia-se a tal labor. Para Momigliano (2004: 78), no período da Renascença, Políbio, aparentemente, tornou-se mais popular que Tucídides, permanecendo até o final do século XVII d.C, como o grande influenciador do saber político, diplomático e militar. Assim, foi somente:

na segunda parte do século 18, que a opinião geral começou a se alterar com vantagem definitiva a favor de Tucídides. Em seguida, o movimento romântico elevou Tucídides à posição que ainda ocupa e o tornou o modelo do historiador filósofo, que combina o exame acurado de detalhes com uma compreensão imaginativa aprofundada da maneira como a mente humana trabalha[...] Há um elemento de nostalgia no culto a Tucídides do século 19 herdado por nós. A visão que prevaleceu em Creuzer, Schelling, F. Schlegel e Ranke encontrou a sua formulação mais atraente na vida de Tucídides escrita por W. Roscher, um aluno de Ranke e um dos fundadores dos estudos econômicos modernos. (MOMIGLIANO, 2004: 79)

Note-se como a figura de Tucídides sofre alterações, conforme muda a ênfase historiográfica. As contingências modificaram e modificam a construção do modelo tucidideano.

As principais relações, que a historiografia sobre Tucídides enfatiza nas pesquisas e considerações acerca do contexto ao qual produziu-se a *História da Guerra do Peloponeso*, resumem-se nos movimentos político e médico; e à caracterização de seus expoentes: Péricles e Hipócrates, respectivamente.

Péricles nascera em 499 a.C. e morrera em 429 a.C., vítima da peste. O estrategista ateniense cuja figura nomeia o período em questão,

[...]Era da tribo Acamântida, do demo de Colargos, de uma casa, e de uma família ilustre tanto pelo lado paterno quanto materno. Em efeito, Xantipo, que vencera em Mícale os generais do Grande Rei, desposara Agariste, neta de Clístenes, que expulsara os Pisistrátidas, abatera corajosamente a tirania e estabelecera uma constituição admiravelmente equilibrada para assegurar a concórdia e a proteção do Estado. Agariste sonhou que paria um leão, alguns dias depois, pôs no mundo Péricles, o qual, ainda que bem feito de corpo, tinha a cabeça alongada e inteiramente fora de proporções. Por essa razão os artistas sempre o representaram de capacete, não querendo, parece, acusar esse defeito físico. Mais os poetas áticos, o apelidaram ‘cabeça de cebola’. (PLUTARCO. *Péricles*. 3, 1)

Embora na caracterização da ascendência materna encontremos, nas referências tucidideanas, algo que se incompatibiliza ao descrito por Plutarco, acerca da insigne ascendência de Péricles, uma vez que no primeiro livro, Tucídides cita, na situação caracterizada pelos iniciais movimentos belicosos entre Atenas e Lacedemônia, a *maldição da deusa*²¹, cuja existência atingia Péricles pelo lado materno (na sexta geração); ambos destacam o ilustre caráter pericliano.

Este grande homem adquiriu com o tempo certa habilidade para a polêmica, tornando-se muito bom na prática de colocar seus interlocutores no embaraço. Péricles recebeu várias influências, como a de Zenão, filósofo grego, famoso pelos seus argumentos contra a crença na realidade do movimento. Este lhe ensinou o raciocínio e a sutileza do

²¹ Os delegados lacedemônios pediram que os atenienses afastassem a “maldição da deusa”, cujo engano de Cílon, vencedor nas Olimpíadas, causou a sua morte e a de outros sitiados pela guarda, diante do próprio altar das Deusas Veneráveis. Todos encarregados da guarda, naquele momento, quanto os seus descendentes, foram declarados malditos e pecadores. Péricles, filho de Xântipos, estava implicado na maldição (TUCÍDIDES. I, 126-127).

discurso, ainda que sua principal influência tenha vindo de Anaxágoras, chamado pelos contemporâneos de "O Espírito". Em juventude, não mostrava sinais claros de uma popularidade ou vontade pela política, ao contrário, comportava-se de maneira retraída no trato com o povo (PLUTARCO. *Péricles*. 4, 5-6).

Após o banimento de Temístocles, grande comandante que levou o povo ateniense a dedicar-se à marinha e reerguer as muralhas da cidade, Péricles se insere ativamente no cenário político, pois, na falta de um ilustre homem capaz de direcionar as decisões, a assembleia deu aos cidadãos a oportunidade de opinar. Nesse momento, Péricles subiu à tribuna e aconselhou os atenienses com tanta superioridade comunicativa, que os cidadãos escolheram segui-lo nas suas decisões.

Com este ato, Péricles abandona a facção dos ricos e oligarcas adotando a facção popular, realizando assim uma destacável jogada política, pois os nobres apoiavam preferencialmente Címon, que até então era o cidadão mais rico e influente de Atenas. A hostilidade de Péricles e Címon perpassava o âmbito político, já que o pai de Címon, Micíades, ordenara o exílio temporário de Xântipo. Vemos, assim, uma luta de famílias poderosas pelo poder, e uma rivalidade que se estendeu através das gerações, findando-se com a vitória do poder de Péricles.

É importante ressaltar que este governo engloba apenas a segunda metade do século V, mas sua importância foi tão grandiosa, que os acontecimentos da primeira metade acabaram ocultados pelos antecedentes e conseqüências da Guerra do Peloponeso (MAFFRE, 1993: 10).

Nesta época, desenvolvia-se a medicina Hipocrática. Hipócrates nasceu na ilha de Cós em 460 a.C. aproximadamente, e parece ter sido enterrado em Larissa, na Tessália²², em 370 a.C.. Foi professor em Cós e praticante itinerante da arte médica. Desenvolveu estudos sobre: anatomia, fisiologia, patologia, terapia, diagnóstico, prognóstico, cirurgia, ginecologia, obstetrícia, doenças mentais, ética e criou o famoso juramento hipocrático. Tudo o que conhecemos sobre a medicina desenvolvida por Hipócrates está contido numa coleção de 72 livros denominado *Corpus hippocraticum* e nos comentários que alguns autores, como Sorano (300 a. C.) e Galeno (médico no Império Romano), realizaram sobre ele. Segundo Wilson Ribeiro, “as informações sobre a vida de Hipócrates estão de tal forma mescladas a lendas que torna-se quase impossível averiguá-las de forma precisa” (RIBEIRO JUNIOR, 2005: 11). Podemos afirmar, porém, que a existência deste médico coincidiu aproximadamente com a Guerra do Peloponeso e que provavelmente ele foi um dos médicos pioneiros que, no século V a. C., se empenhavam em desvincular a medicina da filosofia e em reconhecê-la como uma *tekné*, uma “arte” autônoma, embora não possamos desvincular as especulações filosóficas de Platão das idéias divulgadas pela “arte de curar”. Não é à toa que o famoso *Corpus hippocraticum* ou Coleção Hipocrática encontra-se no dialeto Jônico, apesar do dialeto dórico prevalecer na região de Cós, sede da “Escola Hipocrática”. A Jônia freqüentemente fornecia escritores e sábios; sendo o Jônico freqüente nos escritos filosóficos e poéticos.

²² Encontramos na *Suda* referência ao local no qual Hipócrates foi enterrado: “[...] morreu depois de cento e quatro anos da vida e seu funeral foi realizado em Larissa, na Tessália” (*Suda*, apud: RIBEIRO JUNIOR, 2005: 13). Segundo Wilson A. Ribeiro Junior este “[...]verboete da *Suda*,[...]baseou-se quase inteiramente na mais difundida das “Vidas” de Hipócrates que chegaram até nós, a do Pseudo-Sorano” (RIBEIRO JUNIOR, 2005: 13) e, embora assumam-se a enorme quantidade de lendas presente neste material, como por exemplo a idade em que Hipócrates morreu, podemos considerar minimamente tal informação sobre seu funeral, uma vez que também na Antologia Palatina, num pretense epitáfio em epigrama, vemos uma referência próxima: “O tessaliano Hipócrates, de família de Cós, descansa aqui[...]” (*Antologia Palatina*, VII, 135, 4²², apud: RIBEIRO JUNIOR, 2005: 24).

A medicina de Hipócrates era norteada pela teoria humoral, que defendia a idéia de que, assim como a natureza, o mundo era formado pelos elementos: água, ar, fogo e terra. O organismo humano, por sua vez, seria formado pelo sangue, fleuma, bile amarela e bile negra. Buscava-se com isso a explicação da saúde ou da doença pela observação da natureza. Havia uma relação estreita entre o homem e o Universo, entre o microcosmo e o macrocosmo, pois o corpo humano seria constituído pelos mesmos elementos que compõem o corpo do mundo, ou seja, “o microcosmo humano é apenas uma imagem do macrocosmo” (FRIAS, 2004: 120).

Segundo Alexandre Carneiro Cerqueira Lima (2000: 73), no *Corpus hippocraticum* a experiência vivenciada por cada indivíduo deixa alguns sinais na alma e no corpo, que podem ser detectados pelo médico e pelo restante da sociedade sensível ao caso desta pessoa. Dessa forma, podemos considerar que há, com a teoria humoral, um deslocamento na prática médica, pois ocorre uma interiorização dos avanços das enfermidades, visto que os componentes dos humores pertencem ao próprio organismo.

Assim, o século V a.C., desenrolou-se num ambiente caracterizado pela ambigüidade que a guerra e as inovações artísticas e culturais proporcionavam. O “Século de Péricles”, caracterizado pelo desenvolvimento da democracia, da *polis*, da medicina hipocrática e do movimento daquilo que perdura até hoje como prática historiográfica (embora de forma muito distinta), sob a figura de Tucídides, é também o século da Guerra do Peloponeso, maior conflito interno grego, que nas palavras do historiador: “tratava-se do maior evento jamais realizado pelos helenos” (TUCÍDIDES. I, 1). Tucídides apresenta-se como o historiador por excelência desse período e, ao tecer informações e desenvolver um peculiar estilo de escrita, se transformou numa das mais ricas fontes que temos sobre a Grécia Clássica. Considerando tal julgamento, percebemos com maior clareza as razões que

levaram inúmeros historiadores, mesmo na Antiguidade, a se aproximarem direta ou indiretamente do seu modelo narrativo e temático. Entre esses autores, destacamos Procópio de Cesaréia, cujo contexto e obra serão temas do próximo tópico.

1.2. Procópio de Cesaréia: aspectos sobre sua vida e obra

Procópio de Cesaréia nasceu, provavelmente, entre os anos de 490 d.C. e 507 d.C., como indicado por suas obras, em Cesaréia, na Palestina²³, cidade costeira importante e fundada pelos fenícios. Foi nomeado, em 527 d.C., “conselheiro” (*xymboulos*)²⁴ de Belisário²⁵. Em 533-534 d. C., durante a guerra contra os Vândalos na África, Procópio serviu como assessor deste general,

Em Cartago passou a Páscoa de Ressurreição de 536 e dali zarpu para Siracusa para encontrar-se com Belisário. Posteriormente esteve na Itália até 540, com a entrada das tropas bizantinas em Rávena. E o mesmo volta a informar-nos de que se achava em Bizâncio durante a célebre e devastadora epidemia de peste que assolou a então capital do Império Romano em 542. Nessa estadia, que pode ter durado até 545, compôs seguramente a maior parte de sua *Historia das guerras*. (GARCÍA ROMERO, 2000: 9)

Filho de Estéfano, provavelmente, um amigo de Procópio de Gaza a quem confiou a formação de seu filho, Procópio teve uma educação voltada para a oratória e para assuntos jurídicos, almejando uma carreira legal (GARCÍA ROMERO, 2000: 9-10), quiçá devido à

²³ *Guerras Persas*. I, 1,1; *História Secreta*. XI, 25.

²⁴ “Ademais o autor sabia bem que estava mais capacitado que ninguém para escrever sobre isto, e não por nenhuma outra razão senão porque, ao haver sido nomeado conselheiro do general Belisário lhe tocou estar presente em quase todos os feitos[...]” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. I, 3).

²⁵ É possível afirmar que a educação jurídica de Procópio facilitou a inserção no cargo de confiança, ao lado do general Belisário, até então duque da Mesopotâmia. Segundo Juan Signes Codoñer (2000: 11) não é possível estabelecer qual a real influência de Belisário na nomeação de Procópio como seu “assessor legal”, embora Jacques Heers (1991: 249) considere o laço de parentesco entre as duas figuras.

própria disposição do ensino em Bizâncio, no século VI d.C. Segundo José Marin Riveros (1998: 159), existiam, neste período, as “Escolas de Estudos Superiores”, no Império, principalmente em Antioquia e Edessa, dedicadas aos estudos de teologia; e em Beiruth, onde se estudava direito. A chamada “Universidade de Constantinopla” foi criada em 452 d.C, por Teodósio II (408-450), e tinha a principal função de formar funcionários para atuarem no Império. Adotando o grego como língua oficial de ensino, realizavam-se estudos sobre retórica, gramática, dialética, direito, filosofia, aritmética, música, geometria, medicina e física.

O governo de Justiniano (527-565) caracteriza-se pelo enfraquecimento do “ciclo latino” e o conseqüente desenvolvimento das chamadas “tendências helenizantes” (MARIN RIVEROS, 1998: 159). A aproximação com os estudos clássicos, principalmente, possibilitado pela adoção do grego como língua imperial, permite que algumas categorias antigas permeiem a ideologia bizantina, tais como a “lógica de Aristóteles” que fora posta a serviço do pensamento teológico neste momento. O império romano do oriente nutre-se do pensamento grego clássico, estabelecendo um contato que se manterá durante quase toda a sua resistência aos assaltos dos povos da Ásia, apoiando a assertiva de José Marin Riveros de que “[...] pode dizer-se que o helenismo bizantino é para a Idade Média o que o helenismo clássico é para a Antiguidade” (MARIN RIVEROS, 1998: 159).

Como escritor e historiador, Procópio se destaca, uma vez que suas obras são hoje fontes históricas sobre essas guerras e sobre o comentado governo de Justiniano, possibilitando-nos a visualização do império em questão, sobre inúmeras perspectivas e em muitos campos²⁶. Segundo Averil Cameron (1996: 03), Procópio é a maior fonte de

²⁶ As obras de Procópio apresentam o governo de Justiniano sob óticas diferentes. Na *Historia das Guerras*, que abrange as excussões e batalhas realizadas pela “Nova Roma”, entre os anos de 527d. C. a 553 d. C. ,

informação básica, possibilitando um filtro pelo qual os pesquisadores vêem o reinado de Justiniano, embora não exista um número de estudos assaz e sério sobre este historiador, como seria esperado, uma vez que ele teve sempre uma considerável reputação.

Sobre a historiografia desenvolvida acerca dos trabalhos de Procópio, Averil Cameron destaca que ele foi reconhecido como a fonte principal, talvez única, das guerras que o governo de Justiniano empreendeu, bem como dos aspectos culturais e políticos do seu governo. A principal discussão concernente ao seu trabalho surgiu por ocasião da descoberta da obra *História Secreta*, a partir de então, ele tornou-se o centro da seguinte controvérsia: como pôde o mesmo homem ter escrito a admirável *História das Guerras* e o folheto injurioso e grosseiro que constitui a *História Secreta*? A negação de tal possibilidade perdurou da data do descobrimento de tal composição (1623) até meados do século XIX, com os estudos de J. Haury que ressaltavam uma certa uniformidade de estilo entre as obras de Procópio. Cameron ressalta que, desde então, houve o crescimento de estudos que priorizam passagens individuais ou problemas particulares em detrimento às discussões gerais (CAMERON, 1996: IX).

Nessa perspectiva, Averil Cameron (1996) defende a idéia de que uma visão menos idealizada e radical das composições de Procópio, tão divergentes num primeiro momento, acentua notavelmente a coerência geral do seu estilo. Destarte, é necessário considerar que,

dividida em oito livros (*Guerras Persas*, cujo conteúdo reside nas tensões entre os bizantinos e os persas, constitui os dois primeiros livros. Os livros III e IV tratam sobre a *Guerra Vândala*, na África, desde 532 a 548. Os livros V, VII, descrevem a campanha contra os ostrogodos: *Guerra gótica*, na Sicília e Itália, entre 536 e 551, estendendo-se até o ano de 553, conteúdo do último livro), o império é percebido político e militarmente, numa tentativa de imparcialidade, com o objetivo, lançado no prólogo, de apresentar os acontecimentos para que o tempo não os reduza a nada. Na *História Secreta* (*Anékdota*; lat. *História arcana*) vemos um império marcado por condutas pouco ortodoxas, onde Procópio descreve ações de Justiniano e Belisário, bem como de suas esposas, sob a luz da crítica. Já seu tratado: *Sobre os edifícios* (*De aedificiis*), é considerado um verdadeiro panegírico em elogio ao imperador. Dividida em seis livros breves, a obra registra praticamente todos os edifícios públicos construídos no território bizantino, durante o império de Justiniano, além de proporcionar interessantes dados oficiais sobre a administração interna do novo estado romano.

a *História Secreta* não é tão indisciplinada, os *Edifícios* não são tão insinceros e, acima de tudo as *Guerras* não são tão esplendidamente objetivas e racionais quanto estas aparecem nos mais modernos livros. Apenas então seremos capazes de usar Procópio com um real entendimento. (CAMERON, 1996: X)

Além das discussões concernentes ao estilo procopiano, ressalte-se que o elemento religioso também encontra forte relevância na historiografia produzida sobre o historiador bizantino. A respeito da religião que professava, a maioria dos estudos admitem o cristianismo de Procópio²⁷, sendo que “o próprio nome de Procópio é o de um mártir da Palestina, executado no ano 303, e muito venerado na região, o que aponta a convicções cristãs de sua família.” (RUBIN, apud: SIGNES CODOÑER, 2000: 20). Porém, talvez devido à preocupação com os limites de objetividade em sua escrita, é quase impossível rastrear alguma declaração direta acerca da sua crença. Segundo Averil Cameron (1996: 113), a atribuição de um caráter cético aos trabalhos de Procópio já não convence, uma vez que tal engano organiza-se em torno do hábito estilístico do historiador bizantino. Juan Signes Codoñer enfatiza que:

Há ademais muitas passagens que ligam a Procópio com superstições, presságios e prodígios próprios da mentalidade da época e que transcendem a qualquer credo em concreto. Se não entendemos esse crisol de cultos que era o mundo mediterrâneo por estas datas e a grande dívida que o cristianismo tem com respeito às outras religiões ou tradições no nível das crenças populares, seremos incapazes de entender porque o Cristão Procópio presta crédito em uma determinada passagem aos oráculos sibílicos sem perder por nenhum momento sua condição de Cristão. (SIGNES CODOÑER, 2000: 25)

²⁷ “O cristianismo de Procópio parece hoje comumente admitido entre os estudiosos depois de largos séculos de debate” (SIGNES CODOÑER, 2000: 20).

Desta forma, parece quase inegável a influência religiosa nas três obras de Procópio, uma vez que elas comportam suposições de providência divina²⁸, da polaridade entre o bem e mal²⁹, bem como apresentam a relação do imperador com o sobrenatural³⁰ e a possibilidade do milagroso³¹ (CAMERON, 1985: 113). Nos seus trabalhos, há, de fato, alusões diretas ao cristianismo, como mostra o trecho abaixo:

Por este tempo, Jesus, o Filho de Deus, em corpo humano, morava entre os homens da Palestina, demonstrando às claras, por não haver cometido nunca nenhum pecado e por trabalhos inconcebíveis, que ele era verdadeiramente o Filho de Deus. Pois, só de chamar-lhes, acontecia dos mortos se levantarem como de um sonho, abria os olhos dos cegos de nascimento, limpava a lepra de todo o corpo, livrava os pés da invalidez e de todos os demais padecimentos que os médicos qualificam de incuráveis. Ao escutar Abgaro estas notícias trazidas por viajantes que haviam chegado da Palestina a Edesa, recobrou ânimos e escreveu a Jesus[...]. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II,12, 22,24)

Apesar do Império Bizantino ser, muitas vezes, abordado como referência e berço de uma atividade cristã, não vemos em Procópio uma atitude militante na defesa do cristianismo, e em mais de uma passagem em suas obras encontramos ligação com crenças

²⁸ “Para este desastre,[...] não há maneira de expressar com palavras um motivo nem de concebê-lo mentalmente, salvo que nos remontemos à vontade de Deus” (*Guerras Persas*. II, 22,2).

²⁹ “Dizem também que um monge muito querido por Deus,[...] foi enviado a Bizâncio para interceder pelos habitantes que viviam em suas proximidades, os quais eram objetos de violências e injustiças intoleráveis[...]; que ao chegar aqui conseguiu audiência, junto ao imperador, porem quando se dispunha a entrar junto a ele, ao cruzar o umbral que havia ali com um pé, de repente retrocedeu dando um passo atrás[...] Quando os que o acompanhavam o perguntaram porque havia feito isto, dizem que ele afirmou resolutamente que havia visto o príncipe dos demônios sentado no Palácio sobre o trono e que não podia nem considerar ter trato com ele ou pedir-lhe nada” (*História Secreta*. XII, 24, 27).

³⁰ “Algumas pessoas que o acompanhavam até altas horas da noite e residiam no Palácio,[...] creram ver uma espécie de estranha aparição demoníaca em seu lugar. Um em efeito dizia que Justiniano, levantando-se de repente do trono imperial, dava passeios por ali,[...] e que ainda quando sua cabeça desaparecia repentinamente, o resto de seu corpo parecia percorrer os corredores durante horas[...] Outro dizia que estando de pé junto a ele quando se encontrava sentado viu de repente como seu rosto se converteu em uma espécie de massa de carne indistinta, pois carecia de sobancelhas[...] Porém, passado um tempo o foi possível ver como regressavam os traços de sua cara” (*História Secreta*. XII, 21, 23).

³¹ “Pouco antes deste triste sucesso, Deus, mediante a manifestação de um milagre, lhes indicou aos que naquele lugar habitavam o que ia ocorrer” (*Guerras Persas*. II, 10).

populares e críticas à religião oficial. Por outro lado, no escrito procopiano intitulado *Sobre os edifícios (De aedificiis)*, vislumbramos uma postura exemplarmente cristã, por parte do autor, porém não devemos radicalizar as afirmações sobre sua crença religiosa nesta obra, visto que aquela possui um caráter oficial (CAMERON, 1985: 123-124). A resolução de tal impasse encontra sua melhor formulação na crença de que Procópio era um cristão, mas, como um “intelectual”, não desconsiderava as outras manifestações religiosas. Além disso, a maioria de suas críticas, embora ligada ao fenômeno cristão, dirige-se, mais diretamente, à figura e ações do imperador Justiniano, na *História Secreta* associado a demônios.

Segundo Cameron, abordar as composições de Procópio, de maneira a evitar situá-lo no “pedestal do racionalismo”, possibilita-nos a ampliação de perspectivas e confere aos seus trabalhos um caráter mais interessante, embora os torne menos impressionantes (CAMERON, 1996: 113). Aliás, a autora ressalta que a tentativa de harmonizar as aparentes inconsistências nas declarações religiosas de Procópio representa a ilusão de tentar salvá-lo dele mesmo.

Assim, para Averil Cameron, o problema maior, na historiografia realizada acerca de Procópio, é de teor metodológico, sobre como se deve ler o historiador bizantino, uma vez que a maioria dos trabalhos, principalmente no esforço de interpretação, recebem uma direção equivocada. Entre os problemas que permeiam tais estudos, Cameron destaca dois principais: a relação do conjunto de sua obra e sua relação com o contexto³². Para a discussão desses mal-entendidos, Averil Cameron propõe, primeiramente, considerar as três composições procopianas naquilo que supera suas superficiais diferenças, descobrindo a coerência geral que aí se estabelece; em segundo lugar, deve-se realizar um esforço de

³² “Existem dois principais caminhos nos quais Procópio tem sido mal entendido, primeiramente nos termos da relação entre seus três trabalhos, e secundariamente com relação a sociedade e cultura do VI século” (CAMERON, 1996: X).

percepção da relação entre as obras e o contexto, tentando abordar a escrita de Procópio como um produto do reinado de Justiniano, e não somente como um movimento com o objetivo do regresso ao modelo clássico grego (CAMERON, 1996: XI).

De fato, o que melhor situa Procópio no contexto do chamado sexto século é sua relação com o governo de Justiniano e com as ações de Belisário. Ao mesmo tempo, os estudos sobre o império bizantino tendem a enfatizar o período que se caracteriza pela manifestação do poder de Justiniano, quiçá, porque se tem, desse momento, um dos mais ricos relatos, escrito sob a autoridade de Procópio. Conseqüentemente, Belisário, general de confiança do imperador, configura-se como um importante personagem deste período, tendo a aparição e a importância de sua figura ampliada pela estreita relação que mantinha com o próprio historiador. Apesar da ambigüidade das figuras de Justiniano e Belisário³³, nas obras procopianas, é importante considerar que encontramos extensas referências sobre suas ações e condutas.

Juan Signes Codoñer ressalta que, na historiografia construída sobre o reinado de Justiniano e os aspectos concernentes ao período que equivale ao sexto século após o nascimento de Jesus Cristo,

se observa[...] algumas monografias dedicadas ao período, algumas delas muito recentes, consistem em pouco mais que uma paráfrase e comentários (ainda quando seja crítico) da obra de Procópio, seguida de uma valoração mais ou menos superficial do labor legislativo, político e religioso de Justiniano, sem buscar uma integração de todos estes planos em uma única visão, como se

³³ Ao que parece, a figura de Belisário move-se sob uma caracterização ora admirável, ora condenável, na obra *História das Guerras*. Também Justiniano, descrito na *História das Guerras* e no *Sobre os Edifícios*, com plausíveis elogios, é comparado ao “príncipe dos demônios” na *História Secreta*. Sobre a mudança das figuras de Justiniano e Belisário, nas obras de Procópio, ver: *História das Guerras*, I. 13, 2-5. 24, 40. 25, 11-13; II. 18, 16; VI. 29, 20; *História Secreta*, I. 18-18; IV. 32-33; VI. 2-3; VIII. 2-4; XII. 20-23; *Sobre os Edifícios*, I. 3,1.

considerara[...] que pertenciam a âmbitos isolados uns dos outros. (SIGNES CODOÑER, 2000: 80)

Assim, para o autor, somente através da superação das concepções individualizantes e, portanto, reducionistas, vislumbraremos a verdadeira importância da época de Justiniano. Não se faz nosso objetivo realizar uma percepção que perpassasse esses limites e atinja uma certa superioridade teórica, pois almejamos apenas a apresentação de uma discussão profícua à compreensão do que já foi minimamente produzido, no que diz respeito aos escritos de Procópio e ao governo de Justiniano em particular.

O governo de Justiniano é, na maioria dos estudos, abordado de forma fragmentada, através da localização, na representação espacial dos elementos que compõem o período em questão, das esferas militares, legislativas, artísticas e religiosas³⁴. As campanhas que empreendeu contra os bárbaros pelos territórios limítrofes do império, com a ajuda de Belisário, o notável código legislativo que estruturou, sua ligação com a religiosidade, tendo como expressão máxima a construção da surpreendente igreja de Santa Sofia, e o grande desenvolvimento das artes e da literatura, constituem aquilo que melhor sabemos sobre suas ações, devido aos relatos de Procópio.

Sobrinho de Justino I (518-527), Justiniano, o Grande (527-565)³⁵, assumiu o trono depois que o tio morreu sem filhos. Casou-se com Teodora, cujo nome e referência encontramos nas obras de Procópio, representada não poucas vezes com uma abalável

³⁴ Tal organização interpretativa se encontra, por exemplo, explícita na obra, nem por isso indispensável à compreensão do período, de Pierre Maraval (1999).

³⁵ Segundo Pierre Maraval (1999: 22), Justiniano nasceu em 482 d.C, e sua personalidade suscita julgamentos contrastantes por parte de seus contemporâneos, uns lhe têm como grande imperador, enquanto outros como um perigoso e nocivo reformador. No século X, os bizantinos atribuíram honrosamente o adjetivo de “grande” a Justiniano e “no século XII Manoel Commeno orgulhava-se de ser chamado de o novo Justiniano” (DIEHL, 1961: 38).

reputação³⁶. A ascensão de Justiniano ao trono se realizou sem crise aparente, a legitimidade de seu governo assentou-se no parentesco com Justiniano e na sua atuação como co-regente (MARAVAL, 1999: 32). Ao assumir o trono, Justiniano esforçou-se por representar e atuar em dois ideais: o ideal imperial e o cristão: “um Estado, uma Lei, uma Igreja” (VASILIEV, 1945: 123). Assim, suas ações ressaltam o objetivo e o ideal de construir novamente, como um dever sacrossanto, a integridade dos territórios do império romano dos séculos I e II; como representante cristão, travou batalhas contra os povos que professavam outras formas religiosas, que, ao seu ver, oprimiam as populações ortodoxas, realizando, pois, um movimento de reconstituição de uma fé cristã única. Tal desejo, porém, não se efetivou sem conseqüências. Os empreendimentos bélicos, contra os chamados “bárbaros”, valeram uma boa parcela dos recursos financeiros e materiais (VASILIEV, 1945).

Justiniano elaborou um notável código legislativo constituído pela compilação de todas as constituições imperiais, promulgadas desde Adriano até o período de seu governo, finalizando em 529 d.C. o denominado *Codex Iustinianus*. Realização esta que foi revista e amadurecida pelo próprio imperador, surgindo, em 533 d.C., um novo código, conhecido como *Digesta* ou *Pandactae*³⁷. A partir de então, as obras legislativas, sob a égide de Justiniano, ampliaram-se, constituindo um material que denominamos *Corpus iuris civilis* ou “Corpo de direito civil”, porém a apreciação de tal material surge apenas no século XII, devido ao empenho nos estudos do direito romano (VASILIEV, 1945: 119-122). Maraval

³⁶ Procópio caracteriza Teodora como uma prostituta (PROCÓPIO. *História Secreta*. IX).

³⁷ Sobre o código formulado por Justiniano, Franz Georg Maier pontua que, na verdade, ele é composto por três partes: a primeira parte, denominada *Codex Iustiniano*, conteria os editos imperiais, desde a época de Adriano, sendo suas “resoluções” posteriores chamariam-se *Novellae* ou “Novas determinações”; a *Digesta* ou *Pandactae* comporiam uma segunda parte (ao contrário do que coloca Vasiliev, este não seria um novo código, mas uma parte de uma composição mais ampla que vai de 528 a 533), configurando-se como uma seleção revisada da obra; a terceira ou *Instiruciones*, abarcaria uma espécie de manual de exame para os juristas (MAIER, 1991: 50).

ênfatiza que antes da elaboraçaõ de tal obra por Justiniano, o Império Romano constituía-se como uma “massa de jurisprudência difícil de gerir” (MARAVAL, 1999: 36). A obra jurídica de Justiniano fortaleceu-se ainda mais com as reformas das chamadas “Escolas de Direito”. O fechamento de algumas acabou possibilitando a concentraçaõ,

[...] do ensino das leis nas Universidades de Constantinopla, Beirute e Alexandria [mantendo o] bom nível exigido para obter o diploma. Poucas décadas mais tarde as conquistas árabes fizeram com que o conhecimento jurídico se limitasse, no império, apenas à Capital, praticamente. (RUNCIMAN, 1977: 63)

Durante seu governo, Justiniano não cessou seus escritos sobre o direito, e suas ações serviram como conteúdo para teólogos e historiadores. Essa época foi chamada de “idade de ouro³⁸” e produziu uma das maiores riquezas arquitetônicas do império, além de muitas outras construções³⁹: a igreja de Santa Sofia, “a realização arquitetural bizantina máxima. Segundo Franz Georg Maier (1991: 40), Santa Sofia dominava a silhueta da cidade de Constantinopla, pois desde Bósforo se podia avistá-la. Constituía-se assim como símbolo do poder religioso convergido para Constantinopla. Os próprios bizantinos assim a consideravam, e por muito tempo serviram-se dela como modelo” (RUNCIMAN, 177: 201). Segundo Alexander Alexandrovich Vasiliev:

Santa Sofia, ou a Igreja Grande, como se chamou em todo Oriente, foi construída, por ordem de Justiniano, nas instalações da pequena basílica de Santa Sofia (*Hagia Sophia*: Sabedoria divina), incendiada, [...] durante a

³⁸ Ver esta denominação em: VASILIEV, 1945: 153; HEERS, 1991: 243-252; MARAVAL, 1999, 121 e DIEHL, 1961: 41.

³⁹ Procópio é a mais completa fonte para a percepção de tais empreendimentos arquitetônicos. Sua obra *De aedificiis*, escrita em, aproximadamente, 560 d.C., configura-se como um panegírico ao imperador Justiniano e contém inúmeras descrições dos edifícios construídos durante seu governo. No próêmio da obra, Procópio revela sua principal aspiração, que reside no desejo de que as gerações futuras conheçam as obras do passado e o seu realizador.

sedição Nika (532)⁴⁰. Para fazer daquele templo um edifício de esplendor extraordinário, Justiniano, por crer numa tradição tardia, mandou aos governadores das províncias que enviassem para a capital os mais belos fragmentos dos monumentos antigos. Enormes quantidades de mármore de diferentes cores... foram transportadas desde as mais ricas pontas à capital. Ouro, prata, marfim, pedras preciosas, foram levadas em abundância a Constantinopla para acrescentar mais magnificência ao novo templo.(VASILIEV, 1945:153)

No mundo hodierno a igreja de Santa Sofia, ainda erigida, traduz muito daquela necessidade do governo de Justiniano de monumentalidade e fortalecimento do cristianismo. Jacques Heers (1991: 249) ressalta a idéia da ação deste Imperador em prol da construção de uma Constantinopla como capital brilhante e esplendorosa⁴¹. Não sem objetivos políticos, tais construções efetivaram-se, funcionando como veículo de propaganda do imperador, através de escritores como Procópio, fato que podemos perceber em sua obra *Sobre os Edifícios* (SIGNES CODONER, 2000: 86). Neste momento, temos a construção de grandes palácios, aquedutos, pontes, banhos públicos e igrejas, o que possibilita Steven Ruciman (1977: 198) afirmar que, a partir do século IV, Constantinopla

⁴⁰ A sedição Nika (nome dado como contra-senha entre as facções) é bastante conhecida, principalmente, pela narrativa de Procópio, embora outros autores tenham se referido a ela, como Malalas e Zonaras. Segundo Procópio: “Por aquele mesmo tempo [532] em Bizâncio se produziu de forma inesperada uma sedição popular que veio a ser, contra o que cabia pensar, a maior de todas e acabou em um grande desastre para o povo e o Senado; e foi como segue...” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*.I, 24, 2). Caracterizada por uma agitação popular, a sedição culminou num pacto de trégua entre as facções (ressalte-se a extrema rivalidade existente entre as facções dos “azuis” e dos “verdes”, duas das quatro facções do circo romano no século I, que, no Império Bizantino, ganharam conotações essencialmente sociais, políticas e religiosas, funcionando como partidos ligados, da parte azul (ortodoxos) à aristocracia detentora de terras e aos camponeses; e da verde (monofisistas), à camada social ligada às atividades comerciais) para invadir e liberar os reclusos, presos devido à revolta ou qualquer outro feito; e na reacionária ação dos guardas, que serviam as ordens da autoridade pública, de matá-los sem exceção. Maier enfatiza que os partidos “azuis” e “verdes” representavam uma massa irritável e difícil de controlar, portanto, cautelosamente tratada pelos imperadores, dado o perigoso papel que podiam desempenhar em épocas de crise (MAIER, 1991: 42). Tal revolta terminou com a cidade de Bizâncio em chamas, destruindo várias construções, como a basílica dedicada à *Sabedoria Divina*, posteriormente reconstruída e conhecida ainda hoje como igreja de Santa Sofia.

⁴¹ Constantinopla representa muito do esplendor atribuído ao Império Bizantino e constituiu praticamente o “último reduto de resistência” na permanência do Império. Bem posicionada geograficamente (entre a Ásia e a Europa) do ponto de vista marítimo (situada entre o mar Negro e o Egeu) e comercial (controlava as principais rotas entre os vales do Danúbio e do Eufrates), funcionava também como instalação defensiva.

tornou-se a capital do novo mundo estético. Essas construções revelam a grande influência de elementos orientais e helênicos e, importa aqui, ressaltar o caráter modificável de tais realizações, uma vez que as influências artísticas cambiavam de forma muito nítida⁴², sendo que:

a arte bizantina, [em geral] é um espelho fiel da síntese que constituiu a civilização bizantina⁴³. Nela podem ver-se todos os seus elementos constituintes - grego-romanos, aramaicos e iranianos – em proporções variáveis, mas sempre fundidos perfeitamente num todo, em algo único e original em todas as suas derivações. A arte, sobretudo religiosa, mas nem por isso [somente] cristã. Era antes de tudo o produto da época religiosa em que o cristianismo triunfou. (RUNCIMAN, 1977: 196)

Síntese essa que também poder ser percebida em outros âmbitos como, por exemplo, na medicina bizantina, uma vez que, da mesma forma que esta recebeu sem fissuras a “arte médica” desenvolvida na Antiguidade grega, também abrigou fórmulas novas e conhecimentos influenciados pelo cristianismo e pelo islamismo. Para Pedro Lain Entralgo e Luis Garcia Ballester (1982: 11), a preocupação com a saúde e com a doença, no Império Bizantino, mesclou vários elementos, resumidos numa forma técnica, herdeira da tradição que reunia nomes como Hipócrates, Areteo e Galeno; e numa forma subtécnica, repleta de superstições e saberes populares. Segundo Gotthard Strohmaier (1995: 131), embora a principal preocupação da literatura médica bizantina tenha sido organizar sistematicamente os ensinamentos de Galeno, no âmbito prático, podemos encontrar várias

⁴² Steven Runciman (1977: 199) ressalta, por exemplo, a questão da transformação do tipo de desenho, definido como a cruz grega, apresentando suas modificações.

⁴³ Segundo Franz Georg Maier, Constantinopla não só manteve-se como uma encruzilhada cultural, conferindo cera pluralidade cultural às suas manifestações, como foi também uma fortaleza freqüentemente ameaçada e assediada (MAIER, 1991: 40).

novidades como, por exemplo, a criação de uma corrente denominada posteriormente como “novo empirismo”

De fato, a maioria dos Imperadores atacou as práticas pagãs e supersticiosas, almejando consolidar a soberania do cristianismo, entretanto, essas práticas permaneceram durante toda a história do Império Bizantino. Segundo Entralgo (1982: 17-18), até o século VII, o grande centro médico era Alexandria, e três características principais permearam essa atividade: a permanência do paganismo (mesmo entre os médicos mais eminentes) caracterizado por um sincretismo de religiões orientais; a tradição do saber grego, juntamente com a atividade ordenadora de recopilação; e o fortalecimento das condutas cristãs. Tais elementos, não raras vezes, encontravam uma separação pouco nítida.

A grande atividade religiosa no período, que se estende de 527 a 565, é a ação evangelizadora, cujo objetivo era levar o cristianismo além dos limites do império. Isso porque o ideal de unidade configura-se nas várias manifestações do poder de Justiniano e a preocupação com a “paz da Igreja” identificava-se como a própria paz do Império. Havia uma relação muito forte entre o poder político e a religiosidade no Império Bizantino, uma vez que o Imperador era eleito também por Deus. A ordem social estava nas mãos do soberano, que, como instrumento de Deus, cumpria um desígnio divino. Franz Georg Maier (1991: 14-15) enfatiza que o Estado, encarado como reflexo do cosmo, deveria constituir-se como unidade, protegendo e propagando a fé legítima. Aproximando, desta forma, a disposição terrena da estrutura do Reino Celestial: a figura de um Deus único, possibilitava a crença na unidade da autoridade central, encarnada na figura do Imperador. Segundo Rafael González Fernández (1998: 60), talvez por tal contexto, não é estranho que o decreto dos imperadores Valentiniano II, Graciano e Teodósio II, promulgado na Tessalônia, em 380, seja a primeira lei do Código de Justiniano, cujo conteúdo baseia-se no

estabelecimento do cristianismo como religião oficial do império e como norma de fé: aquela que se vale da autoridade dos bispos Dámaso de Roma e Pedro de Alexandria. Presente também no *Codex Theodosianus*, tal decreto não ocupava, contudo, o lugar privilegiado conferido a ele no Código de Justiniano, estabelecendo, a partir do VI século, uma única religião, reconhecida no aparato estatal, fazendo-se uma força religiosa e ideológica, na qual se apoiaria o ideal de unidade do Império. Maier (1991: 23) aponta para a importância que a religião ortodoxa adquiriu, funcionando como elemento unificador do Império, heterogêneo devido à diversidade de povos que aglutinava ⁴⁴.

Não foi, porém, sem controvérsias teológicas que o curso do governo de Justiniano efetivou-se. As heresias permaneceram como o perigo mais grave à unidade da Igreja, uma vez que “os países do Oriente testemunham[...] temperamentos religiosos muito diferentes, marcados por tradições, superstições bastante diversas, pela lembrança das religiões antigas ou pelos contatos espirituais com as regiões vizinhas (tais como a Pérsia)” (HEERS, 1991: 244). Elas constituíam-se na rejeição a qualquer cânone dos Concílios Ecumênicos⁴⁵, que compuseram, juntamente com as Sagradas Escrituras, a base da fé ortodoxa. A ligação do Estado com a Igreja, no império Bizantino, sendo esta considerada um departamento do Estado, possibilitou a exposição do imperador às mais diversas divergências religiosas⁴⁶.

⁴⁴ A capacidade inquestionável de Bizâncio de exercer influência sobre os povos das regiões limítrofes de seu território é abordada por Maier como uma das plausíveis explicações da duração e do raio de ação do Império Bizantino. Segundo este autor, tal fato se deve, sobretudo, “à superioridade em riqueza espiritual e em criação artística, e não só à sua posição política ou aos indubitáveis atrativos de sua civilização material[...] a extraordinária capacidade de ‘bizantinizar’ elites estrangeiras colocou em movimento um processo de penetração que se refletiu de forma igualmente duradoura na vida política, religiosa e cultural” (MAIER, 1991: 12).

⁴⁵ Segundo Franz Georg Maier o Imperador Constantino inaugurou, com o Concílio de Nicéia (325), uma instituição que permeará todo o Império “o sínodo geral ou Concílio Ecumênico: reunião de todos os bispos cristãos para deliberar e decidir sobre problemas litúrgicos, dogmáticos e hierárquicos” (MAIER, 1991: 27).

⁴⁶ “Adotando o cristianismo como religião do Estado, Constantino fez dessa preocupação uma questão do governo e praticamente colocou o imperador na posição de Guardião das Chaves, Pastos do Rebanho, como Pedro, Príncipe dos Apóstolos, tal como pretendia Leão, o Isáurio. Essa posição do imperador não foi nunca

As mais profundas querelas ligam-se ao mistério da Trindade, na discussão acerca da dupla natureza, divina e humana, de Cristo, sendo as disputas entre monofisistas⁴⁷ e ortodoxos o principal embate teológico sob o governo de Justiniano. Os monofisistas, ligados ao nome de Teodora⁴⁸, imperatriz bizantina, defendiam, num movimento anti-nestoriano⁴⁹, a superioridade absoluta da natureza divina no Cristo. O grande defensor e propagador desta doutrina foi Eutiques⁵⁰ (378-454), condenado, em 451, pelo Concílio da Calcedônia, o quarto Concílio dos sete convocados para evidenciar e esclarecer algum elemento da teologia e atacar determinada heresia, sendo, neste momento, os monofisistas considerados hereges e perseguidos pelo poder público (RUNCIMAN, 1977: 93). É, porém, na figura de Severo, bispo em Antioquia, que encontramos o verdadeiro legislador do monofisismo (VASILIEV, 1945: 126).

Segundo Vasiliev (1945: 126), Justiniano, seguindo conselhos de Teodora⁵¹, no início de seu governo, empenhou-se em estabelecer com os monofisistas uma situação

seriamente contestada no Oriente. Até o fim, a Igreja permaneceu como um departamento do Estado” (RUNCIMAN, 1977: 87).

⁴⁷ A heresia monofisista, como foi considerada posteriormente, pregava que “as duas naturezas de Cristo, depois da Encarnação, haviam chegado a constituir uma só natureza divina” (RUEDA, 1997: 26).

⁴⁸ Procópio (*História Secreta*, IX, 2-3) afirma que o pai de Teodora cuidava das feras do circo pela facção dos Verdes (ligados ao monofisismo). A influência das tendências monofisistas de Teodora nas ações e leis de Justiniano é bastante abordada. Como destaca Rafael González Fernández, “depois de 531 Justiniano levou sua política até os monofisistas que havia sido movida por uma de suas idéias principais de governo, lograr a unidade religiosa de todo o império e que foi manifestada em repetidas leis e também forçada por Teodora, influenciada por sua vez por Severo. Muitos clérigos e monges exilados voltaram para suas cidades. Os mesmos monges encontraram refúgio e proteção no círculo monofisista que rodeava a imperatriz” (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 1998: 63-64).

⁴⁹ Na região da Antioquia, no fim do século IV, alguns sacerdotes negavam a união das duas naturezas de Cristo e afirmavam que a virgem não pariu mais do que um homem; “um desses sacerdotes sírios, Nestório[...] pregava abertamente a nova doutrina e recusava à Virgem o nome tão popular[...] de *Theotokos* (Mãe de Deus)” (HEERS, 1991: 244).

⁵⁰ “Eutiques era Arquimandrita, de um monastério perto de Constantinopla. Depois de combater a heresia de Nestório Eutiques caiu no erro oposto: afirmava que tão só havia em Cristo uma natureza, a divina.” (GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, 1998:62).

⁵¹ As opiniões de Teodora influenciavam de fato as resoluções de Justiniano. Pierre Maraval (1999: 88-90) ressalta que as Leis elaboradas pelo imperador valorizavam a condição da mulher como criatura de Deus, esposa e mãe, diminuindo os obstáculos jurídicos para sua ascensão social e que tais aspectos sociais e morais do pensamento de Justiniano representam a figura de Teodora atuando junto a ele.

harmoniosa. Neste momento, os bispos monofisistas regressam a Bizâncio e são convidados a participarem de uma conferência religiosas de reconciliação. Tal objetivo, entretanto, foi minado pela insatisfação em relação às atitudes e concessões do imperador, por parte dos monofisistas, e pela dificuldade encontrada por Justiniano em conciliar as duas doutrinas numa única expressão de fé.

Por tais medidas administrativas, acrescidas aos empreendimentos bélicos em direção ao Ocidente, ao caráter artístico em notável enriquecimento e à formulação de um extenso e trabalhoso Código Civil, o governo de Justiniano apresenta-se como um dos mais importantes na história da Civilização Bizantina. Procópio de Cesaréa configura-se como uma fonte primorosa de tal governo, refletindo elementos do período em que escreve, apresentando, portanto, certa autenticidade na tentativa de aproximação do modelo clássico grego, atitude literária que caracteriza o período em que vive e que o une a Tucídides.

Neste momento, encontramos a coexistência do modelo de educação grega, a *paidéia*⁵², e o regime imperial romano. Apesar da influência helênica, os bizantinos do século de Procópio e dos precedentes se autodenominavam romanos (*rhomaíoi*)⁵³. Embora o Império Bizantino rechaçasse um considerável número de elementos do helenismo, como por exemplo, o modelo de religião dos gregos helênicos⁵⁴, a arquitetura retilínea usada nos templos, a representação naturalista da forma humana e a filosofia desenvolvida nos

⁵² A educação do Imperador Justiniano parece ser emblemática neste sentido. Segundo Pierre Maraval (1999: 23), Justiniano acompanhou o curso ordinário da *paidéia* antiga, estudou retórica e direito e foi também iniciado na teologia. Sua formação, por outro lado foi essencialmente latina e fazendo dele um Romano, com os traços característicos de um estado de espírito romano.

⁵³ Como Procópio de Cesaréa nos informa: “Procopio de Cesaréa pôs por escrito as guerras que Justiniano, o imperador dos romanos...” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. I,1). É importante informar que o imperador de Bizâncio fez-se chamar: *basileüs Rhomaíon*.

⁵⁴ Segundo Arnold Toynbee, “para os gregos da Idade Helênica, “heleno” significava “homem civilizado”, ou seja todo o contrário de “bárbaro”; para os gregos da Idade Bizantina “heleno” significava “pagão” e resultava num antônimo de “cristão”. Ou seja que “heleno” para os bizantinos já não significava “um de nós” e sim “um dos que estão fora” (TOYNBEE, 1988: 81). Ressalte-se porém, que as formas religiosas chamadas pagãs, continuaram a existir durante todo o percurso realizado pelos bizantinos.

séculos V a.C. e IV a.C. (TOYNBEE, 1988: 80), ainda sim houve o nascimento ou eclosão de um importante movimento estético particularmente literário, cujas bases exigiam um apego às formas empregadas pelos autores gregos da época clássica. Este movimento inicial foi chamado de “aticismo⁵⁵” e contava com autores cujo objetivo era atingir uma língua “grande, pura e sublime” (TOYNBEE, 1988: 9), e que desembocaria no chamado “classicismo”.

A aproximação em relação ao modelo clássico se desenvolveu, parcialmente, numa espécie de “escolha” literária, na tentativa de estabelecer uma língua que determinasse uma forma literária específica. Nesse movimento mais amplo, Tucídides e Procópio se encontram, numa relação entre o modelo clássico e o herdeiro bizantino que, entretanto, atua ativamente ao recorrer a uma realidade julgada de ordem superior que organize seu texto, conferindo certa autenticidade frente à conservação da herança clássica. Desta forma, objetivando melhor esclarecer a conduta de Procópio nesse movimento cultural, caracterizado por uma “mimesis” da Antiguidade clássica, desenvolveremos algumas considerações acerca do ambiente literário que permitiu a aproximação entre Tucídides e Procópio.

1.3. A influência da Antiguidade Grega na literatura bizantina: Tucídides e Procópio na narrativa sobre a guerra

Profundamente marcada pelos elementos da antiguidade grega, de um lado e pelo cristianismo, de outro, a literatura bizantina apresenta-se, freqüentemente, como um

⁵⁵ Guida Nedda Barata Parreiras Horta (1978: 60-66) o dialeto ático, consistia numa modalidade continental do Jônico [dialeto falado na Jônia, região litorânea da Asia Menor], falado na Ática, tendo como pólis Atenas, transformando-se no dialeto literário mais importante, a partir do V século a.C. “[...]especialmente com a hegemonia política e cultural de Atenas, conseqüente da sua decisiva participação na vitória contra o imperialismo persa” (HORTA, 1978: 61).

quadro, aparentemente, senão caótico, ao menos multifacetado e até mesmo antagônico. A coexistência desses diferentes elementos reflete essencialmente a configuração cultural e social do Império: juntamente com as lembranças da tradição romana e grega havia um contato direto com o mundo asiático e um estado fronteiriço com a Europa. A própria escolha da cidade de Constantinopla como capital do Império se deu devido a algumas vantagens, entre elas a sua posição de região intermediária entre a Europa e a Ásia, o que possibilitava, principalmente, o exercício do comércio.

O íntimo contato dessas variadas culturas impossibilitou que o Império Bizantino desenvolvesse de forma clara um sentimento forte de pertencimento, fato este que desembocava em ações revoltosas contra o governo oficial e brigas internas que enfraqueciam a estrutura imperial. Talvez por este motivo, freqüentemente os imperadores tenham se lançado a um objetivo unificador, como ,por exemplo, Justiniano (527-565), cuja aspiração máxima era estabelecer “um Estado, uma Lei, uma Igreja” (VASILIEV, 1945: 123). Desta forma, Bizâncio se viu “forçado a assimilar continuamente (por exemplo, no assentamento eslavo) novos fatores étnicos” (MAIER, 1991: 8) e essa síntese constituiu o elemento mais determinante do Império Bizantino. Se por um lado, do ponto de vista político e militar resultou importante essa localização fronteiriça entre Oriente e Ocidente, no âmbito cultural e social os antagonismos de ambos mundos tornaram-se visíveis e não raramente em forma de conflitos.

A configuração da prática literária, no Império Bizantino, fundamenta-se na existência de dois gêneros principais: a literatura profana e a cristã. Tal separação não se estabelece de forma radicalmente definida. Os escritores considerados profanos, por vezes, eram cristãos e, portanto, encontramos elementos do cristianismo em suas narrativas. Sendo

que a divisão dos gêneros parece-nos algo muito mais intimamente ligado à idéia da finalidade da obra.

Figura emblemática do gênero profano, e compondo suas obras em grego, Procópio situa-se como representante de uma cultura dominante em Bizâncio, que Bernard Flusin (2004: 260) caracteriza como sendo aquela “aliança da *paidéia* grega e do cristianismo oficial”. Segundo este autor, a aproximação entre a *paideia* e o cristianismo possibilitava, minimamente, uma certa unidade entre a elite, ocasionando uma atitude literária erudita que se referia a uma quantidade limitada de textos clássicos. Ciro Flamarion Cardoso (2005: 33) pontua que já no final da República e no Alto Império, os romanos aprendiam o grego e estudavam, além da língua, a cultura dos helenos de uma forma mais ampla. Em algumas situações, pode-se dizer inclusive que eles preferiam exprimir-se em grego, na escrita ou na oralidade⁵⁶.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, o bilingüismo tinha uma característica diferente daquilo que praticamos hoje. Para Marco Fábio Quintiliano, por exemplo, a existência do grego e do latim, de forma que um não ultrapasse o outro, era um ideal a atingir. Porém, a contribuição grega parece ter sido mais significativa em se tratando da literatura em prosa dita erudita, pois,

qualquer romano com pretensões culturais tinha a mente cheia de noções gregas aprendidas. [...] o domínio da língua grega pelos romanos era encorajada

⁵⁶ É importante ressaltar que tanto o grego quanto o latim, no âmbito da literatura em prosa, diferiam bastante da sua forma correntemente falada. Segundo Ciro Flamarion Cardoso (2005: 35), em 1915, Eduard Norden denominou essa atitude como *Kunstprosa*, que significava “prosa artística ou formal” e “designava os padrões dessa língua literária difundida pelo ensino retórico, extremamente codificada em seus níveis estilísticos (em latim, *genus dicendi*, em grego, *charaktér*), altamente imitadora (e carregada de citações) dos clássicos do passado. Os retores helenísticos e seus alunos tanto gregos quanto romanos foram os sistematizadores dessa prosa formal escrita (*graphiké lexis*), cujos inícios remontam a época bem anterior, aos sofistas e oradores dos séculos V e IV a.C., e cujas regras já haviam sido discutidas por Atisóteles” (CARDOSO, 2005: 35).

tanto por percepções sociais quanto por atitudes culturais. O grego não era só a linguagem da aprendizagem. Como era a língua dos próprios mestres, era essencial, como requisito prévio, para que o estudante pudesse embarcar em qualquer tipo de educação superior. A primazia cultural dos gregos significava que os romanos precisavam do bilingüismo mais do que seus professores gregos. O poder imperial impunha sua própria língua em público mas aceitava, na vida privada, a língua de seus súditos [gregos]. (FANTAHM, apud: CARDOSO, 2005: 34)

Também no Império Bizantino, auto denominado “romano”, o grego configurava-se como uma língua de prestígio, utilizada muito freqüentemente na produção literária, comportando pelo menos dois níveis: nas obras eruditas, formuladas por autores bem instruídos, empregava-se uma língua artificial cuja característica principal era a preocupação com o modelo clássico; “[...]em outras obras, utilizavam uma *Koiné*⁵⁷ mais popular” (FLUSIN, 2004: 260).

A separação entre uma literatura de elite (freqüentemente associada aos escritores classicistas) e outra popular, não encontra nenhum argumento definitivo, uma vez que a fronteira entre essas duas condutas é, por vezes, indefinida. Um escrito de elite como Procópio pode ter características populares, segundo Averil Cameron (1996: 30-32), se for entendido como popular uma aceitação compartilhada de irracionalidade, o miraculoso e o sobrenatural. O reconhecimento de tal fluidez nos ajuda a ver a sociedade do VI século mais positivamente, como, por exemplo, na questão das relíquias (a atração de uns e a abominação de outros em relação aos ícones e relíquias, durante boa parte do curso do

⁵⁷ Segundo Guida Nedda Barata Parreiras Horta , o termo *koiné* apresenta significados diferentes conforme nos mostra a definição que os antigos e os modernos tinham desde conceito, porém a autora afirma que *koiné* “também pode significar um determinado estágio da ‘evolução’ da língua grega, sensivelmente unificada na época medieval bizantina (*koiné* bizantina), do qual deriva[...] o ‘grego moderno’, através de sucessivas alterações: citem-se especialmente as de ordem fonética e prosódica, mas também as no campo da morfologia e da sintaxe[...]” (HORTA, 1978: 68), e é com este sentido que utilizamos o termo neste trabalho.

Império). Essa característica peculiar do Império Bizantino de indefinição, ou mais precisamente de justaposição ou coexistência de diferentes condutas, talvez explique porque nunca poderia haver aí uma renascença clássica no sentido mais puro e porque temos dificuldade em harmonizar os estilos dos três trabalhos de Procópio.

O contato com os clássicos se dá através de uma eleição dos códigos lingüísticos. Escritores como Procópio, Agatias⁵⁸ e Teofilacto Simocata⁵⁹, estabeleceram, de certa forma, uma linguagem erudita, diferente do grego falado correntemente, cuja aspiração máxima era reproduzir os elementos estruturais⁶⁰ e as preocupações narrativas de escritores como Heródoto, Tucídides e Políbio. Segundo Francisco Antonio Garcia Romero,

numa sociedade muito distante da época clássica, não só cronologicamente senão também, por suposto, desde o ponto de vista do ideológico e do espiritual, nosso historiador [Procópio] escreveu conscientemente numa linguagem que poderia ser entendida pelos cidadãos da Atenas de Péricles. Inclusive quando deve usar um termo que pertence a seu mundo utiliza uma espécie de ‘máscara clássica’, igual si se tratasse de um grego do século V que desconhece aquilo e que o fala aos ouvidos de um contemporâneo de Tucídides. Não é senão um procedimento puramente literário de um autor que está fixando sua visão em modelos dos quais o separam dez séculos. (GARCIA ROMERO, 2000: 9)

⁵⁸ Agatias de Myrina (+582) escreveu após a morte de Justiniano cinco livros de *Histórias*. Ele expõe os acontecimentos, sobretudo militares, de 552 a 558, das guerras contra dos Godos, os Vândalos, os Francos e os Persas.

⁵⁹ Contemporâneo do imperador Heráclio (610-664).

⁶⁰ Faz-se importante ressaltar que o fato desses escritores almejarem aproximar-se da forma narrativa dos historiadores clássicos, não quer dizer que realizavam com perfeição e nem que isso fosse um problema. Segundo Toynbee (1988: 135), na maioria das vezes as ambições de escrita superava os conhecimentos desses autores, proporcionando-nos a visualização de erros ou, no mínimo, absurdas afetações lingüísticas. No Renascimento italiano, Procópio era desqualificado enquanto historiador, frente ao modelo tucidideano, uma vez que Leonardo Bruni acusa deficiências na arte narrativa procopiana, principalmente por inépcia retórica (PIRES, 2007: 118). Essa idéia, porém, é problemática, na medida em que aquilo que Bruni e Toynbee, qualificam como “profundos disparates estilísticos”, integram a maneira de escrita dos historiadores bizantinos e não podem, portanto, ser criticado com tamanho radicalismo. Assim, a de se considerar tal informação com cautela, apresentando-a como peculiaridade da escrita bizantina e não como erro na reprodução do modelo escolhido.

A busca pelos padrões estilísticos consagrados pelos autores dos séculos V e IVa.C, propiciava uma baixa circulação de suas obras. Segundo Arnold Toynbee (1988: 132) esse fato representou uma barreira à difusão dos escritos dos historiadores bizantinos envolvidos nesse gênero narrativo. Tucídides compõe sua obra numa forma de escrita que, em sua época, comportava elementos da vida diária. Os historiadores bizantinos, como Procópio, ao empregarem o modelo tucidideano, reproduzem uma forma de grego, arcaizante, que já não se configura como parte integrante do material lingüístico comumente difundido. Assim, essas formas narrativas são, obviamente, restringidas a um círculo de leitores que compartilham, enquanto grupo instruído, a mesma motivação classicista.

É inegável, entretanto, o fato de que no período em que Procópio escreve, tal atitude encontrava-se em significativa diminuição. A ascensão de Justiniano ao trono acarretou uma série de atitudes que minou o fluxo da atividade literária classicista. Nesse momento, segundo Arnold Toynbee (1988: 102), a *Paidéia* sofreu um eclipse temporal, uma vez que os monges tentaram se apoderar da educação. Averil Cameron (1996: 19-32) destaca que Zonaras, escrevendo no final do período bizantino, não vê Justiniano como um influenciador da cultura, devido a ações como: o fechamento de escolas, em particular a Academia de Atenas⁶¹; a recusa de pagamento aos professores a fim de conservar o

⁶¹ A Academia neoplatônica, freqüentemente chamada Escola de Atenas, era uma instituição privada, com ressonâncias próprias, principalmente no século IV d.C., composta por “um chefe de escola (scholarque), de alguns filósofos e de um pequeno grupo de estudantes em nível avançado. O século V é marcado pela atividade de Proclo na Academia. No VI século[...] as leis de Justiniano atingem em particular essa Academia que é fechada em 529. Os filósofos [Damascio, natural da Síria, Simplicio da Sicília, Prisciano da Lídia, Hermias e Diógenes, oriundos da Fenícia e Isidoro de Gaza] , segundo o relato de Agatias, partem para a Pérsia [buscando apoio na corte de Khusrō I Anōsharvān], mas retornam posteriormente ao Império” (FLUSIN, 2004: 265). Segundo Alexander Vasiliev (1945: 125) o motivo para o fechamento da Escola Filosófica de Atenas em 529 resume-se na tentativa de exterminar o último reduto do paganismo em prol de uma fé única, uma das principais aspirações do Império neste período. Nesse movimento, muitos professores foram desterrados e os bens da Academia foram confiscados. Vasiliev expõe também o fato de que alguns filósofos foram para a Pérsia. Porém, não conseguiram se acostumar com o estilo de vida estrangeiro e retornaram à Grécia mediante promessa de Justiniano de não persegui-los. Segundo Gonzalo Fernandez (1983: 24), entretanto, os fatos do fechamento da Escola e a fuga dos sete sábios não apresentam uma ordem

dinheiro para as necessidades políticas e militares, bem como para a construção de obras como veículo de propaganda pessoal, entre outras.

Pierre Maraval (1999: 121-122) destaca que, de fato, não podemos atribuir à figura de Justiniano uma imagem de patrono da cultura literária. Contudo, embora seja excessivo considerar os anos de seu governo como “uma idade de ouro da literatura bizantina”, vemos a produção de algumas obras bastante significativas, o que não poderia ser diferente já que o objeto desta dissertação é justamente os escritos de Procópio, contemporâneo do imperador. Juntamente com suas obras, temos os escritos de Agatias de Myrina, Evagio Scolastico, no campo da história, e o poeta Romano de Mélode, e Cyrilo de Scythopolis, grande hymmografo cristão. Essas referências afastam, assim, a interpretação que privilegia o imobilismo e a decadência literária do período.

O peso das tradições gregas ocasionou, na cultura bizantina, um tipo de classicismo ativo. A tentativa de escrever de forma a contemplar a estrutura clássica não impediu a inserção de elementos próprios do período em que escrevem, ao contrário do que propunha Arnold Toynbee quando defendeu a idéia de uma “petrificação” dos elementos culturais bizantinos em relação à herança greco-romana. Embora atualmente atribua-se um caráter extremamente vivo às manifestações do Império Bizantino, estudos que abarquem os diversos elementos que compunham essas manifestações são ainda pusilânimes. Como oferecer uma leitura não totalmente baseada na aproximação com as estruturas clássicas, nesse Império? Ou, mais precisamente, como abordar outros elementos constituintes da

de causa e efeito. Segundo este autor, os escritos de Simplicio se apresentam como uma fonte primorosa para tal constatação, uma vez que este sábio qualifica o período posterior ao ano de 529 como um tempo de tirania e de crise. Portanto, não foi o fechamento da Escola que inspirou a fuga, mas um sentimento de temor entre os pagãos de Atenas, após a constituição de Justiniano. Fernandez ainda explica que, “dado que a marcha à Pérsia não pode ser anterior a 531, ano da ascensão ao trono de Khusrō, se vê que desde 529 até esta data, os filósofos optaram por permanecer ocultos e aguardar que a conjuntura se fizesse mais favorável e unicamente quando viram que esta última não teria lugar, se decidiram pela fuga” (FERNANDEZ, 1983: 27).

cultura bizantina que não somente aqueles que dizem respeito às estruturas greco-romanas? Tais perguntas continuarão a acompanhar os trabalhos sobre o Império Bizantino, onde a tendência a ver o Império no que ele carrega de influência grega ou romana predomina juntamente com o desconhecimento, mesmo que de forma não absoluta, das outras tradições que integram a imagem do Império como as advindas do Califato Árabe ou da Pérsia Sassânida.

Assim, entendemos que a literatura bizantina, ao recorrer a modelos clássicos, constrói um gênero único cuja mescla de elementos diferentes representa sua característica primordial, e nesse sentido, qualquer tentativa de determinar os aspectos mais fundamentais dessa composição fracassará se pretendermos apontar, mesmo que parcialmente, uma força dominante.

Nos próximos capítulos abordaremos as narrativas de Tucídides e Procópio, numa tentativa de estabelecer elementos comparativos entre esses dois historiadores, ressaltando a ligação que existe entre eles por meio do movimento estético citado acima.

CAPÍTULO 2

OS PROJETOS HISTORIOGRÁFICOS DE TUCÍDIDES E PROCÓPIO: PRINCÍPIOS TELEOLÓGICO E METODOLÓGICO DA NARRATIVA

Este capítulo refere-se, essencialmente, à possibilidade de, a partir de pontos de observação específicos, lançar olhares a dois projetos historiográficos, a saber, de Tucídides e de Procópio, que, embora sejam temporal e espacialmente distantes, possibilitam a percepção de uma certa configuração do conhecimento, o que os relaciona, tornando suas obras passíveis de abordagem comparativa.

Tucídides elaborou uma narrativa que se convencionou chamar *História da Guerra do Peloponeso*. Ao inaugurar seu projeto historiográfico, o historiador apresenta sua função na obra, a de ser o redator das batalhas, tal como elas ocorreram entre os atenienses e peloponésios⁶².

A *História da Guerra do Peloponeso* encontra-se dividida em oito partes, ou livros, subdivididas em pequenos capítulos, que ao todo somam 917. No livro primeiro, o historiador grego apresenta-nos uma introdução, na qual explicita seus objetivos, bem como sua metodologia. Encontramos, nesta parte, um resumo das etapas de formação da Grécia, dos antecedentes do conflito entre atenienses e peloponésios e da importância do objeto de sua investigação e descrição. O princípio axiológico fica, aqui, determinado pela

⁶²“Θουκυδίδης Ἀθηναῖος ξυνέγραψε τὸν πόλεμον τῶν Πελοποννησίων καὶ Ἀθηναίων[...]” “Tucídides de Atenas escreveu a história da guerra entre os Peloponésios e os Atenienses[...]” (TUCIDIDES. 1,1).

consideração da grandiosidade da chamada Guerra do Peloponeso⁶³, cujos principais beligerantes foram Atenas e Esparta. No livro segundo podemos encontrar, nos seus 103 capítulos, o relato da primeira batalha que durou cerca de dez anos. Nos livros terceiro (116 capítulos), quarto (135 capítulos) e na primeira metade do livro quinto, encontramos relatos sobre a trégua que ocorreu na região do Peloponeso. Na segunda parte do livro quinto e nos livros sexto (105 capítulos) e sétimo (87 capítulos), há a descrição e análise dos acontecimentos durante a guerra na Sicília. O livro oitavo esclarece os fatos ocorridos após a guerra na Sicília e antes da batalha naval de Cinossema. A partir daí, a Guerra do Peloponeso continuou, durando quase 27 anos, mas não foi inteiramente acompanhada pelo historiador⁶⁴.

Procópio elaborou três trabalhos: *De aedificiis (Sobre os edifícios)*, *Anedocta (História Secreta)* e *Bella (História das Guerras)*. *Sobre os edifícios* constitui uma obra cujo conteúdo remete-se à atividade construtora do Imperador Justiniano. Em seu proêmio, Procópio sublinha que o objetivo de tal realização narrativa reside no desejo de que as obras do passado, bem como o nome do realizador, não se perca para as gerações futuras⁶⁵. O caráter elogioso da obra permite que ela se configure como um panegírico ao Imperador. Embora a data de elaboração desta obra acarrete inúmeras discussões, podemos dizer que

⁶³ Segundo Jacqueline de Romilly (1998: 155), o movimento da exposição histórica, na obra de Tucídides, de fatos antigos e mais difíceis de serem estabelecidos, denominado de “Arqueologia” têm por objetivo demonstrar o quanto a Guerra narrada foi mais grandiosa do que os eventos bélicos anteriores

⁶⁴ Xenofonte estabelece uma continuação aos acontecimentos descritos por Tucídides. Segundo Hartog, “A Guerra do Peloponeso de Tucídides terminava com esta frase: ‘e, chegando primeiro a Efeso, ele fez um sacrifício a Artemis’. E as Helênicas de Xenofonte retomam, ou melhor, concatenam-se (reiniciam): ‘Depois disso, não muitos dias mais tarde, veio de Atenas Timócares tento poucos navios, e logo lutaram, de novo, os lacedemônios e atenienses, numa batalha naval, e venceram os lacedemônios, comandados por Agesândridas” (HARTOG, 2001: 87).

⁶⁵ Há, nesta obra uma expressão utilizada por Procópio: “pois sabemos perfeitamente que é isto o que quer o imperador” (PROCÓPIO. *Sobre os edifícios*. I 3, 1), que, segundo Juan Signes Codoñer, “só se pode entender se sabemos que o Imperador encomendou a obra a Procópio, uma hipótese que se vê confirmada simplesmente pelo fato de que Procópio maneja documentos oficiais nesta obra (as listas de edifícios dos livros IV e V por exemplo), já que é impossível que tudo o que descreve seja por *autopsia*” (SIGNES CODOÑER, 2000: 71).

foi, aproximadamente, em 560 d.C. que ela se efetivou. Não chegou a ser publicada imediatamente, sendo encontrada e publicada algum tempo depois.

A *História Secreta* é, sem dúvida, o trabalho mais controverso elaborado por Procópio. Escrita aproximadamente em 550 d.C., seu caráter duvidoso e peculiar é, freqüentemente, ressaltado. Segundo Averil Cameron “com a descoberta da *História Secreta* na Biblioteca Vaticano em 1623, ela se tornou o centro de uma controvérsia: como um e o mesmo homem poderiam ter escrito a História admirada das *Guerras* e este folheto grosseiro?” (CAMERON, 1996: IX).

A obra mais conhecida escrita por Procópio é a *História das Guerras*. Seu conteúdo compõe-se da descrição de expedições e campanhas militares de relevância entre os Bizantinos e os povos considerados bárbaros, pelos territórios limítrofes e ricos do Império, durante o governo de Justiniano e sob o comando de Belisário, general de confiança do Imperador⁶⁶. Sua estrutura encontra-se dividida em oito livros e foi elaborada pelo próprio autor. Foram publicados entre os anos de 550 d.C. (livros I ao VII) e 552 d.C. (livro VIII). Os livros I e II acompanham as rivalidades entre Persas e Bizantinos, durante os anos de 257 a 549 d.C.. Os livros III e o IV narram as campanhas empreendidas, entre 533 e 534 d.C., contra os povos denominados Vândalos. As campanhas contra os Ostrogodos da Itália, entre os anos de 536 e 540 d.C., compõem o assunto dos livros V, VI e VII. O livro VIII apresenta uma peculiar configuração, uma vez que descreve os acontecimentos dos anos de 550 a 553 d.C, abandonando as unidades de sentido militares, adotadas nos sete

⁶⁶ Durante esse período, Bizâncio também foi atacado pelos diversos povos que circundavam o Império, ou seja, mesmo as batalhas descritas por Procópio nos informam que as rivalidades desenvolviam ataques e defesas. Segundo Charles Diehl, o Império Oriental Romano, também foi atacado diversas vezes, mas conseguiu se sustentar com o vigor que o Ocidente não demonstrou. Diehl informa que no século V o Império Romano se desmorona sob o choque das invasões bárbaras. Bizâncio sofreu também com as invasões dos hunos e dos eslavos nos V e VI séculos, dos avaros nos VI e VII séculos e dos árabes e búlgaros ainda no século VII d.C. e “essas invasões, de modo definitivo ou passageiro, roubaram-lhe partes importantes do seu território ou foram inseridos na dinâmica do Império” (DIEHL, 1961: 37).

livros anteriores. O caráter coeso de alguns livros possibilita a divisão da obra em blocos, unidos pela ação militar determinada pelo povo e pelo período das campanhas. Assim, os dois primeiros livros são chamados de *Guerras Persas*, e os livros posteriores são citados como *Guerras Vândalas* (compostos por dois livros). Os livros V,VI e VII são denominados *Guerras Góticas*.

Faz-se necessário aludir à questão da comparação entre os escritos de Tucídides e Procópio. Considerando os livros I e II de Procópio como uma obra específica, inclusive encerrada sob o nome de *Guerras Persas*, efetuar-se-á a comparação entre a *História da Guerra do Peloponeso* e as *Guerras Persas* (livros I e II).

Segundo Jose Maria Candau Moron (1996), é possível situar os escritos de Tucídides e Procópio numa tradição historiográfica caracterizada pela atenção especial ao político e às ações militares; pela preocupação com o contemporâneo, uma vez que a história era a história do presente⁶⁷, e o passado ser utilizado, na medida em que servisse ao tempo atual⁶⁸; e pelo método investigativo baseado na *autópsia*, levando em consideração apenas o que a experiência pessoal e a participação direta do historiador registrava, ou sua habilidade no recolhimento de testemunhos confiáveis.

Se o conceito de História, tal como conhecemos hoje⁶⁹, e *história*, cunhado na Antiguidade, não apresentam uma continuidade de conteúdo e, conseqüentemente, de

⁶⁷ Tucídides enfatiza a incapacidade de adquirir um conhecimento correto das ações do passado, como podemos perceber no seu relato: “Na verdade, quanto aos eventos anteriores e principalmente aos mais antigos, seria impossível obter informações claras devido ao lapso de tempo” (TUCÍDIDES. I, 1).

⁶⁸ Como podemos perceber na fala dos coríntios, quando os lacedemônios convocaram seus aliados para escolherem pela guerra ou não com os atenienses: “Mas será preciso voltar ao passado, salvo na medida em que ele interessa ao dia de hoje?” (TUCÍDIDES. I, 123).

⁶⁹ Segundo Carlo Ginzburg (2002: 59), a historiografia, no seu sentido moderno, parece inicialmente na obra de Gibbon, no século XVIII, numa fusão entre duas tradições intelectuais heterogêneas: a história filosófica (Voltaire) e o antiquário. Para Reinhart Koselleck, “é antiga a certeza do historiador quanto ao fato de que sua tarefa consiste primordialmente em buscar a verdade e transmiti-la. Essa certeza, válida até hoje, em geral tem aprovação unânime. Já a afirmação de que só se pode encontrar a verdade quando se adota um ponto de vista fixo ou mesmo quando se toma um partido, essa nasce nos tempos modernos [e estabelece, para a ciência

aplicação, não é, todavia, inaceitável a idéia de que, entre os séculos V a.C e VII d.C., em relação ao gênero historiográfico grego, cuja ênfase recaía na política, houve uma certa manutenção nas estruturas narrativas, salvo algumas particularidades. Tal consideração não exclui a percepção de que, de fato, a linearidade de estruturas foi acentuada pela preocupação, no século XIX, de construir uma tradição historiográfica. Em termos lingüísticos, por exemplo, a utilização do grego das obras de Tucídides, Heródoto e Xenofonte pelos chamados historiadores classicistas, apresenta, não obstante, singularidades da época em que escrevem. Assim, apesar de uma constante preocupação com a aproximação entre o modelo clássico e as formas lingüísticas contemporâneas, pode-se perceber, entre os historiadores classicistas, aspectos das suas próprias contingências. Ressalte-se que considerá-los uma mera imitação dos modelos clássicos ocasiona um empobrecimento dos fatos narrados, já que não há qualquer credibilidade naquilo que descrevem como o ocorrido de fato, pois os acontecimentos seriam mais frutos de inspiração dos modelos do que da percepção real dos classicistas. Vejamos nosso exemplo: os estudos que reforçam em demasia a apropriação de Procópio à obra de Tucídides acabam por negar a base histórica dos acontecimentos que o historiador bizantino narra, uma vez que atribui seus relatos às inspirações do modelo tucidideano. Segundo Juan Signes Codoñer (2000: 106), os estudos de Adolf Duwe (1885), Hermann Braun (1885) e Max Bruckner (1896) são emblemáticos para a visualização de tais considerações, uma vez que defendem a idéia de que, ao buscar nas obras de Heródoto e Tucídides a inspiração para algumas passagens, Procópio pouco faz para descrever os fatos que diz acompanhar.

histórica duas exigências aparentemente excludentes]: fazer afirmações verdadeiras e apesar disto, admitir e considerar a relatividade delas” (KOSELLECK, 2006: 161).

Como, por exemplo, a passagem na qual Procópio relata o ataque da peste⁷⁰, que, na verdade, referir-se-ia à experiência tucídideana. Assim, tais estudos deslegitimam os dizeres deste historiador, enquanto narrativa histórica.

Para J.M. Candau Moron, tal procedimento realiza-se como uma escolha literária, ou seja,

ao utilizar um grego que pretende ser idêntico ao de Tucídides, Xenofonte ou Heródoto, estes autores se servem de um sistema expressivo apartado do falar contemporâneo. A língua mesma da historiografia classicista resulta, portanto, de uma eleição que rejeita o instrumento de comunicação mais óbvio para servir-se de um meio lingüístico especial e, por ele, possuidor de ressonâncias particulares. (CANDAU MORON, 1996: 151)

Destarte, a aproximação entre Tucídides e Procópio, tratando-se da formulação narrativa, não se reduz à utilização da mesma língua, é antes um produto literário ocasionado pela cristalização das estruturas e da eleição de tais estruturas na formulação de um gênero historiográfico⁷¹.

Nosso estudo prioriza os aspectos que coexistem entre as narrativas de Tucídides de Atenas e Procópio de Cesaréa, lançando olhares a seus projetos historiográficos, a partir de dois princípios: o metodológico e o teleológico.

⁷⁰ A descrição da peste que atingiu Atenas e Bizâncio é o tema principal do próximo capítulo. Importa ressaltar que compreendemos os relatos da peste, nas obras destes autores, como um momento emblemático na percepção de seus projetos historiográficos e, de fato, numa consideração não radical, consideramos que a narrativa de Tucídides serviu de inspiração para Procópio, uma vez que esse historiador grego elabora uma verdadeira tradição literária, da qual, inclusive, muitos literatos da Idade Média irão se apropriar para esboçarem suas próprias experiências com o fenômeno da peste.

⁷¹ Para Jose Antonio Flores Rubio (2000: 21), por exemplo, a utilização dos discursos e a preocupação, portanto, com o elemento psicológico da personagem, como recurso literário, representa uma nítida influência de Tucídides na estrutura narrativa de Procópio.

2.1. Apresentação da verdade histórica: princípio metodológico

Por princípio metodológico⁷², entendemos o grupo de considerações pelos quais o sujeito de autoridade, neste caso o historiador, fundamenta a verdade do seu dizer. A verdade histórica é lançada pela relação entre a experiência do historiador e os métodos que ele utiliza. Segundo Koselleck:

Em geral, o historiador está inclinado a conceder superioridade à troca de experiência e a definir-se a si mesmo como um mero narrador ou analítico que registra. Porém não cabe nenhuma dúvida de que uma experiência da história metodologicamente encaminhada se converte num fator independente que atua com grandes conseqüências. (KOSELLECK, 2001: 47)

Assim, a experiência se relaciona com o método, de forma a elaborar formas historiográficas singulares, embora compartilhem sempre de comunidades antropológicas minimamente estabelecidas que conferem às idiossincrasias aquela unidade a qual chamamos história (KOSELLECK, 2001: 47).

Antes de adentrarmos às específicas questões do método em Tucídides e Procópio, faz-se necessário pontuar algumas questões acerca da maneira como se inicia o projeto historiográfico grego cujas bases servirão como modelo à historiografia classicista.

A escrita da história, evidentemente, não surgiu entre os gregos. François Hartog (2001: 16) destaca que no Egito já havia o desejo pela eternidade e o zelo na preservação do passado. Porém, é com os gregos que se inicia a postura do historiador, como figura “subjetiva”. Tal configuração tem como causa um movimento geral de autonomia artística

⁷² A referência aos termos utilizados neste trabalho: princípio metodológico e teleológico, encontra-se na obra de Francisco Murari Pires (1999: 147-276), onde o autor apresenta a trajetória histórica de Tucídides e Heródoto a partir de seis princípios, a saber, o axiológico, teleológico, onomasiológico, metodológico, arqueológico e etiológico.

(considerando aqui a arte em todos os níveis, por exemplo, a arte médica) e filosófica que emergiu na Grécia, em meados do século VI a.C. e V a.C. Entre os historiadores,

[...]essa afirmação de si não se imporá, todavia, sem uma certa fragilidade, na medida em que a história logo se tornará um gênero, mas não uma disciplina, menos ainda uma profissão. Essa história – tornada para nós, modernos, a História em sua evidência – nunca foi, na Grécia e em Roma, mais que um discurso minoritário, um dentre os que, cada um a seu modo, se encarregavam da memória e contavam a genealogia e os avatares de uma certa identidade. (HARTOG, 2001: 18)

A memória já era objeto de atenção entre os gregos, antes da elaboração da atitude historiográfica. A novidade advém do método de apreensão do acontecimento e da formulação daquilo que denominamos “realidade”⁷³.

Memória e História, na mitologia grega, possuem uma ligação maternal⁷⁴. A deusa *Mnemosyne*, uma das divindades alegóricas amadas por Júpiter, cuja função era sedimentar o presente através do passado, fornecia bases para um futuro ordenado. Só *Mnemosyne* podia ligar o que os indivíduos foram, com o que são e com o que serão. *Clio*, que representava a história, era uma de suas filhas e trazia em si a seiva da eternidade, constituindo-se como antídoto do esquecimento (NEVES, 1999: 1062). Segundo Jacyntho Lins Brandão, as Musas constituem uma certa memória mesclada com o esquecimento, ou seja, não se trata de um esquecimento absoluto, uma negação da memória, mas do esquecimento de algumas coisas, nomeadamente os males e as preocupações. Trata-se de

⁷³ Consideramos que o mundo só pode ser apreendido como representação, no espaço simbólico, que, como afirma Sandra Jovchelovitch (1995: 74), é o espaço potencial, lugar onde reside aquilo que chamamos “realidade” a qual nada mais é do que um sentido partilhado e construído sobre a capacidade representacional dos sujeitos psicológicos.

⁷⁴ As musas são as nove filhas de *Mnemosyne* (memória), *Clio*, a musa da história; *Euterpe*, musa da música; *Tália*, musa da comédia; *Melpômene*, musa da tragédia; *Terpsicore*, musa da poesia lírica, da dança e de todos os coros; *Erato*, musa da poesia amorosa, em geral, empunha uma lira; *Polímnia*, musa da eloquência e da pantomima; *Urânia*, musa da astronomia; e *Calíope*, musa do poema heróico.

uma memória que, em vez de fluir sem limites, faz cessar algumas coisas (BRANDÃO, 2000: 18).

Assim, encontramos nas epopéias uma atitude de inspiração advinda do poder das musas oniscientes⁷⁵, cuja potencialidade reside na escolha entre dizer tudo o que é ou o que não é (HARTOG, 2001: 34), como o trecho abaixo nos mostra:

Dizei-me agora, Musas que a olímpica morada tendes, / Pois vós sois deusas, presentes estais a tudo e tudo sabeis, / Enquanto nós a fama apenas ouvimos, nada sabemos, / Quem os chefes dos dânaos e seus condutores eram. / A multidão eu próprio não diria nem nomearia / Nem se dez línguas e dez bocas eu tivesse, / Voz infrangível e brônzeo peito em mim houvesse, / Se as Olimpíades Musas, de Zeus que tem a égide / Filhas, não lembrassem quantos a Tróia forma. / Aos chefes assim das naus direi e as naus todas. (HOMERO. *Iliada*. 2, 484-493)

Na Grécia antiga, principalmente no período que corresponde ao V e VI séculos a. C., a memória encontrava um lugar privilegiado, ao conferir “imortalidade” ao ser humano. Além disso, a memória tinha também a função de registro do presente, evitando que o esquecimento imperasse no futuro. Hannah Arendt (1988: 70-72) sublinha que a noção de grandeza, tão proeminente na poesia e historiografia grega, baseava-se na estreita vinculação entre os conceitos de Natureza e de História, tendo como ponto de convergência a idéia de imortalidade. Para Heródoto, por exemplo, a concepção de Natureza compreendia todas as coisas que existiam por si mesmas, fazendo-se imortais. Através da História, para os gregos, os feitos dos homens se tornariam quase iguais à idéia de Natureza. Assim, para Arendt (1988), no início da História Ocidental, a pressuposição da distinção entre a mortalidade dos homens e a imortalidade da Natureza, entre outras coisas feitas pelo

⁷⁵ “é a uma divindade, a Musa, que o aedo solicita que conte a história da cólera de Aquiles na *Iliada* e as aventuras que marcam o retorno de Ulisses na *Odisséia*” (VIDAL-NAQUET, 2002: 63).

homem e as coisas que existem por si mesmas, permeava a construção historiográfica. Todas as coisas que existiam pelo labor dos homens, tais como obras, feitos e palavras, eram perecíveis, eram mortais, como que contaminadas pela condição de seus autores. Desta forma, a História serviria como veículo capaz de dotar tais obras de uma certa permanência, atribuindo aos feitos dos homens um caráter eterno. A escrita surge, assim, como possibilidade de salvaguardar os feitos e torná-los visíveis. A emergência de tal prática parece surgir de uma determinada contingência, de uma transformação no aparelho sensorial dos gregos na apreensão dos fenômenos⁷⁶.

No projeto historiográfico da *História da Guerra do Peloponeso*, por exemplo, de composição tucidideana, cujo conteúdo remete-se às batalhas que ocorreram na região do Peloponeso, entre os anos de 431a.C. a 404a.C, a celebração da substituição da oralidade poética pela formulação da história em prosa constitui-se como um veículo eficiente de registro e, conseqüentemente, de sobrevivência, em relação ao esquecimento que a memória está sujeita. Destarte, podemos afirmar que neste momento, encontramos uma ligação em potencial entre esses dois conceitos: memória e história, numa tentativa de articular a função da própria escrita da história entre os gregos.

Para Walter Benjamin, “a memória é a mais épica de todas as faculdades” (BENJAMIN, 1994: 210), e manifesta-se, primordialmente, na relação dominada pelo desejo de conservação do que foi narrado, entre o ouvinte e aquele que narra, sendo a narração constituída pelo intercambiar das experiências envolvidas. Fernando Catroga (2001: 53) enfatiza que as relações entre memória e representação historiográfica do passado não são lineares. Para este autor, ambas constituem modalidades essenciais de

⁷⁶ Temos nessa época, por exemplo, a formulação da medicina hipocrática, fundada por Hipócrates de Cós, pautada no prognóstico, isto é, na cuidadosa observação dos rumos que a doença tomava. O médico observava os sintomas de uma determinada doença objetivando chegar a um diagnóstico.

afirmação da consciência histórica; constroem *re-presentificações*, dentro de uma experiência de tempo, a partir da interrogação de indícios e traços⁷⁷; e intentam ordenar (retrospectivamente) o caos dos acontecimentos, mediado pelo presente. Na medida em que é preciso estabelecer unidades de sentido, recortando o passado temporal, espacial e culturalmente, deve-se considerar que tal procedimento não é ingênuo. Desta forma, tanto quanto a memória, a história também é construída sobre silêncios e recalcamientos, e sua escrita é fonte produtora e legitimadora de memórias, tradições e, conseqüentemente de identidades, pois, uma vez que a memória só se realiza através da alteridade (ninguém se recorda exclusivamente de si mesmo), “e a exigência de fidelidade, que é inerente à recordação, incita ao testemunho do outro” (CATROGA, 2001: 45). A lembrança da coisa não é nem sempre nem freqüentemente dada, é preciso procurá-la, e mais, é preciso estabelecê-la.

Entendemos por memória a capacidade também do esquecimento. Para Catroga (2001: 47) a recordação tende a esquecer-se do esquecido que ela mesma constrói, estando aquela sempre ameaçada pela amnésia. Em certa medida, a memória é uma “previsão ao contrário”. Segundo Jô Gondar (2000: 36), o esquecimento é condição para o pensamento, assim seríamos privados de muitas coisas caso o esquecimento se tornasse uma tarefa impossível, pois uma memória plena não seria apenas insuportável, mas seria também impossível. O esquecimento é um ato de poder, uma vez que a sociedade ou o indivíduo pode desejar ocultar tudo aquilo que possivelmente revelará seus paradoxos, suas falhas, ou seja, tudo aquilo que poderia comprometer a imagem que se pretende construir sobre si

⁷⁷ A característica que enfatiza a ordenação dos acontecimentos pela seleção da memória e pela sua exteriorização através da narrativa encontra lugar também nas formulações de Carlo Ginzburg, cuja teorização sublinha a relação entre fragmentos do passado e a construção da narrativa, ao dizer que: “O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas,[...]deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (GINZBURG, 1989: 152).

mesma. Assim para Gondar, o esquecimento mais que um fenômeno natural, causado unicamente pelo prosseguir do tempo, é um ato social, tão histórico quanto a nossa própria história.

Para Lucília de Almeida Neves, memória e história são processos sociais, construções humanas. Assim, “ao se dedicarem à tarefa de fazer afluir o passado por meio de diferentes versões e de analisá-lo da maneira mais consistente possível, estão vinculando a razão histórica à memória” (NEVES, 1999: 1069).

A memória constitui-se, muitas vezes, como fonte informativa para a História. Paul Ricoeur (2000) enfatiza a incapacidade, senão a impossibilidade, de se decidir qual delas constitui a parte mais essencial na representação do passado⁷⁸. Nos projetos historiográficos analisados: de Tucídides e Procópio, vemos que a escrita da história assume uma importância social, sustentada pela memória, uma vez que a cristalização do que se viu representava uma vitória sobre o inexorável esquecimento. A inspiração, entretanto, não advém das musas, como requer Homero, mas da própria figura do sujeito elaborador da obra, como nos mostra o trecho Tucídideo:

“Thoukydides Athenaïos xynégrapse tôn pólemon[...].”

“O ateniense Tucídides escreveu sobre a guerra[...].” (TUCÍDIDES. I,1)

Também em Procópio há uma sugestão análoga:

⁷⁸ Tais estudos mostram que as relações entre história, memória e esquecimento vêm sendo constantemente discutidos, numa intensidade cada vez maior. Para Carlos Ginzburg (2001: 179), pensando na relação entre esses conceitos, foi com o surgimento da historiográfica na Antiguidade, cuja finalidade é registrar e conservar dos feitos dignos de memorização, que se instalou a possibilidade de uma reflexão acerca da distância que separa o homem do seu passado. Antes, “a memória coletiva, transmitida por ritos [como os discursos fúnebres], cerimônias e eventos semelhantes” (GINZBURG, 2001: 179) reforçavam o nexos com o passado, mas não cuidava de pressupor um movimento de reflexão sistematizada.

“*Prokópios Kaisareùs toùs polémous xynégrapsen*[...].”⁷⁹

“ Procopio de Cesaréa pôs por escrito as guerras[...].”(PROCÓPIO.
Guerras Persas. I,1)

É peremptório o fato da utilização do termo *xynégrapsen* nos trechos acima. Tal consideração permite-nos afirmar que Procópio aproxima-se, fundamentalmente, de Tucídides, uma vez que vemos em Heródoto o fundamento da sua função na palavra *historía*⁸⁰: “investigação em todos os sentidos da palavra” (HARTOG, 2001: 50). Formada a partir do verbo *historeîn*, operação que orienta a prática historiográfica, em Heródoto *historía* remete etimologicamente a *ideîn* ou ver, e a *oida* ou saber. Tucídides e Procópio *xynégrapsen* ou *syngráphein*, ou seja, registram, escrevem, tomam nota (o termo não designa apenas a atividade historiográfica, podendo ser usada em termos jurídicos). Desta forma, “a dimensão da escrita passará ao primeiro plano, a da investigação se retrairá” (HARTOG, 2001: 98).

Assim, cidadão de Atenas, Tucídides apresenta-nos em seu próêmio declarações de princípios narrativos que, entendemos tradicionalmente por metodológicas. O teor de seu dizer compõe-se de duas figuras: a subjetividade de uma composição discursiva encerrada na identificação de seu autor: Tucídides de Atenas; e a aspiração de uma narração objetiva, servindo como espelhamento transparente do que realmente aconteceu. Na tentativa de afastar o elemento mítico, Tucídides radicaliza seu projeto historiográfico, apresentando a historiografia como história do presente, ou seja, ele pretende reduzir ao máximo a distância entre o tempo do acontecimento e o tempo da narrativa, almejando, assim, libertar

⁷⁹ Trechos em grego retirados da primeira nota da tradução da obra *História das Guerras – Libros I-II*, por Francisco Antonio García Romero (2000: 33).

⁸⁰“ Ἡροδότου Ἀλικαρνησέως ἱστορίας ἀπόδεξις ἥδε,[...]” “Os resultados da investigação de Heródoto de Halicarnassos[...].” (HERODOTO. I,1).

a memória do tempo histórico, da confusão de sentidos que a memorização prolongada favorece. Somente e tão-só através deste procedimento a verdade histórica conseguiria sobressair-se em relação aos embelezamentos que falseiam a verdade dos fatos (PIRES, 2004: 96), como podemos perceber no trecho em questão:

Quanto aos discursos pronunciados por diversas personalidades quando estavam prestes a desencadear a guerra ou quando já estavam engajados nela, foi difícil recordar com precisão rigorosa os que eu mesmo ouvi ou os que me foram transmitidos por várias fontes[...] Quanto aos fatos da guerra, considerei meu dever relatá-los, não como apurados através de algum informante casual nem como me parecia provável, mas somente após investigar cada detalhe com o maior rigor possível, seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros. O empenho em apurar os fatos se constituiu numa tarefa laboriosa, pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, ou de acordo com sua memória. (TUCÍDIDES. 1, 22)

Seguindo a mesma perspectiva, Procópio apresenta semelhante preocupação, uma vez que escreve em seu prefácio:

Procópio de Cesaréia pôs por escrito as guerras que Justiniano, o Imperador dos romanos, levou a cabo contra os bárbaros[...] recolhendo como vieram a desenrolar-se os acontecimentos em cada uma delas para que o largo curso dos séculos não reduza a nada os fatos sobresalientes[...] Entendia ele, por outra parte, que à oratória lhe corresponde o rigor, à poesia as invenções fantásticas e à obra histórica a verdade. Por isso, desde logo, não trato de encobrir as ações mais desafortunadas nem sequer de nenhuma das pessoas muito próximas a ele, senão que escrevi com exatidão cada uma das coisas que lhes sucederam a todos[...]. (PROCOPIO. *Guerras Persas*. I, 34)⁸¹

⁸¹ É enigmático o fato de que na obra posterior, intitulada *Anecdota* ou *História Secreta*, Procópio realiza no prólogo a afirmação de que irá revelar, no presente livro, as causas de muitos acontecimentos mencionados

Ambos historiadores citados privilegiam o *ver*, em detrimento do ouvir, atribuindo aos seus relatos uma verdade maior pelo fato de “saberem porque viram”, sendo muitas vezes testemunhas oculares diretas⁸². Ao valorizarem a percepção direta em relação ao acontecimento, consagram o princípio da *autópsia*, uma vez que seus escritos são legitimados pelas suas presenças ou quando necessário da presença direta de seus informantes nos eventos, seguida de rigorosa avaliação das testemunhas⁸³ (PIRES, 2004: 98). Devido a essa aspiração, Tucídides e Procópio retomam para si o lugar de enunciador onisciente e almejando fazer ver a única história possivelmente factível, a do tempo presente, realizam uma crítica às testemunhas e à memória.

Ao pontuar o papel da memória, Tucídides apresenta, nesse momento, os questionamentos acerca da diversidade discordante dos relatos e das lembranças, mas não critica a unidade factual. Assim, o historiador conseguiria trabalhar a memória de modo que o fato pudesse ser, objetivamente, lançado ao leitor. Segundo Francisco Murari Pires (2004: 99), “a narrativa historiográfica tucidideana não faz aflorar a dialética de suas fontes informativas e tampouco revela os procedimentos de sua metodologia crítica”. Procópio aproxima-se desta postura e ambos desenvolvem suas *histórias* compondo-as, destarte,

nos livros precedentes, desdizendo aquilo que afirma anteriormente sobre a exatidão de sua narrativa. Vemos no segundo livro a formulação de um juízo quase apocalíptico sobre Justiniano, acusando-o dos males mais terríveis que acometeram os bizantinos durante seu governo. Além disso, expõe em demasia a figura de Belisário, general ao qual dispensa elogios e admiração na primeira obra, afirmando falhas no seu caráter. As esposas do Imperador e do general também são incluídas nos relatos de Procópio; este afirma que ambas influenciavam seus maridos, que eram de origem duvidosa e que realizavam indecorosas atitudes sexuais, incluindo traições e abortos.

⁸² Francisco Murari Pires (2004) destaca que por menor que seja a distância entre o tempo do acontecimento e o da narrativa, há sempre um ato de memorização e nele está contido um impasse, apresentado pelo próprio Tucídides: o da multiplicidade de relatos acerca de um mesmo fato. Segundo Murari (2004: 99), a situação da presença cognitiva não consegue jamais se libertar desse dilema, uma vez que os informantes presenciaram os acontecimentos porque participaram, se participaram estavam engajados em algum dos lados e, por isso, predispostos a informarem os fatos influenciados por suas determinações subjetivas.

⁸³ Segundo José Antonio Flores Rubio, “Procópio utiliza uma e outra vez o método da *autopsia* (versão direta dos acontecimentos) para a posterior narração fidedigna dos fatos históricos, normalmente de caratê bélico, igual, por exemplo, a Tucídides “ (FLORES RUBIO, 2000: 20).

quase exclusivamente de resultados factuais, permeados pelo silêncio, senão da definição do método, de sua aplicação.

Nas obras de Tucídides e Procópio, encontramos referências pessoais em mais de uma ocasião. Num movimento almejando fidedignidade narrativa, os historiadores em questão lançam seus nomes e suas experiências. Tucídides fala em nome próprio quando proporciona informações sobre o seu método, ao dizer que: “*Segundo as minhas pesquisas, forma assim os tempos passados, embora seja difícil dar crédito a todos os testemunhos nesta matéria[...]*” (TUCÍDIDES. I. 20). Fica aqui evidente a impossibilidade de apreensão plena do passado pela ausência da presença cognitiva (PIRES, 1999: 257), embora Tucídides fundamente seu dizer sobre o passado na informação de seu método rigoroso e compromissado com a verdade. Também encontramos a figura subjetiva de Tucídides, quando os acontecimentos narrados são os que ele participou, como vemos a seguir:

[...] e mandaram um mensageiro ao outro comandante para o território fronteiro à Trácia; *ele era Tucídides filho de Oloros*, o autor desta *História*, na época estacionado em Tasos, ilha situada a aproximadamente meio dia de viagem por mar de Anfípolis e colônia de Paros. (TUCÍDIDES. IV, 104)

No caso da descrição da peste que acometeu os atenienses em 430 a.C., encontramos também uma auto-referência. Ao informar os sintomas que ele mesmo sofreu, Tucídides valida o advento da epidemia pela sua presença. Aqui o passado, domínio do tempo, já não se apresenta como óbice à narrativa do historiador. Uma vez que a peste desenrola-se no presente, o projeto historiográfico de Tucídides, neste momento, encontra sua expressão por excelência. Segundo o ateniense Tucídides:

[...] descreverei a maneira de ocorrência da doença, detalhando-lhe os sintomas, de tal modo que, estudando-os, alguém mais habilitado por seu conhecimento prévio não deixe de reconhecê-la se algum dia ela voltar a manifestar-se, pois *eu mesmo contraí o mal e vi outros sofrendo dele*. (TUCÍDIDES. II, 48)

Procópio também se faz presente, explicitamente, na sua história, no momento em que expõe seu método, já no próêmio justifica sua obra e fundamenta seu labor ao escrever: “*Procópio de Cesaréa pôs por escrito as guerras que Justiniano, o imperador dos romanos, levou a cabo contra os bárbaros de Oriente e Ocidente...*” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. I, 1).

Também quando informa sua participação nos acontecimentos, Procópio, como Tucídides, refere-se à sua pessoa. Sua nomeação como conselheiro do general Belisário, oferece-nos um visível exemplo de tal atitude. Assim, nos informa Procópio sobre este evento: “Por esta razão, o imperador destituiu de seu cargo Libelario e colocou Belisario a mando dos recrutas com destino em Daras. Foi também então que se nomeou conselheiro seu a Procópio, o que escreveu esta historia” (PROCOPIO. *Guerras Persas*. I, 12, 24). Em movimento semelhante a Tucídides, Procópio também valida o evento da peste que assolou Bizâncio pela sua presença como testemunha ocular direta ao escrever que:

Começava sempre esta enfermidade pelas zonas costeiras e, assim, ia já subindo até as regiões do interior. Ao segundo ano, a meados da primavera, chegou a Bizâncio, *onde casualmente estava eu residindo naquela então* . *E ocorreu da seguinte maneira*. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II. 22.9)

A percepção das referências pessoais, nas obras dos historiadores, implica o desenvolvimento de outro ponto importante nos projetos historiográficos em questão: as oscilações entre as ações de personagem e de coletividades.

Enquanto em muitos momentos os historiadores movimentam coletividades, em outros fazem soar a voz de figuras muito bem delineadas e descritas. A despeito de qualquer tentativa de solucionar um dilema já muito proposto pela sociologia e que opõe indivíduo à sociedade, interessa-nos expor a configuração destes elementos.

A pergunta de Marshall Sahlins (2004:121) a respeito dessa relação talvez seja relevante: “Na *Guerra do Peloponeso*, quem está agindo?”. Tal pergunta também se enquadra na narrativa de Procópio. Tucídides e Procópio movimentam-se em aparente liberdade entre dois tipos de agentes históricos: coletividades tucidideanas, como atenienses, lacedemônios ou coríntios, e procopianas como os romanos e persas, e indivíduos proeminentes, como Péricles, Brasidas ou Alcibíades (na *História da Guerra do Peloponeso*) e Justiniano, Belisario ou Cosroes (na *História das Guerras: Guerras Persas*).

Segundo Antônio Lopez Eire (1990: 99), Tucídides apresenta os indivíduos sempre à luz do âmbito do político. Assim Péricles é visto como o mais capaz dos políticos de seu tempo tanto no uso da palavra como na gestão do governo, Alcibíades descrito como um homem cuja conduta na vida privada ofendia todos os cidadãos, embora suas decisões públicas, acerca dos assuntos relativos à guerra, fossem dirigidas da melhor maneira possível, enquanto Nícias oferece-nos um caráter mais prudente, e ainda que fosse excessivamente dedicado às práticas da adivinhação, teve todo o curso da vida ditado por virtudes. Lopez Eire sublinha também que, em mais de uma ocasião, os personagens são lançados em pares, através dos discursos e de suas respectivas réplicas; outras vezes, porém, aparecem incluídos em algum diálogo, como por exemplo, Brasidas, no denominado “Diálogo dos Mélios”, cuja figura compõe as linhas básicas do acontecer histórico, embora não se pronuncie em primeira pessoa (LOPEZ EIRE, 1990: 98). Num trabalho publicado em 1971, no *Jornal Americano de Philologia*, H. D. Westlake (1971:

108) afirma que, de fato, Tucídides não gosta de fazer indivíduos responsáveis por decisões gerais, como Heródoto comumente fazia⁸⁴, embora reconheça a influência dos discursos nessas mesmas decisões. No livro primeiro, por exemplo, encontramos uma passagem em que Arquidamos, o rei dos lacedemônios, e Stenelaídas se pronunciam a favor da guerra contra os atenienses, porém, são os lacedemônios e em seguida a Assembléia que votam e decidem adotar a ação belicosa (TUCÍDIDES. I, 79, 88). Além disso, Westlake (1971: 108) também afirma, como Lopez Eire, que as afirmações explícitas de caráter individual, na obra de Tucídides, são pusilânimes, estando, em sua maior parte, confinadas à política ou à inteligência e habilidade militar.

Em Procópio, a existência de elementos coletivos é mais reduzida, no que concerne às resoluções históricas. As figuras individuais ganham relevo, principalmente a do imperador Justiniano e a de Belisário. Embora haja referências, por exemplo, aos persas, aos romanos do Oriente, do Ocidente, e a outros povos denominados “bárbaros”, as decisões são, na grande maioria, responsabilidade de indivíduos. Nos discursos também, ao contrário de Tucídides, Procópio não enfatiza a voz comum, mesmo quando são os embaixadores da Lácica a discursarem, eles o fazem sob o jugo de seu rei, e só o fato de serem embaixadores denota um tipo de representação do poder oficial: “e agora nós e, com nós, o rei da Lácica, entregamos aos persas nossas próprias pessoas e nossa terra para que nos trateis a vossa vontade”(PROCÓPIO. II. 17,18).

⁸⁴ Em Heródoto, a influência e ação dos indivíduos parecem pesar mais sobre as decisões importantes. Vemos por exemplo o fato de que Leônidas decidiu mandar embora os helenos que temiam morrer nas Termóplitas: “Diz-se também que o próprio Leônidas os mandou embora, com a intenção de livrá-los da morte, enquanto para si mesmo e para os espartanos presentes não seria digno desertar da posição cuja defesa eles tinham vindo assegurar acima de tudo[...] Leônidas mandou os aliados embora antes de vê-los partir divergindo dele e desordenadamente” (HERÓDOTO. VII, 220). Encontramos em Heródoto referências como: “Os bárbaros e Xerxes avançaram, e os helenos de Leônidas[...]” (HERÓDOTO. VII, 223) que enfatizam as figuras individuais, responsáveis mesmo pelas coletividades. Além disso, como o modelo de Heródoto ainda é a epopéia, vemos em sua narrativa extensas evocações gloriosas ligadas à indivíduos valorosos. Sufocando as visões de conjunto, o indivíduo é seu centro de interesse (ROMILLY, 1998: 76).

Quando escrevem sobre o ataque da peste, deixam a mostra tal estilo, uma vez que em Tucídides, a peste cai sobre os atenienses impiedosamente em duas manifestações. Sua ação é citada no discurso de Péricles como única ação que extrapolou as expectativas dos atenienses. Como narra Tucídides:

Durante o inverno seguinte a peste atacou pela segunda vez os atenienses; na realidade, ela ainda não havia sido totalmente dominada, embora tivesse havido um período de recesso. Ela continuou nesse novo período por não menos de um ano, após grassar por dois anos completos no período anterior, de tal forma que os atenienses foram mais castigados por ela que por qualquer outra calamidade, e sofreram conseqüentemente um golpe sumamente nocivo ao seu poder de luta. (TUCÍDIDES. III, 87)

Já na narrativa de Procópio, encontramos uma tentativa do Imperador de barrar ou amenizar os efeitos da epidemia que atacou Bizâncio, conferindo relevo à figura do Imperador apresentando sua importância pessoal nas tomadas de decisões. Assim Procópio nos informa:

Ao imperador lhe tocou, como era lógico, tomar medidas e ocupar-se do assunto. E, assim, distribuiu partidas de soldados do palácio e sumas de dinheiro e ordenou a Teodoro que se encarregasse desse acometido. Este oficial estava à frente do despacho de consultas imperiais: continuamente lhe notificava ao imperador petições que faziam os demandantes[...]. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 23, 6)

Podemos perceber que, apesar da aproximação entre os dois projetos historiográficos em questão, ambos oferecem particularidades que, se desconsideradas, corre-se o risco de empobrecer em todos os sentidos, principalmente o relato de Procópio, frente ao modelo tucidideano. Vemos, por exemplo, que a narrativa tucidideana apresenta

uma motivação claramente política e forma-se num presente cuja característica principal é a crise, a ruptura, explicitada através de momentos da sua escrita: uma epidemia que de concreta, passa a ser metáfora para um mal social, a saber, a *stásis*, e nesse sentido o rigor do método fundamentado na *autópsia* encontra projeção em última instância, pois permite a localização e o acompanhamento do problema. Já os escritos de Procópio aparecem numa paisagem cultural influenciada, enormemente, pelas questões teológicas. J. M. Candau Moron sublinha que “a técnica à qual recorre o historiador classicista é idêntica à que opera em outros produtos de sua época: a apelação a uma realidade de ordem superior que organiza e transfigura seu texto[...].” (MORON, 1996: 157). Tal afirmação permite-nos pensar que, talvez, a busca pela aproximação, neste caso, com o modelo tucidideano, da parte de Procópio, seja mais do que uma simples ausência de autenticidade, mas uma maneira de relacionar-se com o mundo, que caracterizaria a atitude dos historiadores denominados classicistas.

2.2. *Ktêma es aei*: princípio teleológico

Se a tradição historiográfica fundada sob o signo da valorização das ações do presente, cujos expoentes incluem também Tucídides e Procópio, caracteriza-se pela narração dos fatos contemporâneos, a consideração, entretanto, generalizante, de que tudo o que se manifestasse no presente poderia ser objeto da história, representa uma quimera.

Tal constatação permite-nos esboçar, num primeiro momento, uma semelhança é uma diferença entre os escritos de Tucídides e Procópio. Se a similitude reside na forma de registro, uma vez que em ambos, o objeto da narrativa é o fato contemporâneo; a diferença se encontra no conteúdo, pois cada um, motivados pelo presente, registram aquilo que

presenciam. De fato, se o conteúdo procopiano da *Guerras Persas* aparece, de forma geral, muito próximo ao texto tucidideano, isso pôde ser possível graças a um movimento de luz e sombra, que privilegiou certo pontos da narrativa, numa tentativa de enquadrar os fatos, naquilo que os modelos clássicos (como foi Tucídides) estabelecem como digno de ser historiado.

O *valor-utilidade* da narrativa historiográfica sempre esteve assaz fixado entre os sujeitos responsáveis por narrar, metodologicamente, os acontecimentos. Heródoto almejava a imortalização dos feitos, pelo poder da escrita como nos explicita: “Heródoto de Túrio dá esta exposição de sua inquirição a fim de que nem as realizações humanas se desvançam com o tempo, e nem grandiosas e maravilhosas obras, realizadas sejam pelos helenos, sejam pelos bárbaros, fiquem sem fama” (HERÓDOTO. I,1). Tucídides buscava despir a narrativa de qualquer adorno responsável por obscurecer a verdade dos fatos, assumindo que sua obra, “na verdade,[...] foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio.” (TUCÍDIDES. I, 22). Em Políbio encontramos a defesa da atitude pragmática e a motivação de não deixar cair no esquecimento a obra mais sublime da *sorte* resumida na permanência e amplitude do poder nas mãos dos romanos; em suas próprias palavras,

apenas a partir do entrelaçamento e da comparação de todos os feitos uns com os outros, e ainda a partir de suas semelhanças e diferenças, alguém poderia dispor da capacidade e da possibilidade de, pela observação, tirar da história, a um só tempo, tanto o útil, quanto o prazeroso. (POLÍBIO. I, 4)

Segundo François Hartog temos, neste momento, uma atitude historiográfica que concebe a história como um material que ficará disponível aos homens do futuro. Desta

forma, Tucídides, mais emblemático, com a elaboração da *História da Guerra do Peloponeso*, dirige idealmente sua obra ao futuro, ou seja, visa à formulação de um

instrumento de inteligibilidade dos presentes por vir. Pois, levando-se em conta o que são os homens (*tò anthrópinon*), outras crises análogas não deixarão de irromper no futuro. É essa permanência da natureza humana que funda, para Tucídides, a exemplaridade desse conflito. Dito isso, ele não se projeta no futuro, nem considera a história como um processo, mas propõe simplesmente fazer de seu presente um “exemplo” para sempre, esse presente que jamais foi tão grande. (HARTOG, 2001: 98)

Enquanto os eventos do passado necessitariam da interferência do historiador, em algum momento dotado de uma autoridade narrativa⁸⁵, os do presente, apenas pelo relato fidedigno e correto, já seria revelado em sua essência.

Ao final dos proêmios, Tucídides e Procópio, simultaneamente, reduzem e ampliam os horizontes de valia do saber histórico, uma vez que assumem como objetivo último trocar o obscuro do mito/falso pela clareza da realidade dos fatos, ou seja, sobrepõem a aquisição permanente do saber presente da escrita, pela leitura, à posse momentânea da tradição oral. A esse respeito, Procópio escreve: “É justa a lembrança de tais fatos o que considero que seria algo importante e sumamente proveitoso para os homens de hoje e para os do futuro” (PROCOPIO. *Guerras Persas*. I, 34), ou seja, percebemos nos dois historiadores a presença da idéia de História como *ktêma es aei* (uma aquisição para sempre).

⁸⁵ Assim informa Tucídides, acerca da sua autoridade literária: “A luz da evidência apresentada até agora, todavia, ninguém erraria se mantivesse o ponto de vista de que os fatos na antiguidade foram muito próximos de como os descrevi, não dando muito crédito, de um lado, às versões que os poetas cantaram, adornando e amplificando os seus temas, e de outro considerando que os logógrafos compuseram as suas obras mais com a intenção de agradar aos ouvidos que de dizer a verdade uma vez que suas estórias não podem ser verificadas, e eles em sua maioria everedaram, com o passar do tempo, para a região da fábula, perdendo, assim, a credibilidade.” (TUCÍDIDES. I, 21).

O fundamento da veracidade de suas narrativas repousa na validade de suas posições, ou seja, eles apresentam e atestam o lugar de onde falam (escrevem), ressaltando a boa condição em que se encontram para realizar aquilo a que se propõem: o relato dos acontecimentos, os quais julgam pela grandiosidade que percebem⁸⁶. Assim Tucídides explica:

vivi a guerra inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas. Atingiu-me também uma condenação ao exílio que me manteve longe de minha terra por vinte anos após o meu período de comando em Anfípolis e,[...] graças ao meu ócio pude acompanhar melhor o curso dos acontecimentos. (TUCÍDIDES. I, 26)

Procópio também se julga muito bem posicionado para a descrição dos acontecimentos que acompanha: “Ademais o autor sabia bem que estava mais capacitado que ninguém para escrever sobre isto, e não por nenhuma outra razão senão porque, ao haver sido nomeado conselheiro de Belisario, lhe tocou estar presente em quase todos os fatos” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. I, 1, 3).

O desenvolvimento de um projeto historiográfico, porém, não se reduz à legitimadora posição daquele que relata. Portanto, vemos também um princípio axiológico nessas narrativas, presente na percepção de um critério justificador para a seleção pela qual

⁸⁶ Hannah Arendt, ao discutir a atitude historiográfica assumida pelos historiadores da Antiguidade, resalta que “o que para nós é difícil perceber é que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas e rasgos isolados. Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a *bíos* retilinear dos mortais interrompe o movimento circular da vida biológica. *O tema da História são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras*” (ARENDE, 1988: 72).

passa o objeto escolhido⁸⁷, ou seja, o projeto historiográfico de Tucídides e Procópio ao identificar “[...]o critério determinante da seletividade episódica da narrativa apreende a dimensão de grandeza que a práxis humana comporta, especialmente relevando sua portentosidade trágica” (PIRES, 1999: 148). Como podemos observar nos relatos abaixo:

Pois este abalo foi o maior para os gregos e para certa parte dos bárbaros e, pode-se mesmo dizer, estendeu-se à maior parte da humanidade. (TUCIDIDES. 1,1)

Nada mais importante nem mais intenso que o ocorrido nestas guerras se colocará nunca ante os olhos a nada que queira, ao menos, apresentar provas fundadas na verdade. E é que tiveram lugar nelas os fatos mais admiráveis de todos os que conhecemos de ouvido, a menos que quem os está lendo conceda a preeminência à Antigüidade e considere o contemporâneo indigno de admiração. (PROCOPIO. *Guerras Persas*. I, 6,7)

Ao considerar o que é digno de se tomar nota, legitimando suas narrativas: através do método caracterizado, principalmente, pela *autópsia*; através da posição que ocupam para narrar os eventos; e através da percepção da grandeza que envolve tais acontecimentos, Tucídides e Procópio transparecem resquícios da idéia que define a figura do *histór*. Presente nos poemas Homéricos, o *histór*, traduzido como *árbitro*, é uma função, como vemos no trecho destacado:

E a multidão, na praça, estava em massa. Lá uma disputa / Levantara-se: dois homens discutiam por causa a sanção / Por um homem morto. Um jurava tudo ter pago, / Ao povo falando; o outro negava ter recebido algo. / Os dois foram a um *árbitro* para receber a sentença. / A multidão, em volta, aplaudia,

⁸⁷ É interessante pontuar: até que ponto há uma escolha? Uma vez que tais historiadores descreveram aquilo que julgavam como o evento mais grandioso e digno de nota, ficavam, por sua vez, limitados pela percepção da possível grandeza superior às demais.

favorável a um ou a outro, / E arautos então a multidão continham. A seu lado, velhos / Sentavam-se em pedra polidas, num círculo sagrado, / Tendo nas mãos os bastões dos arautos de voz possante: / Com ele levantam a voz e, um após outro, julgam. / E eis que jazem, no centro, dois talentos de ouro, / Para dar a quem dentre eles a sentença mais reta ditar. (HOMERO. *Ilíada*. 18, 497, 508)

Assim, “ninguém é *histór*, mas assume a função de, sempre num contexto de desacordo” (HARTOG, 2001: 34). O *histór* é aquele que alcança a verdade, porque sabe separar o dizer verídico do falso. Além disso, ele é apresentado como figura de autoridade resumida naquele que dará o aval daquilo que ficar convencionado pelas duas partes, autenticando, porém, a verdade de apenas uma posição, ou seja, ele não se identifica necessariamente com quem presenciou e viu a manifestação do fato ocorrido no passado, antes, é seu papel o “fazer ver”. Neste sentido, Tucídides e Procópio almejam “fazer ver” a grandeza do acontecimento do qual se ocupam e, destarte, lançar o evento que narram como uma “aquisição para sempre”, de forma que suas histórias sirvam de mestra para o futuro⁸⁸.

A aspiração de transformar as ações humanas em relatos duradouros, possibilitando sua resistência à ação do tempo e, conseqüentemente, do esquecimento natural do qual são vítimas em potencial, transcende a atitude historiográfica deste período. Encontramos também no tratado hipocrático intitulado *Sobre a medicina antiga* tal propósito de acumular e assimilar os acontecimentos para que sirvam de guia se caso as mesmas condições voltarem a se manifestar (LOPEZ EIRE, 1991: 87).

Sobre a peculiar relação entre a história e a medicina hipocrática, muito se tem formulado. A prática médica, neste momento, resumia-se na figura de Hipócrates e sua

⁸⁸ “Tucídides decide fazer uma historiografia científica, metodologicamente rigorosa e prática, concebida como história político-ética que sirva de mestra para o futuro” (LOPEZ EIRE, 1991: 87).

relação com a narrativa tucidideana é notável. O médico, assim como o historiador e o político, são posicionados, na *História da Guerra do Peloponeso*, como portadores do “justo meio”, “[...] como o ator do ideal da razoabilidade fundada exclusivamente sobre a medida” (CAIRUS, 2005: 36), como podemos perceber no trecho a seguir:

E tu, presidente, se pensas que teu dever é zelar pelo bem da cidade e se desejas mostrar-te um bom cidadão, submete esta matéria novamente a voto e obtém uma nova decisão dos atenienses. *Se receias submeter a matéria novamente a voto, considera que não há culpa se se transgride a lei em presença de tantas testemunhas; ao contrário, tornar-te-ás o médico da cidade numa hora em que ela deliberou mal*; o bom governante é aquele que presta à sua cidade o maior número possível de bons serviços, ou pelo menos não a prejudica conscientemente. (TUCÍDIDES. VI, 14)

Tucídides também atribui esse papel de juiz ao historiador quando se apresenta como aquele que, quando não assiste diretamente o ocorrido, escuta as testemunhas e, através de um rigoroso método, estabelece, a despeito da insuficiência da memória ou do engajamento cego dos seus informantes, o que realmente aconteceu.

A idéia de equilíbrio também compõe a figura de autoridade do médico hipocrático na tentativa de restabelecer a saúde. Assim, segundo Jacques Le Goff: “[...]a saúde era, em primeiro lugar, o estado em que as substâncias constituintes do organismo, estariam numa proporção correta de uma em relação à outra, tanto em força quanto em quantidade, estando bem misturadas” (LE GOFF, 1997: 45). As doenças se caracterizariam pela desordem, pelo desequilíbrio e era papel da natureza restabelecer essa harmonia perdida, sendo que o médico deveria atuar apenas como um auxílio.

Peter Jones dirá que “a prática médica grega, neste período, estava centrada no prognóstico” (JONES, 1997: 305), isto é, na cuidadosa observação dos rumos que a doença

tomava. O médico observava os sintomas objetivando chegar a um diagnóstico. Podemos observar também essa preocupação com a compreensão e, de certa forma, com a realização de um diagnóstico, em Tucídides e também em Procópio, nas suas narrativas sobre as guerras que acompanharam. Na descrição que fazem acerca da epidemia que acometeu atenienses e bizantinos, tais historiadores esforçam-se por rastrear o caminho da doença, procurando apontar possíveis causas para o mal. Além disso, é importante enfatizar que o elo entre esses dois saberes, freqüentemente, ultrapassa a questão do discurso, encontrando-se no próprio objeto de pesquisa, uma vez que o corpo transforma-se, principalmente na narrativa tucídideana, em metáfora para a sociedade

[...]que transformada em corpo social viria a sofrer males como a invasão de doenças[...] Tucídides narra a crise do mundo helênico com o conflito do Peloponeso. Essa crise mostra-se ao olhar do historiador como o corpo doente aos olhos dos médicos hipocráticos. (MOLLO, 1995: 85)

As considerações sobre as relações entre história e medicina desenvolvidas por Ginzburg podem complementar a idéia da citação acima. Segundo este autor o historiador compara-se ao médico pela utilização de quadros nosográficos que, antes de tudo, analisam o mal específico de cada doente. Como o saber médico, o conhecimento histórico é, portanto, indireto (mesmo no caso dos autores que primavam pela percepção direta, ao redigirem, contam com a própria lembrança dos fatos e não com o fato em si, ou seja, a partir de dados, lembranças ou relatos, os historiadores gregos como Tucídides remontavam uma realidade não experimentável concretamente), indiciário (porque analisam os casos reconstruídos através de pistas, sintomas ou indícios) e conjectural (diferente do paradigma galileano, têm por objetivo casos e situações particulares e documentos individuais que possibilitam alcançar resultados com uma margem de significativa causalidade)

(GINZBURG, 1989: 157). Assim, aquilo que Ginzburg denomina como “paradigma indiciário” relaciona-se com o que faziam Tucídides, e posteriormente, também Procópio.

Francisco Murari Pires, referindo-se ao pensamento de François Hartog, pontua que na “Arqueologia”, Tucídides “recorre notoriamente ao emprego da operação cognitiva por ‘indiciamento’ (*seméion, teknhèrion*) para fundamentar as apreciações de juízo histórico então firmadas em seu texto” (HARTOG, apud. PIRES, 2007: 220). Também em Procópio, quando este nos fala da necessidade e compromisso de apresentar provas fundadas na verdade, percebemos a idéia de indício, como nos mostra a fórmula: “[...] **ὥς ἀληθῶς τεκμηρίους** **γαί Boul omeh% fanhsetai**” contando que deseje basear seu julgamento na verdade (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. I, 6).

Murari enfatiza ainda que “contra a percepção glorificadora dos acontecimentos consagrados pelas tradições populares que Tucídides dirige seu exame crítico alicerçado em operações ‘indiciadoras’ da verdade” (PIRES, 2007: 237), como é o caso do engano envolvendo o assassinato de Hiparco, cuja ação gloriosa seria a morte deste tirano pelas mãos de Harmódio e Aristogíton, entretanto, informa Tucídides, os atenienses não sabem

que era Hípias quem governava, sendo o filho mais velho de Pisístrato, e que Hiparco e Téssalos eram apenas seus irmãos; aconteceu que Harmódio e Aristogiton, suspeitando, no mesmo dia e no exato momento de executarem o plano, de que uma denuncia havia sido levada a Hípias[...] recuaram diante do mesmo supondo-o prevenido; desejando, porém, fazer algo antes de serem detidos e correr todos os riscos, lançaram-se contra Hiparcos[...]. (TUCÍDIDES. I, 20)

E ainda completa “a tal ponto chega a aversão de certos homens pela pesquisa meticulosa da verdade, e tão grande é a predisposição para valer-se apenas do que está ao

alcance da mão”(TUCÍDIDES. I, 20). Procópio também nos informa que, pautado no exame crítico para a apresentação da verdade, a despeito do que deixou entrever a versão oficial (informando que os cativos haviam fugido), o rei Persa, Cabades, deixou partir os prisioneiros da cidade de Amida, possivelmente porque foi tocado pelas palavras de um ancião amidenos⁸⁹, como nos encaminha a pensar no desenrolar da sua narrativa.

Na perspectiva de Antônio López Eire (1990: 92), em Tucídides, vemos a utilização do ponto de vista médico, principalmente ao abordar o fenômeno da *stásis*⁹⁰, como um estudo de sintomas e síndromes deste mal que acomete os Estados, como podemos notar na descrição dos efeitos da “revolução” em Cócira:

Tais foram os excessos de crueldade a que a revolução levou, e eles pareceram ainda mais brutais porque foram os primeiros a ocorrer; mais tarde, praticamente todo o mundo helênico ficou convulsionado, pois nas várias cidades os chefes das respectivas facções democráticas enfrentavam os oligarcas, já que os democratas queriam chamar os atenienses e os oligarcas os lacedemônios. Com efeito, em tempo de paz não teriam pretextado nem ousadia para pedir a intervenção, mas agora que as duas alianças estavam em guerra, cada facção nas várias cidades, se desejava uma revolução, achava fácil recorrer a aliados[...] Dessa forma as revoluções trouxeram para as cidades numerosas e terríveis calamidades, como tem acontecido e continuará a acontecer enquanto a natureza humana for a mesma; elas, porém podem ser mais ou menos violentas e diferentes em suas manifestações, de acordo com as várias circunstâncias presentes em cada caso. Na paz e prosperidade as cidades

⁸⁹ Segundo Procópio “um dos amidenos, ancião já e sacerdote, se aproximou de Cabades[...] e disse que não era digno de um rei matar os cativos. E Cabades, dominado ainda pela ira, o respondeu: ‘então, por que decidistes fazer a guerra? [o outro contestou] ‘porque Deus não queria entregar-te Amida por uma decisão nossa, mas por seu valor’. Compadecido por estas palavras, Cabades não permitiu que matassem mais ninguém[...]” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. I, I, 31,32).

⁹⁰ No texto publicado em 1990, cujo título é “La revolución en el pensamiento político de Tucídides”, Antônio López Eire analisa a representação do conceito de *stásis* na obra do historiador ateniense. Para Lopez Eire, na *História da Guerra do Peloponeso*, encontramos um modelo de *stásis* centrado na descrição da revolução em Cócira, e caracterizada “como estrutura recorrente, independentemente das diferentes formas que adota, pode ser analisada como uma força negativa e destruidora, que, ao igual que a enfermidade, é inevitável porque depende da natureza humana” (LOPEZ EIRE, 1990: 98).

e os indivíduos têm melhores sentimentos, porque não são forçados a enfrentar dificuldades extremas; a guerra, ao contrário, que priva os homens da satisfação até de suas necessidades cotidianas, é uma mestra violenta e desperta na maioria das pessoas paixões em consonância com as circunstâncias do momento. Assim as cidades começam a ser abaladas pelas revoluções, e as que são atingidas por estas mais tarde, conhecendo os acontecimentos anteriores, chegam a extravagâncias ainda maiores em iniciativas de uma engenhosidade rara e em represálias nunca antes imaginadas. A significação normal das palavras em relação aos atos muda segundo os caprichos dos homens. (TUCÍDIDES. III, 82)

Em tal descrição, Tucídides apresenta-nos, além de sua concepção acerca da característica mais profunda da *stásis*, sua definição sobre os fundamentos da natureza humana, pautada na imutabilidade, partindo do pressuposto de que a natureza humana seria o grande motor da história.

Para Marshall Sahlins, impressiona, de maneira profunda, a quantidade de práticas culturais e de instituições⁹¹ que, de forma direta ou indireta, são afetadas ou estão sujeitas aos desígnios da “natureza humana”, na narrativa tucidideana (SAHLINS, 2006: 116). A crença de Tucídides na regularidade da história refletiria a idéia de uma “natureza humana” imutável, constituída, por vingança, inveja, esperança e “várias outras paixões igualmente irreprimíveis” (TUCÍDIDES. III, 45), condicionada a leis necessárias e universais, funcionando como motor dos acontecimentos devido ao seu caráter irrefreável.

Luiz Otávio Magalhães (2001: 53) estabelece, na narrativa tucidideana, o papel das chamadas “pulsões constituintes da natureza humana” ou *antropéia physis*. Segundo este autor haveria, na “História da Guerra do Peloponeso”, uma relação entre o impulso e a

⁹¹ Parentesco, amizade, afiliação étnica, império, lei, moralidade, honra, tratados, sagrado, religião e até mesmo a linguagem estão na lista de instituições, práticas e condutas sujeitas à condição humana (SAHLINS, 2006: 116).

reflexão, caracterizados um, pelo desejo de poder, de distinção e de supremacia e outro, pelo ímpeto de conservação e segurança, respectivamente. À *orgé*, que seriam as paixões e os impulsos, constituintes dessa “natureza humana”, Tucídides opõe os *nomoi*, ou regras de comportamento elaboradas pelos homens e que possibilitam sua existência enquanto membros de uma *Pólis*. Dessa forma, os eventos catastróficos, que transformam e afetam consideravelmente a vida das cidades, oferecem um exemplo claro das limitações do controle que as leis exercem sobre a “natureza humana”.

Olhando desta perspectiva, a guerra reconduziria o homem ao seu estado de origem. Nesse caso, a Guerra do Peloponeso seria um exemplo marcante de uma situação em que as forças libertadoras da “natureza humana” atingiriam suas potencialidades, uma vez que se caracterizou pelo desejo de imperialismo e poder de um lado e pelo temor da dominação de outro, além de demonstrar a crueldade dos meios de que se valeram os cidadãos para cumprir os objetivos das batalhas: vencer e subjugar o outro; pois, como afirma Tucídides: “é absurdo e seria ingenuidade crer que a natureza humana, quando se engaja afoitamente em uma ação, possa ser contida pela força da lei ou por qualquer outra ameaça” (TUCÍDIDES. III, 45).

Na narrativa de Procópio, no que concerne à atuação da natureza humana no curso dos acontecimentos, prevalece uma diferença em relação à concepção tucidideana: a vontade divina absoluta. Assim, na descrição do historiador bizantino, a interferência divina torna-se a instância máxima dos acontecimentos, embora os homens mudem momentaneamente, frente a um perigo inesperado como o ataque da peste, e passado o temor retornem à condição original, uma vez que “todo o que nos homens está fixado pela natureza ou por um ensinamento muito prolongado no tempo é impossível que seja tão fácil

de cambiar, a não ser que os inspire a bondade de Deus” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22, 15).

Tais singularidades dos projetos historiográficos de Tucídides e Procópio assumem, nas passagens que relatam o ataque da epidemia que ocorreu em Atenas e Bizâncio, uma configuração notável. Neste momento encontramos visivelmente encerrados em seus escritos os princípios metodológico e teleológico que permeiam suas histórias.

Os relatos sobre as pestes que abateram as cidades em que estavam residindo Tucídides e Procópio parece ser o momento em que a grandiosidade que legitima a atenção de tais historiadores torna-se profundamente perceptível em suas obras. Essa assertiva é corroborada pelo juízo que eles explicitam ao afirmarem que nunca um ataque epidêmico foi tão assustador e capaz de dizimar aquilo que chamam raça humana.

CAPÍTULO 3

ATENAS E BIZÂNCIO SOB A AÇÃO DO FLAGELO: PESTE E HISTÓRIA NAS NARRATIVAS DE TUCÍDIDES E PROCÓPIO

Segundo Tucídides a se peste manifestou pela primeira vez alguns dias após a entrada dos peloponésios e seus aliados na região da Ática. O desvio das condições normais de vida, segundo este historiador, foi tão profundo e o caráter da doença tão desafiador, que a violência do ataque foi “grande demais para ser suportada pela natureza humana.” (TUCÍDIDES. II, 50). O papel que Tucídides atribui à figura política do estrategista Péricles é de fundamental importância para pensarmos o evento epidêmico, pois na tentativa de adquirir uma vitória para Atenas, o político convence a população a se refugiar dentro das muralhas da cidade, (abandonando assim suas casas em outras regiões), com a idéia de fazer guerra por mar, pois confiava no poderio de sua esquadra.

Mais a diante, Tucídides esclarece que a esquadra espartana havia se aperfeiçoado notavelmente, prolongando uma guerra que, segundo Péricles, seria rapidamente vencida. Enquanto isso, os atenienses permaneciam aglomerados e sem condições de higiene. Como plantações inteiras foram devastadas devido à guerra, faltou comida para suprir as necessidades da população, o que gerou acentuada imunodeficiência e fraqueza.

Segundo o historiador grego, esses fatores, agravados pela longa duração da guerra, acabaram gerando um ambiente favorável ao surgimento da peste. A característica mais notável deste estado epidêmico era a apatia ou *apatheia*⁹² no grego, situação caracterizada

⁹² Segundo F. E. Peters, no seu léxico histórico dos termos filosóficos gregos, *apatheia* significava não afetado, sem *páthos* (algo que acontece, em referência ao próprio evento ou em referência à pessoa afetada).

atualmente pelo desinteresse absoluto, pela indiferença ou insensibilidade aos acontecimentos (REY, 1999: 15), que dominava as pessoas ao se verem entre as vítimas, pois a morte era quase certa, e esses doentes eram praticamente abandonados, pois o contágio se dava de forma muito fácil, rápido e desconhecido.

A experiência de Tucídides gerou uma descrição rica de informações e detalhes acerca dessa catástrofe e dos sintomas que ela geraria. Segundo ele (TUCÍDIDES. II, 49), aquele ano havia sido excepcionalmente saudável quanto às outras doenças que geralmente ocorriam de forma muito habitual na Grécia, como por exemplo: a pneumonia, a gota, a cirrose, a caxumba, a tuberculose, a malária e a diarreia. Havia também relatos de doenças de pele muito comuns na sua forma exantemática caracterizada por uma vermelhidão cutânea, como sarampo, catapora e escarlatina, além de descrições de difteria e graves infecções na boca e no pescoço. O fato de ter ocorrido uma diminuição perceptível desses casos gerava um clima anormal, pois até aquelas enfermidades comuns de acontecerem naquele ano não aconteceram .

Quase dez séculos depois, Procópio constrói sua narrativa apoiando-se no modelo tucidideano de escrita e apreensão do fenômeno. A peste em Bizâncio é precedida pela invasão do inimigo. Se no relato de Tucídides poucos dias antes da primeira manifestação da peste em Atenas “[...] os peloponésios e seus aliados, com dois terços de suas forças[...] invadiram a Ática[...] e, ocupando posições convenientes passaram a devastar a região” (TUCÍDIDES. II, 47), em Procópio, pouco antes do ataque epidêmico, “no início da primavera Coroos, o filho de Cabades veio invadir pela terceira vez com um grande

Segundo este autor “o uso, se não a enunciação da *apatheia* teve as suas origens nos cínicos e nos movimentos relacionados que precederam imediatamente Zenão, e era freqüentemente acompanhado da acusação de que os que a usavam estavam pura e simplesmente a resvala para a insensibilidade (Sêneca, *Ep.* I, 9, 1). Os estóicos viram-se em apuros para distinguir a sua versão de *apatheia* da insensibilidade ou da mera estupidez” (PETERS, 1974: 32).

exército⁹³, o território romano, mantendo à sua direita o rio Eufrates” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 20). Primeiramente, Procópio narra os acontecimentos que sucederam das relações dos persas com a região de Sergiópolis⁹⁴. Com o fracasso da investida Persa nessa cidade, Coroes segue adiante com o propósito de conduzir seu exército até a Palestina e ali saquear todos os tesouros, especialmente o de Jerusalém. Justiniano ao se inteirar de tal movimento enviou contra os Persas o seu general Belisário e prontamente conseguiu reunir um exército com a ajuda de outras regiões. Coroes acabou recuando e Procópio parece atribuir tal feito ao medo que o Rei Persa sentiu ante a valentia e sagacidade de Belisário, que conduziu as negociações com segurança. Entretanto, afirma o historiador, a despeito das negociações e acordos, Coroes acabou se lançando à cidade de Calinico que, neste momento encontrava-se sem defesas. Quando as pessoas que ali residiam tomaram conhecimento da situação,

retiraram-se dali seus pertences mais valiosos e os cidadãos ricos se refugiaram em outras fortificações, embora todo o resto de seus habitantes ficou ali sem nenhuma guarnição. E o que também sucedeu foi que se congregou em seu interior um grande número de campesinos. Coroes os reduziu a todos à escravidão e destruiu a cidade inteira. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 21, 31,34)

Belisário voltou para Bizâncio a pedido do Imperador, para ser enviado à Itália. Nesse período, afirma Procópio, “se declarou uma epidemia de peste que esteve a ponto de acabar com toda a raça humana” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22).

⁹³ Um exército muito maior que os anteriores, segundo a carta de Justo endereçada a Belisário (PROCÓPIO. *Guerras Persas*.II. 20, 21).

⁹⁴ Segundo Procópio (*Guerras Persas*. II, 20) esta cidade não foi tomada pelo rei persa porque tal fato não estava predestinado. Assim, o historiador destaca dois personagens principais na relação desta região com os persas: Cândido, sacerdote, que se rendeu ao temor por Coroes, oferecendo-lhe os tesouros do santuário; e Ambro, bom crítico, que, utilizando-se da esperteza otimizada pela boa situação noturna, conseguiu evitar que a cidade caísse sob o jugo de Coroes.

Percebemos nos relatos que o elemento bélico influenciou profundamente no desenrolar do ataque de peste. Os historiadores em questão enfatizam a atuação dos generais Péricles e Belisário, respectivamente, e a existência de uma situação em que se faz imprescindível uma fuga para o interior da cidade, já que as muralhas não conseguiram conter a invasão inimiga.

Sobre o caráter das epidemias em questão, a despeito da discussão biológica da doença, é importante perceber sua relação com os aspectos culturais. Nota-se que a peste constituiu-se, entre os antigos historiadores, como uma espécie de arquétipo da doença, estando presente na *História da Guerra do Peloponeso*, bem como na *Ilíada* e em *Édipo Rei*. Em um dos artigos do livro *História: novos objetos*, intitulado “O corpo”, de Jacques Revel e Jean-Pierre Peter (1976: 141-143), encontramos uma verdadeira teoria sobre a peste. Segundo estes dois autores, ela é formada por dualismos, pois, em si mesma, constitui uma história que, no entanto, vem do exterior mudo da história, ou seja, se pensarmos a história como um processo ou curso, a peste, parece ser um fator externo a ela, que repentinamente invade a humanidade e se retira. A epidemia parece exterior para aquelas populações que são acometidas por ela, que vivem o desenrolar dos acontecimentos, no entanto, quando realizamos uma análise dessa catástrofe percebemos que ela não surge sem precedentes, mas que sua história se desenvolve paralelamente à vida dos homens, porém estando ligada direta ou indiretamente às ações humanas. Quando peste e homem se defrontam, estes se encontram desprevenidos, pois estão preocupados demais com suas próprias necessidades, não sendo capazes de perceber uma história que não se desenvolve explicitamente, mesmo sendo, muitas vezes, reflexo de seus comportamentos. Assim,

a peste é por excelência social, porém seu lugar na sociedade não é assinalável; ela é evidente, mas impalpável; coletiva [na medida que atinge populações], mas assinalável sobre um único indivíduo. O grupo encontra nela todas as interrogações que traz em si mesmo [pois é em situações desse tipo, de desespero, e melhor, desorientação, que vem à tona todos os preconceitos e medos]. (REVEL; PETER, 1976: 142)

As doenças que atacaram atenienses e bizantinos é tratada hoje como epidemia, na medida em que este termo, segundo escritos médicos, é explicado como sendo um tipo de doença passageira, porém contagiosa (e isso implica as diversas formas de contágio existentes), que ataca ao mesmo tempo e no mesmo lugar grande número de pessoas. Julgase que este termo tenha sua origem no grego clássico: *epi* (sobre) + *demos* (povo) e sabe-se ter sido utilizado por Hipócrates. Para o médico grego, as epidemias relacionavam-se com fatores climáticos, raciais, dietéticos e do meio onde as pessoas viviam.

Entretanto, o evento epidêmico torna-se objeto de estudo do historiador no momento em que é representado pelos homens, e por isso expresso ou “[...]materializado através de signos: sinais, emblemas, alegorias e símbolos” (FALCON, 2000: 96). Etimologicamente, “representar” provém da forma latina *repraesentare* – fazer presente ou apresentar de novo. Para Sandra Jovchelovitch o espaço da representação é constituído pelo símbolo pressupondo a “[...]capacidade de evocar presença apesar da ausência[...]” (JOVCHELOVITCH, 2002: 74). Desta forma, a atividade simbólica compõe-se do reconhecimento de uma dada realidade compartilhada: a realidade do sujeito, do objeto e a do “Outro”.

Neste capítulo, abordaremos o ataque da peste nas narrativas de Tucídides e Procópio, estabelecendo uma relação entre elas, rechaçando, entretanto, a idéia da mera cópia por parte do historiador bizantino.

3.1. *Loimôs*

“Virá um dia a guerra dória, e com ela a peste” (TUCÍDIDES. II, 54)⁹⁵.

Freqüentemente, nos deparamos com situações que abalam nossa capacidade de percepção e representação do mundo. Na História, os ataques de peste oferecem exatamente esse tipo de experiência, potencializados pela incapacidade dos seres humanos envolvidos de resolverem a situação.

As pesquisas realizadas acerca das epidemias que acometeram populações, convergem, em sua grande maioria, para a manifestação da chamada “Peste Negra”, ocorrida no século XIV, por ter sido esta a melhor relatada e a maior em termos espaciais, alojando-se em grande parte da Europa. Nas descrições que o evento da “Peste Negra” possibilitou, podemos encontrar, entretanto, traços da narrativa desenvolvida por Tucídides para relatar sua própria experiência acerca da peste que assolou os atenienses em 430 a. C., durante a Guerra do Peloponeso.

A própria utilização de um conceito tão carregado de sentido, como é o termo “peste”⁹⁶, para traduzirmos a palavra **λοῖμὸς** (*loimôs*)⁹⁷, a qual Tucídides se refere em sua obra, segundo Jean-Charles Sournia (1984: 79), evidencia essa relação. O termo foi

⁹⁵“ ἡξει* Δωριακὸς πόλεμος καὶ λοιμὸς ἄμ' αὐτῷ “ (TUCÍDIDES. II, 54).

⁹⁶ Peste, nos atuais tratados de clínica médica, caracteriza-se como “uma zoose primária de roedores silvestres que, em condições naturais, se mantém favorecida pelos fatores condicionantes caracterizados pela presença contínua e simultânea no mesmo espaço no ecossistema do fator determinante (a bactéria *Yersinia pestis*), dos vetores (as pulgas) e dos reservatórios (os pequenos roedores)” (SERRA-FREIRE; CARVALHO, 2006: 4052).

⁹⁷ Tucídides, em sua obra destaca a confusão de sentidos que o termo *loimôs* ocasionou na interpretação do verso: “virá um dia a guerra dória, e com ela a peste”. Segundo o historiador, isso se deu devido à semelhança da palavra *loimôs* (peste/doença) com *limôs* (fome) (TUCÍDIDES. II, 54).

transportado para o relato do historiador grego devido às semelhanças com os escritos sobre a “Peste Negra”.

Sournia defende a idéia de que, apesar de alguns dos sintomas aproximarem-se aos da Peste Negra, do século XIV, o flagelo ateniense não pode ser considerado uma manifestação desta, pois não há a descrição de gânglios muito dolorosos: bubões que apareciam nas axilas e nas virilhas, principal característica do ataque na Alta Idade Média (SOURNIA, 1984: 79). Edna Hooper (1958: 78), entretanto, pergunta-se: estamos tão certos de que não aparecem bubões em Tucídides? Segundo a autora o termo **ἔλ κοῖ** foi traduzido muito despreocupadamente como “dores” entre outras significações e os pesquisadores parecem concordar passivamente que a frase **φλυκταῖναι μικράϊν καὶ ἔλ κесιν ἐχνηκοῖ** (TUCÍDIDES. II, 49) traduz-se essencialmente por “manchas (também nódos ou úlceras) de um vermelho forte ou lívido, que cobrem a maior parte do corpo” (HOOPER, 1958: 78). O fato do termo **ἔλ κοῖ** ter um sentido geral, designando qualquer tipo de lesão, na terminologia grega médica⁹⁸, não significa que Tucídides tenha usado a palavra de forma aleatória e que ela não some importância na descrição sobre a epidemia. Além disso, segundo Hooper (1958: 81), o termo **φλυκταῖναι** presente no relato tucidideano, associa-se com o termo análogo, que Procópio inclui entre os sintomas da peste bubônica. A. J. Holladay e J. C. F Poole (1979: 287-288) criticam amplamente esta idéia. Para estes autores, os sintomas e signos que Tucídides descreve tem pouca semelhança com a peste bubônica, basicamente, não existe menção à mais óbvia característica: os bubões, como vemos na descrição de Procópio. Assim, a sugestão de

⁹⁸ No tratado hipocrático intitulado “Do médico”, vemos a seguinte descrição: **Τὰ ἔλ κεα δοκεῖ πορεῖαι ἔξειν τέσσαραις...**, aqui **ἔλ κεα** é traduzida por Wilson A. Ribeiro Jr. como “ferida”: “As feridas parecem ter quatro maneiras de progredir...” (RIBEIRO JUNIOR, 2005: 182).

Edna Hooper de que Tucídides tenha usado a palavra **ἔλκοι** para significar bubão, parece suficientemente improvável, uma vez que tanto **ἔλκοι** como **βουβωνία**, eram palavras de uso comum no V século a.C., como a própria Edna Hooper (1958: 78-83) aponta, disponíveis até mesmo para um leigo, portanto, não há razão para Tucídides as ter confundido.

Segundo Thomas E. Morgan (1994: 197-198) faz cem anos, aproximadamente, que médicos e filólogos uniram-se na tentativa de percepção do micro organismo responsável pela epidemia em Atenas. As teses que surgiram desta parceria atribuíram o ataque à varíola, sarampo, tifo epidêmico, febre escarlatina, praga bubônica ou pneumônica, ergotismo, leptospirose, tularemia, vírus marburg-ebola, febre do Rift Valley (RVF), ou influenza complicada por uma infecção estafilocócica⁹⁹. Assim, cada proposta etiológica ajustou e enfatizou um ou outro sintoma e sinal apresentado por Tucídides, embora não se tenha concordado sobre a verdadeira natureza da epidemia. Esta teoria é reafirmada pelo filólogo espanhol Francisco Antonio Garcia Romero (2000: 259) que critica autores como J. A. F. Ozanam (1835), Edna M. Hooper (1958) e E. W. Williams (1957), por terem considerado radicalmente que a epidemia em Atenas foi, realmente, de peste bubônica e não de varíola, tífus, sarampo, escarlatina ou qualquer das demais enfermidades propostas¹⁰⁰.

Os sintomas aparecem assim descritos no relato tucidideano:

⁹⁹ “Varíola (Littman), sarampo (Page, Shrewsbury), tifo (Crawford, Gomme), febre escarlatina (Rolleston), praga bubônica ou praga pneumônica (Hooker, Mac-Arthur), esgotimo (Salway e Dell), leptospirose ou tularemia (Wylie e Stubbs), marburg-ebola (Scarow), febre do Rift Valley (Morens e Chu), influenza complicada por infecção estafilocócica (Langmuir)” (MORGAN, 1994: 197).

¹⁰⁰ Para acompanhar as discussões que negam que a peste em Atenas tenha sido qualquer uma das doenças propostas ver: HOLLADAY; POOLE, 1979.

[...] se alguém já sofria de qualquer outro mal, todos se transformavam nela [peste]. Em outros casos, sem causa aparente mas de súbito e quanto gozavam de boa saúde, as pessoas eram atacadas primeiro por intenso calor na cabeça e vermelhidão e inflamação nos olhos, e as partes internas da boca (tanto a garganta quanto a língua) ficavam imediatamente cor de sangue e passavam a exalar um hálito anormal e fétido. No estágio seguinte apareciam espirros e rouquidão, e pouco tempo depois o mal descia para o peito, seguindo-se de tosse forte. Quando o mal se fixava no estômago, este ficava perturbado e ocorriam vômitos de bile de todos os tipos¹⁰¹ mencionados pelos médicos, seguidos também de terrível mal-estar, em muitos casos sobrevinham ânsias de vômito produzindo convulsões violentas, que às vezes cessavam rapidamente, às vezes muito tempo depois. Externamente o corpo não parecia muito quente ao toque; não ficava pálido, mas de um vermelho forte e lívido, e cheio de pequenas bolhas e úlceras; internamente, todavia, a temperatura era tão alta que os doentes não podiam suportar sobre o corpo sequer as roupas mais leves ou lençóis de linho, mas queriam ficar inteiramente descobertos e ansiavam por mergulhar em água fria – na realidade, muitos deles que estavam entregues a si mesmos se jogavam nas cisternas – de tão atormentados que estavam pela sede insaciável; e era igualmente inútil beber muita ou pouca água. Os doentes eram vítimas também de uma inquietação e insônia invencíveis. O corpo não definhava enquanto a doença não atingia o auge, e sendo assim, quando os doentes morriam, como aconteceu a tantos entre o sétimo e o nono dia da febre interna, ainda lhes restava algum vigor, ou, se sobreviviam à crise, a doença descia para os intestinos, produzindo ali uma violenta ulceração, ao mesmo tempo que começava uma diarreia aguda, que nesse estágio final levava a maioria dos doentes à morte por astenia. A doença, portanto, começando pela cabeça, onde primeiro se manifestava, descia até alastrar-se por todo o corpo; se alguém sobrevivia a esta fase, ela chegava às extremidades e deixava suas marcas nelas, pois atacava os órgãos sexuais, dedos e artelhos, e mitos

¹⁰¹ Segundo o *Corpus hippocraticum*, no tratado intitulado “Da natureza do homem”, o corpo do homem contém, além de sangue e fleuma, bile [xoi h] amarela e negra, é ela que domina o corpo no verão e no outono “os homens, espontaneamente, vomitam bile nesta estação” (CAIRUS, 2005: 45). Além disso, “A maioria das febres provém da bile. São quatro os seus tipos, fora as que têm origem nas dores localizadas. Seus nomes são: contínua, cotidiana, terça e quarta... A bile negra é, de fato, o mais viscoso dos humores contidos no corpo e o que produz sede mais duradoura” (CAIRUS, 2005: 49).

escapavam perdendo-os, enquanto outros perdiam também os olhos. Em alguns casos o paciente era vítima de amnésia total imediatamente após o restabelecimento; não sabia quem era e não reconhecia sequer seus próximos. (TUCÍDIDES. II, 49)

Se o termo “peste” foi utilizado para traduzir a palavra **l oimòj**, a qual Tucídides se refere no seu relato devido a certas semelhanças com os escritos sobre a peste negra, podemos dizer que este historiador cria uma verdadeira tradição literária da qual muitos literatos da Idade Média irão se apropriar, fazendo deste modelo de descrição as bases na elaboração de textos sobre suas próprias experiências acerca da peste negra. Assim, é possível afirmar que Procópio também se apropriou dessa herança descritiva, devido à semelhança prontamente perceptível que a leitura dos relatos proporciona.

Segundo Dionysios Ch. Stathakopoulos (2004: 110) há um preponderante consenso entre os pesquisadores de que a epidemia que começou em 541¹⁰², e logo alcançou o estado de uma pandemia, era verdadeiramente peste. É possível identificar a doença em questão através de três procedimentos: um diagnóstico retrospectivo da sintomatologia oferecida pelos autores bizantinos, análise laboratorial de restos humanos à procura de biomoléculas antigas¹⁰³ e o estudo da infecção epidemiológica (STATHAKOPOULOS, 2004: 110). O aparecimento de bubões facilita a assertiva de que se trata, aqui, da descrição da primeira

¹⁰² Segundo Procópio, a peste “começou entre os egípcios que habitavam Pelusio [cidade costeira do Baixo Egito, localizada no extremo oriente do delta do Nilo]. E após aparecer, se propagou em duas direções: por um lado até Alexandria e o resto do Egito; pelo outro, chegou à zona da Palestina que faz fronteira com o Egito...” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22, 6).

¹⁰³ Dionysios Ch. Stathakopoulos afirma que os recentes avanços da biologia molecular conseguiram identificar a sequência do genoma da peste. Os pesquisadores puderam, de fato, confirmar a presença da pestilência em DNA humano nos locais de enterro coletivo que datam da segunda metade do século XIV. Embora não haja nenhuma identificação biológica disponível das vítimas de peste do VI século, “uma comparação entre dados modernos e o que as fontes bizantinas registraram não deixa dúvidas de que a peste justiniana era, na verdade, aquela que conhecemos” (STATHAKOPOULOS, 2004: 110).

manifestação de uma epidemia nos moldes da “peste negra”. Vemos no relato de Procópio a seguinte descrição dos sintomas:

“Repentinamente se dava a febre, a uns, quanto acabavam de acordar; a outros, quando estava passeando e a outros ainda no meio de qualquer outra atividade. E o corpo não mudava de cor nem estava quente, como quando ataca a febre, nem tampouco se produzia nenhuma inflamação, senão que a febre era tão tênue desde que começava até entardecer que nem os próprios enfermos nem o médico ao tocá-los tinha a impressão de que corriam algum perigo. E, em efeito nenhum dos haviam contraído o mal acreditavam que iriam morrer disso. Porém a uns, no mesmo dia, a outros no dia seguinte e a outros, não muito tempo depois, saía um tumor inguinal, não só nessa parte do corpo que está sob o abdômen e que se chama virilha, mas também na axila; e em alguns inclusive junto à orelha e em diversos pontos da coxa. § Pois bem, até aqui a todos os afetados pela enfermidade se via passar quase o mesmo. Porém, a partir daqui não sou capaz de dizer se a diferença de sintomas residia na diversidade de constituições físicas ou na vontade Daquele que mandou esse mal. Uns entravam em coma profundo, outros num delírio agudo e cada qual sofria os efeitos próprios da enfermidade. Pois os que entravam em coma se esqueciam de tudo o que antes os havia sido familiar[...] quando encontravam água em seu caminho, queriam se meter, e não já tanto por vontade de beber (pois muitos se atiravam ao mar), senão que a causa era majoritariamente aquela enfermidade mental[...]. § Uns morriam de imediato; outros, depois de muitos dias. A alguns o corpo se os cobria de pústulas negras[...] a muitos também sobrevinham um vômito espontâneo de sangue[...]. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II. 22, 15-31)

Francisco Antônio Garcia Romero (2000: 259) dirá que a narração da Peste em Atenas foi, no vocabulário e nas expressões, o modelo de Procópio, como também o foi para Diodoro, Dionísio de Halicarnaso e Tito Livio. Desta forma, referimo-nos, inevitavelmente, a algumas passagens de Tucídides, ainda que, como se pode deduzir a simples leitura, os sintomas e características da enfermidade não são totalmente os mesmos

nessas manifestações epidêmicas. Desta forma, as similitudes dos relatos dos sintomas apresentados acima são quase inquestionáveis. Em ambas epidemias os sintomas aparecem de maneira súbita, surpreendendo o corpo afetado, e o vírus parece apresentar um tipo de incubação que se manifesta de forma diferenciada em cada vítima. Além disso, a amnésia apresenta-se como sintoma em comum. Em relação ao calor relatado, vemos que todos são tomados de uma febre imperceptível ao toque e que a sede insaciável e o calor insuportável misturam-se a um tipo de insanidade mental que acomete o doente, não raro na forma de delírios.

Na descrição dos vômitos, vemos uma diferença nos relatos, num primeiro momento. Entretanto uma leitura mais atenta revela aí mais uma aproximação entre as narrativas destes historiadores, uma vez que ambas assentam-se perfeitamente na teoria hipocrática dos humores: relação entre o sangue, o fleuma, a bile amarela e a negra. No relato de Tucídides vemos a alusão ao vômito bilioso (TUCÍDIDES. II, 49), enquanto em Procópio vemos que os doentes apresentavam ânsias de vômito sanguíneo (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22, 31). Segundo o tratado *Da natureza do homem*, a primavera é propícia ao aumento do sangue, enquanto no verão vemos o mesmo movimento, mas desta vez sob a bile. Segundo esta teoria:

o frio se abrande e as chuvas caem; o sangue aumenta por causa dos temporais e dos dias quentes; estas condições do ano são as mais conformes com a natureza deste humor, pois a primavera é úmida e quente[...] No verão, o sangue ainda é forte e a bile aumenta no corpo e permanece assim até o outono[...] No ano, dominam o inverno, a primavera o verão e outono, cada qual à sua vez. Assim também, no homem, domina ora o fleuma ora o sangue, ora a bile, primeiro a amarela, depois a chamada negra. Eis a claríssima prova: se quiseres dar o mesmo remédio ao mesmo homem quatro vezes durante o

ano, ele vomitará, no inverno, fleumaticamente; na primavera, umidamente; no verão, biliosamente, e no outono, nigérrimo. (CAIRUS, 2005: 45-46)

A peste que acometeu os bizantinos manifestou-se durante a primavera, como nos informa Procópio: “Ao segundo ano, *em meados da primavera*, chegou [a peste] a Bizancio, onde casualmente estava eu residindo[...]” (PROCOPIO. *Guerras Persas*. II, 22, 9), portanto de acordo com a teoria hipocrática seria exatamente sangue o humor excessivamente expelido nesse período¹⁰⁴. Já a doença que abateu os atenienses desenvolve-se durante o verão, provocando vômitos de bile. Assim escreve Tucídides:

Nos primeiros dias do verão os peloponésios e seus aliados, com dois terços de suas forças como antes, invadiram a Atica sob o comando de Arquídamo filho de Zauxídamo, rei dos lacedemônios, e ocupando posições convenientes passaram a devastar a região. Poucos dias após a entrada deles na Ática manifestou-se a peste pela primeira vez entre os atenienses. (TUCÍDIDES. II, 47)

As descrições que Tucídides e Procópio realizam dos ataques de peste comportam elementos de uma nítida manifestação do medo entre atenienses e bizantinos. Os temores coletivos são evidenciados pela desconfiança naquilo que antes oferecia certezas. Encontramos, assim, no caso tucidideano, dúvidas na relação entre homens e deuses, na democracia, nos saberes, principalmente na arte médica, como evidencia o trecho abaixo:

¹⁰⁴ É importante ressaltar que a medicina bizantina foi enormemente influenciada pelos estudos de Galeno (129-204). Embora este médico romano tenha se empenhado, principalmente, no estudo das teorias hipocráticas baseadas na teoria humoral, percebemos nas suas formulações uma maior importância atribuída ao elemento do sangue. Gotthard Strohmaier (1995: 131) destaca que Galeno foi um enorme divulgador da prática da sangria, como importante instrumento para o restabelecimento do equilíbrio corporal, mas como o movimento do sangue não era considerado um circuito fechado e sim um fluxo sem retorno, a escolha do local da sangria era aleatória, geralmente concentrada no lugar que presumiam estar a doença. A prática médica dos Bizantinos desdobrou esta idéia. Tal desenvolvimento expressou-se pelo “...uso de novos termos para designar as principais veias para fazer a sangria: a *balilikè* (situada na parte interna do braço...) e a *kephalikè* (contornando a borda externa do bíceps)” (STROHMAIER, 1995: 130). Não podemos medir até que ponto essa atenção (com a criação inclusive de novos termos) dada, a partir de Galeno, nos elementos sanguíneos, influenciou a descrição da doença na narrativa de Procópio.

Dizem que ela [peste] apareceu anteriormente em vários lugares (em Lemnos e outras cidades), mas em parte alguma se tinha lembrança de nada comparável como calamidade ou em termos de destruição de vidas. Nem os médicos eram capazes de enfrentar a doença, já que de início tinham de tratá-la sem lhe conhecer a natureza e que a mortalidade entre eles era maior, por estarem mais expostos a ela, nem qualquer outro recurso humano era da menor valia. As preces feitas nos santuários, ou os apelos aos oráculos e atitudes semelhantes foram todas inúteis e, afinal, a população desistiu delas, vencida pelo flagelo. (TUCÍDIDES. II, 47)

Na descrição de Procópio, embora este afirme que todo o ataque se resume à vontade de Deus e que quem proferir alguma forma de explicação para tal evento estará utilizando artificios para enganar o primeiro que encontrar em seu caminho (PROCÓPIO. II. *Guerras Persas*. 22, 1, 2), vemos também o temor coletivo manifestado pela falta de segurança no contato com o tal fenômeno, uma vez que “nem ilha, nem cova, nem montanha que estavam habitadas se livraram do mal” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22, 8). Como nos informa Procópio, a manifestação individual da doença era precedida por aparições fantasmagóricas por parte da vítima. Assim,

[...] a princípio, os que se haviam encontrado com estas aparições intentavam afastá-las de si repetindo os nomes mais sagrados e conjurando-as de outros modos, como cada qual podia; evidentemente não conseguiam absolutamente nada, porque muitíssima gente, ainda que refugiando-se nos templos, morria. Logo, faziam por não ouvir nem sequer a chamada de seus amigos e ficavam presos nas suas habitações, fingindo, a pesar de seus [dos amigos] golpes nas portas, que não escutavam nada, por medo, claro está, de que o que os chamavam era aqueles fantasmas. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II. 22, 11,12)

Tanto na descrição de Tucídides quanto na de Procópio, percebemos a situação caótica que a peste instaurara e uma visível tentativa de retomado do controle. Vemos assim que a peste é, “quase sempre, um elemento de desorganização e reorganização social” (REVEL; PETER, 1976: 144), ou seja, devido à sua característica súbita, quase sempre as técnicas existentes não são suficientes ou até mesmo adequadas para contê-la ou exterminá-la.

Em Bizâncio, os médicos, ansiosos por descobrir o caráter da doença, punham-se a examinar os mortos abrindo-lhes os tumores, sem êxito tentavam compreender para controlar a doença (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II. 22, 29). No V século a.C., médicos e leigos atenienses, cada um de acordo com sua opinião, discutiam sobre a provável origem da peste, “e apontavam causas que, segundo pensavam, teriam podido produzir um desvio tão grande nas condições normais de vida” (TUCÍDIDES. II, 48).

Nas palavras de Tucídides: “de um modo geral a peste introduziu na cidade pela primeira vez a anarquia total” (TUCIDIDES. II, 53). No âmbito político, o aparecimento da epidemia possibilitou um revigoramento no embate entre Cléon, hábil orador, e Péricles. O flagelo da doença agravava o furor popular já açulado pela presença na cidade de uma enorme massa de refugiados dos campos devastados pelos peloponésios. Os atenienses censuravam Péricles (que morreu posteriormente vitimado pela epidemia), pela decisão de manter todos confinados nas muralhas da cidade. No campo dos saberes, houve uma perda sensível das certezas e descobertas que haviam consagrado o século V, como um período de esplendor e efervescência artística e cultural.

Procópio também se refere a uma situação análoga ao afirmar que durante o ataque epidêmico não houve, de fato, nenhuma causa da enfermidade que pudesse ser

compreendida pela razão humana (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22, 33). Assim, após o primeiro contato com a peste,

[...] a confusão foi total em todos os aspectos. E é que houve escravos que ficaram sem dono, e homens que no passado eram muito ricos se viram privados da assistência de seus servos domésticos, por estar enfermos ou mortos; e muitas casas ficaram totalmente desabitadas. Daí, em razão desta mesma escassez de seres humanos, também sucedeu que algumas pessoas ilustres permaneceram insepultas durante muitos dias. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 23, 4)

Na obra *Guerras Persas*, Procópio apenas menciona que o Imperador Justiniano esteve enfermo desta doença e que se ocupou oficialmente deste assunto, ordenando a Teodoro que se encarregasse do caso¹⁰⁵ (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 23, 6). Porém, na obra *História Secreta*, ele oferece comentários adicionais, os quais contribuem para denegrir a imagem do Imperador Justiniano. Segundo o relato de Procópio, o Imperador ficou gravemente ferido pela peste e a notícia de que ele havia morrido chegou até o acampamento dos romanos. Alguns dos comandantes chegaram a afirmar que se sucedesse ao trono outra figura como a de Justiniano, jamais regressariam, “pouco depois, como o Imperador encontrava-se convalescente, ocorreu que os comandantes do exército romano empenharam-se a caluniar uns aos outros¹⁰⁶” (PROCÓPIO. *História Secreta*. IV, 2,3). Em outra oportunidade, na mesma obra, Procópio afirma que a ascensão ao trono por parte de Justiniano foi a causa de todos os males que acometeram os romanos, devido às atrocidades

¹⁰⁵ É importante pontuar que Procópio acaba tecendo uma crítica ao Imperador neste momento, ao afirmar que Teodoro realmente se encarrega do caso e usa o dinheiro do tesouro imperial e o seu próprio para realizar o sepultamento dos corpos desatendidos, ficando entendido que Justiniano não disponibiliza dinheiro suficiente para sanar tal tragédia (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 23, 8).

¹⁰⁶ Nesta parte da obra *História Secreta*, Procópio relata a influência de Teodora na tentativa de resolução deste conflito entre os comandantes do exército. A Imperatriz prendeu Buces (um dos comandantes) numa das “câmaras subterrâneas do Palácio, muito escondidas e labirínticas, onde em muitas ocasiões mantinha presos aos que a havia ofendido” (PROCÓPIO. *História Secreta*. IV, 7, 8).

realizadas pelo Imperador¹⁰⁷, sendo que este transformou-se, nas palavras do historiador bizantino, no maior corruptor da ordem estabelecida. Assim, Procópio associa as desgraças produzidas pelo Imperador às ocasionadas pela peste, dizendo:

[...] a peste, tal como disse nos livros prévios, ainda que tenha se estendido por toda a terra, escaparam não menos homens que a quantos lhes tocou ser mortos por ela, já se tivessem se livrado totalmente de ser contagiados pela enfermidade, já a tivessem superado depois de havê-la contraído, porém a este homem [Justiniano] não o pode evitar ninguém dentre todos os romanos, senão que, caindo como outra praga do céu sobre toda a nossa espécie, não deixou nada totalmente imune[...]. (PROCÓPIO. *História Secreta*. VI, 22, 28)

Procópio continua sua exposição enumerando as injustiças feitas por Justiniano, contra os homens e contra a ordem. Parece proposital, no relato, o fato de que a descrição do evento consagrado como a “Sedição Nika” (PROCÓPIO. *História Secreta*. VII), ocasionada pelas facções do antigo circo romano, talvez a maior desordem instaurada durante o governo de Justiniano, venha logo após essa implacável caracterização do Imperador, feita por Procópio.

3.2. Desorientação e corrupção dos costumes

Entre os pontos de visível semelhança entre as narrativas de Tucídides de Atenas e Procópio de Cesaréa, encontra-se a influência que o ataque da peste ocasionou na vida das cidades afetadas, principalmente, no campo dos costumes. O caráter caótico proveniente desta situação torna-se explicável ao percebermos a enorme importância dos ritos da morte

¹⁰⁷ Dentre as atrocidades descritas por Procópio citamos: “sem o menor escrúpulo [Justiniano] procedia em efeito a assassinar injustamente as pessoas e a saquear os bens alheios e nada o impedia de fazer desaparecer os homens, ainda que eles não tivessem dado motivo algum para ele” (PROCÓPIO. *Historia Secreta*. VI, 20)

na sociedade. Segundo José Carlos Rodrigues “os rituais mortuários, comunicam, assimilam, e expulsam o impacto que provoca o fantasma do aniquilamento” (RODRIGUES, 1983: 21).

Em ambos os casos, temos a descrição do abandono dos rituais que norteavam a vida das populações e mantinham um precioso equilíbrio entre o terreno dos vivos e dos mortos. Como afirma José Carlos Rodrigues (1983: 65), o maior problema consiste em defrontar com fenômenos a cultura não consegue e, de fato, não pode controlar, seja por recursos técnicos, simbólicos ou mesmo teóricos, como é o caso da peste. Encarada dessa forma, a cultura caracteriza-se por um complexo código de estruturação que exige a geração de lei e ordem, criando uma eterna expectativa e necessidade de organização que passa a ser seu *modus operandi*, além de um forte temor à anarquia e à desordem, ou seja, fica claro que pela natureza de suas organizações, a cultura e os intelectos humanos não estão preparados para lidarem com o caos. A enorme influência que a ameaça aos nossos sistemas de valores provoca na atividade humana também é trabalhada por Clifford Geertz, quando este coloca-nos o “problema do significado”. Sua elaboração do conceito de cultura estabelece que esta é inerente à natureza humana, assim toda ação humana é culturalmente direcionada para que possa fazer sentido num dado contexto social (GEERTZ, apud: FLAMARION, 1997: 52). Desta forma, somos potencialmente afetados quando nosso sistema de valores é abalado, colocando em questão nossa capacidade de interpretação e interação com o mundo. Podemos dizer que a peste nas narrativas em questão é exatamente esse tipo de experiência, pois desafia a reflexão moral e abala a compreensão da população. Os relatos sobre a experiência humana provaram que sempre que os homens são atingidos por uma calamidade deste porte ocorre o abandono das regras morais impostas por um “corpo” político e religioso, cuja função é socializar esse homem insociável. Essas “leis”

feitas pelos homens e para os homens são abaladas quando a estrutura ideológica de uma época em determinado momento é questionada, tornando-se insuficiente para explicar os acontecimentos do mundo ao redor.

Em Tucídides, a desorientação assumiu o poder em Atenas de 430 a 429 a. C., período de pestilência. Na *História da Guerra do Peloponeso* há, de fato, referência a um estado de anarquia total. As leis divinas e as leis humanas não mais exerciam domínio e influência sobre as pessoas, que se entregavam cada vez mais aos prazeres momentâneos. Nenhum castigo se mostrava merecedor do temor da população, frente à terrível praga que dizimava os atenienses. A doença atacava indistintamente as pessoas e, frente a esta situação, a ordem social de Atenas entrou em colapso.

A enorme influência da peste nas práticas culturais atenienses encontra, de fato, uma descrição explícita na obra de Tucídides, pois, segundo este historiador nos anos de pestilência:

[...]Muitos recorreram a modos escabrosos de sepultamento, porque já haviam morrido tantos membros de suas famílias que já não dispunham de material funerário adequado. Valendo-se de piras dos outros, algumas pessoas, antecipando-se às que as haviam preparado, jogavam nelas seus próprios mortos[...]. (TUCIDIDES. II, 52)

Já nos tempos ditos “normais”, os sepultamentos eram caracterizados por rituais/cerimônias e o enterro era realizado pelos parentes, nos cemitérios municipais atenienses que se localizavam fora das muralhas e junto ao túmulo eram feitas oferendas seguidas de um banquete fúnebre. Após o Funeral, outros ritos eram realizados no nono dia e depois disso anualmente. Tucídides descreve detalhadamente os procedimentos fúnebres

realizados em honra dos primeiros concidadãos vítimas da guerra. Segundo este historiador:

a cerimônia consiste no seguinte: os ossos dos defuntos são expostos num catafalco durante três dias, sob um toldo próprio para isso, e os habitantes trazem para os seus mortos as oferendas desejadas[...] todos os que desejam, cidadãos ou não podem participar da procissão fúnebre, e as mulheres das famílias dos defuntos também comparecem e fazem lamentações[...] Após o enterro dos restos mortais, um cidadão escolhido pela cidade, considerado o mais qualificado em termos de inteligência e tido na mais alta estima pública, pronuncia um elogio adequado em hora dos defuntos. Depois disso o povo se retira. São assim os funerais e durante toda a guerra, sempre que havia oportunidade, esse costume era observado. (TUCIDIDES. II, 34).

Os discursos fúnebres eram importantes para deixar uma boa imagem do morto entre os vivos e continuar, de alguma forma, presente nas lembranças destes. Em Atenas, as orações fúnebres assumiam lugar de destaque na relação com os mortos. O abandono desta prática representa, assim, uma desorientação no universo simbólico dos atenienses. Nicole Loraux destaca que a oração fúnebre é um gênero discursivo que foi, ao mesmo tempo, instância privilegiada da elaboração de um modelo de *pólis* genérica que nós chamamos clássica (LORAUX, 1994: 9). Além disso, destaca-se que os discursos fúnebres são importantes para a permanência do ideal da *pólis*, ao funcionarem, mais do que como instrumento para a manutenção da “boa lembrança” do morto, como artifício para coesão social, uma vez que: “[...]encarregavam-se de lembrar aos atenienses que, apesar da

multiplicidade de seus atos, da diversidade das situações e das vicissitudes do futuro, a *pólis* permanece uma e única” (LORAUX, 1994: 151).

A *pólis*, assim, honra seus cidadãos mortos por meio da oração fúnebre e reencontra-se a si própria no discurso, estabelecendo-se como origem ou causa final da morte, como encontramos em Tucídides quando este descreve o discurso de Péricles frente ao descontentamento da população:

[...]mesmo quando um homem é feliz em seus negócios privado, se a sua cidade se arruína ele perece com ela; se, todavia, ele se encontra em má situação, mas sua cidade está próspera, é mais provável que ele se saia bem. Portanto, se a cidade pode suportar o infortúnio de seus habitantes na vida privada, mas o indivíduo não pode resistir ao dela, todos certamente devem defendê-la[...]. (TUCÍDIDES. II, 60)

Essa imagem de Atenas como uma unidade, como modelo de *pólis* una, indivisível e equilibrada, configura-se, segundo Loraux, como um modelo historicamente construído para uso dos atenienses e nosso, ou seja, é provável que, celebrando uma *pólis* conforme seus desejos, os atenienses tenham elaborado, para uso próprio e para uma possível posteridade, uma figura de si mesmos, que influenciou e influencia ainda hoje toda a história de Atenas (LORAUX, 1994: 23). Percebe-se aí uma espécie de função do discurso fúnebre no interior da *pólis*, pois se o discurso é inventado pelos atenienses, contribui reciprocamente na constituição identitária de Atenas, atuando como prática dotada de sentido. Em Tucídides, vemos um exemplo claro dessa descrição de si próprio enquanto ateniense e do ideal de unidade, vislumbrado explicitamente no discurso de Péricles em decorrência da quantidade de mortos nas batalhas e no ataque de peste.

Nas palavras de Tucídides: “[...]fora de toda previsibilidade, a peste caiu sobre nós [atenienses] – único acontecimento que transcendeu a nossa expectativa” (TUCÍDIDES. II, 64). Assim, a epidemia em questão representa um elemento lídimo de desestruturação simbólica, senão do cotidiano ateniense, ao menos dessa construção de Atenas como ideal de *pólis*, embora estes âmbitos estejam em profunda relação, ou seja, não há uma separação nítida entre uma “idealidade da *pólis*” e uma “realidade da *pólis*”. Visto desta forma, o advento da peste, ao ocasionar uma ruptura nos costumes fúnebre, oblitera a fronteira existente entre o público e o privado e interfere na história que os atenienses contavam a si próprios, durante os funerais públicos, onde a *pólis* assumia o papel de protagonista (LORAUX, 1994: 23).

Na narrativa de Procópio, a corrupção dos costumes, principalmente no que se refere aos ritos de morte, também encontra um lugar privilegiado. Segundo este historiador,

Naquele período, ficaram abandonados todos os ritos funerários. Em efeito, os defuntos não eram levados a enterrar com seu cortejo, como de costume, nem com a música fúnebre que era habitual, bastava que um portasse nos ombros o morto até chegar à zona costeira da cidade, onde o atirava, para que, depois de amontoá-los em barcas, os levavam a qualquer sítio que lhe ocorria. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 23, 14, 16)

Porém, temos nesse relato uma inversão de reações frente à catástrofe. Enquanto na narrativa tucidideana “ninguém queria lutar pelo que antes considerava honroso, pois todos duvidavam de que viveria o bastante para obtê-lo; assim, o prazer momentâneo, como tudo que levasse a ele, tornou-se digno e conveniente” (TUCÍDIDES. II, 53); em Procópio a lógica comportamental assume caráter contrário, pois aparece carregada de uma moral cristã que privilegia a conquista do paraíso, após a vida na terra, através das boas ações ou

do arrependimento. Assim, diferentemente das relações entre deuses e homens, como encontramos na obra de Tucídides, na narrativa de Procópio o temor ao Deus e o medo de não atingir as graças do céu permeia todo o discurso e direciona as ações da população afetada pela epidemia. Segundo este historiador,

aqueles que anteriormente desfrutavam entregando-se a ações vis e perversas, esses afastaram de sua vida diária todo delito para praticar escrupulosamente a piedade, e não por haver aprendido de súbito o que era a decência, nem por haver-se tornado amante da virtude[...]; sim por que todos estavam espantados com o que sucedia, convencidos de que iam morrer de um momento para outro, e era, logicamente, uma imperiosa necessidade a que os levava a aprender no instante o que era honradez. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 23, 15)

É visível a confusão que o ataque da peste estabelece na conformação dos âmbitos públicos e privados, individuais e coletivos, nas cidades afetadas¹⁰⁸. No relato de Procópio há referência ao fato de que durante a peste era totalmente impossível ver alguém em Bizâncio vestido adequadamente para assuntos oficiais,

[...] em especial quando veio a se enfermar o Imperador (pois também nele saiu um tumor na virilha), e na cidade que tinha o poder sobre todo o Império Romano, todos permaneciam tranqüilamente em casa cobertos com mantos na qualidade de simples particulares (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 23, 20)

¹⁰⁸ Na sociedade grega o âmbito do público reside na figura da *pólis*, enquanto que o privado encontra sua manifestação na vida do lar. Na obra de Hannah Arendt, encontramos uma discussão bastante profícua em relação a esses ambientes. A autora estabelece a idéia de que o próprio surgimento da Cidade-Estado significou que homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida o seu *bios politikos*, havendo uma grande diferença entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que lhe é comum (*koinon*) (ARENDETT, 2005: 33). O domínio da *pólis* era o espaço da liberdade, e se havia uma relação íntima entre os dois âmbitos era que a vitória sobre as necessidades da vida em família constituía a condição natural para a liberdade na *pólis*, sendo esta situação uma das condições primordiais da vida grega (ARENDETT, 2005: 40). Desta forma, a Guerra e a Peste promovem o caos, porque liquidam a fronteira entre os âmbitos.

Segundo Serge Moscovici a relação entre o individual e o coletivo é uma realidade fundamental da vida em sociedade, pois

todas as culturas possuem instituições e normas formais que conduzem , de uma parte à individualização, e de outra, à socialização. As representações que elas elaboram carregam a marca desta tensão, conferindo-lhe um sentido e procurando mantê-la nos limites do suportável. Não existe sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito. O papel das representações partilhadas é o de assegurar que sua coexistência seja possível. (MOSCOVICI, 2003: 12)

Desta forma, os funerais públicos podem ser considerados como operações ideológicas fortemente enraizadas, pois é uma relação que a coletividade estabelece, senão com a sua própria morte, ao menos com a dos seus, numa tentativa de exorcizar o aniquilamento por meio da palavra de glória, ou seja, na representação que os atenienses e bizantinos constroem da morte, visualizada por meio de símbolos, cria-se uma espécie de identificação e de um sentimento de pertencimento, devido à experiência partilhada, já que esta constitui a essência da atividade simbólica (JOVCHELOVITCH, 1995: 74). Isso porque o espaço dos símbolos é o espaço onde não encontramos plenamente delineada a fronteira entre o Eu, como realidade interna, e o Um, como realidade compartilhada, contendo-os ao mesmo tempo, sendo, portanto, o espaço em potencial, onde coisas diferentes podem significar umas as outras. Podemos dizer, destarte, que é “a referência do mundo que garante a natureza criativa da atividade simbólica, de tal forma que a experiência de outros, cria continuamente a experiência que constitui a realidade de

todos¹⁰⁹” (JOVCHELOVITCH, 1995: 74). A ameaça a essa estrutura representa, assim, um tipo de experiência desafiadora da própria atuação humana no mundo.

Como os imaginários interferem ativamente na memória do grupo, para qual os acontecimentos “[...]contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram” (BACZKO, 1985: 321), faz-se visível o enorme peso que eles exercem sobre as práticas coletivas, pois constituem pontos de referência num sistema simbólico mais amplo, produzido pela coletividade. Os imaginários atuam então como uma força reguladora da vida coletiva e uma situação de caos, como o ataque das pestes em questão, ao ocasionar uma condição desorientadora no que concerne à percepção de si e do mundo, promove aquilo que Tucídides que se refere como sendo “grande demais para ser suportada pela natureza humana” (TUCÍDIDES. II, 50). Assim, mostramos que as narrativas de Tucídides e Procópio encontram similitudes na descrição dos impactos que os ataques das pestes ocasionaram na vida das populações afetadas. Resta-nos, portanto apresentar detalhadamente de que forma o evento da peste, nos escritos destes historiadores reflete os princípios metodológicos e teleológicos de suas narrativas.

3.3. O evento da peste e os princípios da narrativa

Os relatos dos ataques de peste que assolaram as cidades de Atenas e Bizâncio, elaborados por Tucídides e Procópio, podem ser encarados como um momento privilegiado para a percepção e apreensão dos objetivos e métodos utilizados por estes historiadores, na

¹⁰⁹ É importante ressaltar que a construção simbólica insere-se numa “estrutura social”, onde alguns grupos adquirem uma posição privilegiada à imposição de suas construções, sendo, portanto, essencial notarmos relações entre construção simbólica e resistência sendo esta um elemento constitutivo das representações (BAUER, apud: GUARESCHI, 2002: 23).

elaboração do projeto historiográfico. Os dois princípios da narrativa apresentados no capítulo anterior podem ser facilmente encontrados nessas detalhadas descrições. No princípio metodológico, as narrativas transparecem o método que estes historiadores utilizam para levar a cabo suas *histórias*; no princípio teleológico, elas informam sobre a finalidade da escrita de seus compositores.

Segundo Jacqueline de Romilly (1998: 137-175), o método tucidideano fundamenta-se em três atividades: a atividade crítica relacionada aos métodos científicos, uma vez que os procedimentos que Tucídides apresenta para estabelecer a verdade de sua narrativa implicam a atividade da razão; a atividade lógica ligada à construção dos sistemas de provas; e a atividade organizadora representante da capacidade de elaborar um conjunto coerente. Nesse sentido, Tucídides acrescenta cuidados com a utilização dos testemunhos e empenha-se em fornecer provas para a apresentação daquilo que ele estabelece como verdade. Além disso, organiza seu texto de modo que as intenções particulares se percam no motivo geral condutor de cada ação, conferindo às relações entre os acontecimentos, pela escolha das palavras, do caráter estético, um rigor excepcional. A história que ele lança torna-se assim um sistema inteligível.

Na narrativa sobre a peste, Tucídides transparece o objetivo de sua obra: de ser *ktema es aei*, e situa a sua posição privilegiada para a apreensão do fenômeno como prova maior da veracidade de sua narrativa, uma vez que deixa de lado os relatos discordantes para fundamentar sua análise no seu testemunho direto. Assim coloca:

descreverei a maneira de ocorrência da doença, detalhando-lhe os sintomas, de tal modo que, estudando-os, alguém mais habilitado por seu conhecimento prévio não deixe de reconhecê-la se algum dia ela voltar a manifestar-se, pois eu mesmo contraí o mal e vi outros sofrendo dele. (TUCÍDIDES. II, 48)

Em Procópio, também encontramos a aspiração por uma objetividade que transcenda o texto e seja responsável por lançar a verdade. Os métodos que o historiador se utiliza são praticamente os tucidideanos. Segundo José Antonio Flores Rubio, o historiador bizantino “utiliza uma e outra vez o método da *autópsia* (visão direta dos acontecimentos) para a ulterior narração fidedigna dos fatos históricos, normalmente de caráter bélico, igual, por exemplo, em Tucídides” (FLORES RUBIO, 2000: 20).

Assim, aproximando os trechos dos historiadores Tucídides e Procópio, na descrição da peste, que se evidenciam pela clareza de seus objetivos, resumidos na composição de uma obra marcada pela precisão, pela veracidade dos fatos e fundada no princípio da *autópsia*, vemos a seguinte descrição de Procópio:

Começava sempre esta enfermidade pelas zonas costeiras e, daí, ia já subindo até as regiões do interior. Ao segundo ano, a meados da primavera, chegou a Bizâncio, onde casualmente estava eu residindo então. E ocorreu da seguinte maneira[...]. (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22,9)

Aqui também fica evidente a influência do historiador como testemunha ocular direta capaz de destituir o relato das falsidades e atribuir-lhe fidedignidade narrativa. Os historiadores enfatizam suas percepções diretas até mesmo nos sintomas descritos, uma vez que, no caso tucidideano, ele mesmo foi vitimado pelo mal; e Procópio estava residindo no local no momento do ataque.

A percepção direta dos historiadores é importante para a construção de seus projetos historiográficos, porque o método baseado em recolhimento de testemunhos oferece algumas dificuldades. A memorização não se dá de forma absoluta e sofre gravemente a ação do tempo, por este motivo a história só seria legítima se abarcasse essencialmente o

presente, sendo que o passado apareceria somente para justificar ou contribuir com a apresentação dos fatos contemporâneos. Além disso, a parcialidade das pessoas envolvidas nos acontecimentos interferia nos testemunhos, como nos informa Tucídides ao apresentar-nos como o verso oracular se adaptava às necessidades do momento:

Em seu desespero, lembravam-se, como era natural, do seguinte verso[...]: ‘Virá um dia a guerra dória, e com ela a peste’. Houve na época muita discussão entre o povo, pois uma parte da população pretendia que no verso em vez de *peste* se deveria entender fome, e naquela ocasião prevaleceu o pondo de vista de que a palavra era peste; isto era muito natural, pois as lembranças dos homens se adaptam às suas vicissitudes. Se houver outra guerra dória depois desta e com ela vier a fome, imagino que entenderão o verso à luz das novas circunstâncias. (TUCÍDIDES. II, 54)

Procópio desqualifica aqueles que intentaram apresentar a causa do ataque, pois não há razão que extrapole aquilo que ele apresenta. A peste foi enviada pela vontade divina e resta a ele descrever o local do ataque e de que modo os seres humanos foram exterminados pela epidemia. Assim, “que cada qual diga o que pensa a respeito, já se trate de um charlatão ou de um astrólogo” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22, 5). Tucídides (II, 51) também aponta o fato de que médicos e leigos opinavam sobre a causa da doença, mas é seu objetivo apenas relatar minuciosamente os sintomas e o itinerário da doença. Tal atitude frente ao objeto de suas descrições aproxima os historiadores em questão da figura do médico esboçada pelo *Corpus hippocraticum*. Na concepção hipocrática, o médico também deve ter um papel menos destacado em relação à força da natureza humana. Segundo o tratado *Da natureza humana* o homem é formado pelos humores já citados e adocece quando a proporção entre eles deixa de ser harmônica (CAIRUS, 2005: 43). Tucídides e Procópio nada podem fazer frente à repetição dos acontecimentos e à imutabilidade da natureza

humana¹¹⁰. A percepção dos menores detalhes da manifestação da doença está presente também tanto no objetivo dos historiadores, ao abordar a peste, quanto no dos médicos, ao depararem-se com a doença.

Quando Tucídides escreve: “eu mesmo contraí o mal e vi outros sofrendo dele” (TUCÍDIDES. II, 48) e Procópio informa: “chegou [a peste] a Bizâncio onde casualmente estava eu residindo” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22, 9), enfatizam, basicamente, o olhar que lançaram diretamente sobre os acontecimentos. Segundo Jacques Jouanna (1995: 52), na teoria hipocrática o médico deve perceber todas as manifestações da doença, pois o menor detalhe pode possuir um valor de signo¹¹¹. Assim no tratado intitulado *Epidemias*, vemos a seguinte inscrição: “tome o corpo doente como objeto de exame: ver, ouvir, cheirar, sentir e pensar” (JOUANNA, 1995: 52). Jouanna (1995: 52) ainda esclarece que o fato de vir o sentido de ver em primeiro lugar é significativo, uma vez que é o sentido que permite as mais numerosas observações.

A assertiva que estabelece uma dependência excessiva por parte das narrativas destes historiadores em relação modelo médico hipocrático, como característica primordial dos relatos, não deve ser radicalmente proferida. Vemos que algumas diferenças aparecem de forma muito clara entre esses dois saberes, a despeito de suas aproximações igualmente nítidas. Jouanna aponta como diferença a importância da apreensão da causa da doença por parte dos médicos hipocráticos. Segundo este autor, Tucídides insiste, no momento de abordar a manifestação da catástrofe, na importância de sua experiência pessoal: ele sofre o

¹¹⁰ Segundo Jacques Jouanna “ outra analogia que se tem notado entre o método histórico de Tucídides e o método da medicina hipocrática, é sobretudo a importância da noção de “natureza humana” para explicar os comportamentos dos homens e das populações, para os conhecer em vista de uma utilidade futura” (JOUANNA, 1995: 64).

¹¹¹ Entretanto, coloca Jouanna, “o prognóstico, como o diagnóstico, não podem resultar de um aglomerado de signos... A observação do doente, pelo médico, deve ser fazer em meio à ação conjugada de todos os sentidos e da inteligência” (JOUANNA, 1995: 52).

ataque e vê sofrer outras pessoas, portanto é capaz de perceber a peste do interior e do exterior, concomitantemente (JOUANNA, 1995: 63), entretanto não procura compor a descrição almejando apontar uma causa, se o faz é superficialmente. A mesma postura é encontrada em Procópio que esclarece:

E o certo é que, para qualquer outra calamidade das que manda o céu, até poderiam aventurar talvez, aqueles que se atrevam, alguma explicação de sua causa, como ao menos sonham fazer os que tem habilidade de fantasias razões absolutamente incompreensíveis para os demais mortais e fingir teorias peregrinas sobre os fenômenos naturais; e ainda que sabem que o que dizem é uma insensatez, se consideram satisfeitos com enganar com seus embustes[...].
(PROCÓPIO. *Guerras Persas*. II, 22)

Virginia Muñoz Llamosas (2001: 299) também denuncia o caráter quimérico dos estudos que afirmam radicalmente a excessiva dependência do relato tucidideano (e procopiano) em relação aos escritos hipocráticos, afirmando que talvez a linguagem empregada por Tucídides nesta descrição não contenha um caráter tão científico como querem fazer crer os pesquisadores, que defendem uma inspiração direta nos tratados do *Corpus hippocraticum*, pois há no relato tucidideano elementos literários que enfatizam a imprevisibilidade e irracionalidade do ataque. Assim, quando no discurso de Péricles encontramos a seguinte afirmação: “fora de toda previsibilidade, a peste caiu sobre nós – único acontecimento que transcendeu a nossa expectativa” (TUCÍDIDES. II. 64), o sistema racional que se intenta articular durante toda a obra é colocado em xeque. Seguindo o discurso, encontramos ainda: “Temos que suportar com resignação as aflições mandadas pela divindade e inevitáveis, e com coragem as vindas do inimigo[...].” (TUCÍDIDES. II. 64), essa afirmação dirigida aos atenienses, segundo Virginia Muñoz Llamosas, é distinta

das anunciadas anteriormente e possui uma transcendência, uma vez que, “agora reconhece [Péricles] que há coisas que escapam a uma esperança corretamente concebida, como era a de ganhar a guerra” (MUÑOZ LLAMOSAS, 2001: 298), ou seja, a peste foi um acontecimento duplamente importante, pois desafiou a razão na qual se baseava Péricles para ganhar facilmente a guerra e na qual se baseava o próprio Tucídides para apresentar os fatos históricos. É evidente que, no discurso, Péricles tenta se ausentar da culpa pela catástrofe ateniense, entretanto a disposição do relato da peste e do discurso de Péricles também resulta importante para a percepção da lógica tucidideana, pois pode haver aqui uma tentativa de justificar as ações do estrategista, uma vez que a culpa não seria do erro estratégico de Péricles, pois a peste instaura o irracional, impossível de conter.

No caso do relato de Procópio, vemos uma abordagem inversa. Se a historiografia teve certa dificuldade em apontar elementos literários da narrativa tucidideana, ressaltando excessivamente o caráter racional, lógico, quase matemático de suas descrições; em Procópio houve alguma dificuldade em legitimar um mínimo de razão e lógica à sua narrativa que não aquela que é cópia puramente literária do material tucidideano. Como já apontamos nos capítulos anteriores, o relato da peste, na obra de Procópio, foi abordado não raras vezes como uma mera cópia da experiência racionalmente encaminhada por Tucídides.

A idéia não é furtar a descrição da peste em Tucídides de toda racionalidade, militando em defesa da valorização do irracional, muito menos de desconsiderar toda a herança tucidideana presente na descrição de Procópio, mas, em primeiro lugar, aceitar o elemento irracional em Tucídides, pois, como afirma Virginia Muñoz Llamosas (2001: 310), na obra tucidideana os eventos que atingem os homens se repetem porque são condicionados pela natureza humana, mas se se repetem no plano racional, também o

fazem no irracional¹¹². Por essa razão, os homens devem adotar uma postura moderada e atenciosa, uma vez que acontecem coisas que escapam à razão, “chegar a uma compreensão racional do mundo é[...] compreender a debilidade e os limites da razão e servir-se dela na medida em nos pode ajudar a conhecer o futuro” (MUÑOZ LLAMOSAS, 2001: 310). Em segundo lugar, considerar uma atitude ativa na aproximação de Procópio em relação ao estilo e à motivação de escrita em Tucídides, pois se na forma geral a descrição epidêmica elaborada pelo historiador bizantino é, de fato, condicionada pelo relato que Tucídides compõem sobre a peste que assolou os atenienses em 430 a.C.. Alguns elementos, entretanto, advêm de sua observação pessoal e, como afirma também Averil Cameron (1996: 42), a esperada *mimêsis* é somente uma influência modeladora da sua descrição.

3.4. O relato da peste e a figura de autoridade do historiador

Jean Tarrow, a respeito da peste que grassava em Oran, protótipo da cidade neutra, sem atrativos aparentes, no ano de 194[...] fez a seguinte descrição:

De madrugada, brisas leves percorrem a cidade ainda deserta. A essa hora que fica entre as mortes da noite e as agonias do dia, parece que a peste suspende por um instante seu esforço e toma fôlego. Todas as lojas estão fechadas. Mas, em algumas, o aviso ‘Fechada por causa da peste’ atesta que não abrirão dentro em pouco como as outras. Vendedores de jornais meios adormecidos não gritam mais notícias[...] Daqui a pouco, despertados pelos primeiros bondes, vão espalhar-se por toda a cidade, oferecendo de braço estendido as folhas onde

¹¹² Segundo Luiz Costa Lima, “Tucídides esquiva-se de seu próprio privilégio da autópsia, por se permitir uma composição de cunho trágico, ou por recorrer ao que considera constante na natureza humana” (LIMA, 2006: 40).

se destaca a palavra ‘peste’[...] Cento e vinte e quatro mortos, e eis o balanço depois de noventa e quatro dias de peste. (CAMUS, 1984: 90)

Personagem importante na obra *A peste*, escrita por Albert Camus, Tarrou funciona na narrativa como o historiador que relatava num caderno de anotações as manifestações da peste, recolhidas pelo seu próprio testemunho. Camus o descreve como um sujeito que não precisava trabalhar e que passava os dias a recolher impressões insignificantes de tão secundárias e detalhadas, como uma espécie de “historiador do que não tem história” (CAMUS, 1984: 27). Desconhecido, mas querido, de certa forma pela população, caracterizado por se empenhar em ver as coisas e as pessoas através de um binóculo ao contrário e por redigir diálogos ouvidos nos bondes e nas ruas, sem dispensar comentários (acrescenta Camus), Tarrou, num olhar superficial da descrição, apresenta-se como uma espécie de paródia do historiador, principalmente de Tucídides, pois foi o primeiro (dos documentos que chegaram até nós) a relatar de forma tão detalhada um ataque de peste, aproximando pelo método e finalidade daquilo que entendemos como o ofício do historiador. Atinge a figura de Tucídides e também diz respeito, em se tratando da atitude laboriosa de composição do projeto historiográfico, a de Procópio.

Embora alguns estudos ressaltem o caráter alegórico da obra de Albert Camus e sua aproximação com a história, uma vez que foi publicada originalmente em 1947 e parece conter certa dose de crítica ao nazismo, naquilo que se remete, principalmente, à opressão social, às formas de totalitarismo e às mazelas individuais e sociais¹¹³, a obra é literária e não histórica, devido à concepção de narrativa histórica socialmente partilhada.

¹¹³ Sandra Caponi não considera legítima essa dimensão puramente alegórica da obra. Segundo a autora, “...devemos aceitar a proposta de Albert Camus, ao lermos *A peste*, como uma crônica de acontecimentos imaginados, porém possíveis” (CAPONI, 1999: 4), ou seja, o texto de Camus nos permite perceber as diversas esferas de um acontecimento, na medida em que podemos lê-lo, não como uma alegoria, e sim como

Não há nenhuma ligação substancial desta obra com as narrativas de Tucídides e Procópio, entretanto, é um bom começo para tentarmos perceber qual é, então, o papel do sujeito dotado de autoridade para escrever história, no cerne de sua própria escrita, visto que o fato de ver e relatar os acontecimentos não é o bastante para legitimar sua escrita. O que fazem os historiadores, hoje, quando escrevem história, é uma questão de difícil abordagem e não se encaixaria perfeitamente no desenvolvimento desta dissertação. Porém, o que fazia Procópio quando escrevia sua *história*, tendo como inspiração e herança do labor tucidideano, parece-nos uma questão mais plausível a ser abordada minimamente na última parte deste capítulo.

Luiz Costa Lima (2006: 36), ao desenvolver suas consideração acerca da relação entre História, Ficção e Literatura, apresenta a idéia de que considerando a operação de seleção dos fatos, não encontramos nenhuma diferença marcante entre a ficção e a história, pois o critério de seleção de fatos também está presente na obra ficcional, como percebemos acima. A seleção realizada por Camus é o ataque da peste da cidade de Oran, em Tucídides como também em Procópio, os acontecimentos apresentados não são aleatórios, mas compõem um objetivo maior que permeia a construção do projeto historiográfico. Segundo este autor:

é perfeitamente possível ler Tucídides como se ele tivesse escrito uma obra de ficção criativa, ou os escritores hipocráticos como se o corpo humano fosse uma fantasia científica construída por um espírito desencarnado, mas só ao preço de supor que não sabemos que historiógrafos e cientistas procuram fazer algo diferente do que fazem os poetas” (DOVER, apud: LIMA, 2006: 36).

uma tentativa de reconstrução ficcional de uma situação exemplar. Desta forma, “...a obra de Camus não é, uma alegoria política. A peste não é justiceira, Camus não protesta contra nada, nem contra a corrupção, nem contra a tirania, nem sequer contra a mortalidade. A peste é a irrupção da morte que dá seriedade à vida” (CAPONI, 1999: 4).

Assim, o sentido da identidade do historiador é construído a partir de sua metodologia para a abordagem do seu objeto. Podemos dizer que sua identidade vai sendo formulada no confronto daquilo que o historiador não é: um literato ou um matemático.

Visto desta forma, a figura de autoridade do historiador, ao realizar sua composição, estabelece ainda um ponto de similitude entre os relatos de Tucídides de Atenas e Procópio de Cesaréia. Ambos historiadores aspiram à descrição verdadeira e precisa do que realmente ocorreu, construindo, de fato, uma certeza através de artifícios narrativos, como por exemplo, as afirmações da presença cognitiva, feitas por Tucídides e Procópio, em alguns acontecimentos. De uma forma mais específica a este estudo, talvez o próprio rastreamento dos locais onde as epidemias se formaram e se desenvolveram, como encontramos nos relatos, componha um instrumento de uma asserção verídica do fato. Assim, o sujeito da enunciação (neste caso do historiador), através da presença na narração histórica de signos (entendidos como “organizadores” do discurso) explícitos de enunciação, visaria a “descronologizar” o “fio histórico” e a reconstituir um tempo complexo, neste ponto ligado por essência à palavra e à autoridade do historiador, capaz de perceber o desenvolvimento do acontecimento e tal como o agente do mito controlar o decorrer crônico desse, submetendo-o ao tempo próprio de sua palavra (BARTHES, 2004: 167).

Enfim, podemos dizer que as narrativas em questão apresentam-se bastante valiosas para refletirmos acerca da posição do historiador frente ao seu objeto. Posição esta que sempre envolverá um esquema cultural maior de pessoas, coisas e valores que investem de poder os fazedores de História (SALHINS, 2004: 181). O essencial seria, portanto, perceber como as obras, em formas impressas possivelmente diferentes, podem ser diversamente apreendidas, manipuladas e compreendidas. Passado o tempo dos grandes “modelos explicativos”, o que importa atualmente para a compreensão são os sentidos, ou a re-

significação dos sentidos, através da linguagem. Pois, o que nos une como homens não é a experiência em si, mas o sentido da experiência através da linguagem.

Em Tucídides, importa lembrar, a escrita da história almejava assumir uma importância social, elevando a sua *história* à posição de exemplaridade e vemos essa fórmula fundadora de sua narrativa, de forma muito clara na descrição da peste, já que o historiador relatará os sintomas para que alguém mais habilitado não deixe de reconhecer a doença, quando as mesmas condições voltarem a ocorrer. A idéia de história em Procópio, evidentemente, não é a mesma da de Tucídides, embora compartilhem muitos elementos. Diríamos que a aproximação entre Tucídides e Procópio é estabelecida por dois níveis temporais, um biológico e outro social. O biológico comporta aquele elemento que caracteriza a determinação individual, a finitude da experiência delimitada pela existência de um homem em relação aos outros que vivem no mesmo tempo. No nosso trabalho, esse tempo diz respeito ao labor de Procópio enquanto historiador, diz respeito à idéia de que Procópio se aproximou conscientemente do modelo tucidideano, para compor sua narrativa. O tempo social diz respeito à experiência herdada e legada, nas palavras de Reinhart Koselleck: “ há tempos históricos que ultrapassam a experiência de indivíduos e gerações. Nesse caso se trata de depósitos de experiência que estavam disponíveis antes das gerações contemporâneas e que seguirão atuando muito provavelmente após elas” (KOSELLECK, 2001: 41). Aqui, referimo-nos essencialmente àquilo que Procópio encontrou disponível como inspiração para compor sua obra. Diz respeito à própria atividade de historiador que já se encontrava estruturada tendo como modelo, principalmente Heródoto e Tucídides, devido à existência de “comunidades antropológicas mínimas” (KOSELLECK, 2001: 47). Sem essa dimensão temporal que permite-nos pedagogicamente abarcar algumas mudanças da experiência e do método na unidade que denominamos história, não seríamos capazes de

relacionar aquilo que fazem Tucídides e Procópio. Podemos dizer que a própria existência dessa dinâmica temporal justifica o fato de que Procópio não copiou, simplesmente, a motivação tucidideana de elaboração histórica. Sem a possibilidade de um “sentido” histórico partilhado pelas mais diversas gerações, a despeito das singularidades que comportam as sociedades, em tempos diferentes, não poderíamos realizar uma comparação entre aqueles que praticaram e praticam o ofício de historiador.

De fato, a cultura bizantina, como já demonstramos, apresenta diferenças estrondosas em relação à Grécia de Tucídides. Entender a cultura bizantina como uma herança da clássica é, portanto, um erro crasso, uma vez que entendê-la como uma unidade que possa ser comparada a outra já é uma quimera. Se a Atenas Clássica não pode ser encarada como um bloco, Constantinopla tão pouco, pois a própria idéia que os bizantinos faziam de si era extremamente contraditória. Como elucidava Antonio Bravo García (1989: 278-279), Constantinopla foi considerada a “Nova Roma”, como foi também muitas vezes a “Nova Jerusalém”. No título oficial, o patriarca referia-se à primeira definição, entretanto, posteriormente ao período estudado (VI século),

os imperadores, nos discursos oficiais, constantemente falavam de ‘nossa Israel’[...] A linhas gerais que enquadram a vida bizantina, a dizer, a concepção de seu próprio Império e sua idéia de história são, desde logo, mais bíblicas que gregas e fatores como a religiosidade, o milenarismo e a ortodoxia conformam um padrão de vida que nada tem a ver com os ideais gregos, bem conhecidos pelos filólogos clássicos. E não nos referimos, claro está à diferença de mentalidade que mostram as classes baixas do Império, com suas superstições e sua ignorância[...]. (BRAVO GARCÍA, 1989: 279)

O autor segue afirmando que é um imperativo da dinâmica histórica o fato de que os bizantinos já não são gregos.

Assim, encontramos, nas narrativas sobre a peste que assolou os atenienses e bizantinos, limites e possibilidades do labor historiográfico, que nos permitem analisar o “fazer história” enquanto produto social. Se por um lado é ofertado à escrita da história um material disponível no próprio ambiente e se há possibilidades de percepção, discussão e apropriação de técnicas produzidas pelas gerações anteriores, considerando como exemplo, o fato de que Procópio talvez tenha se apropriado da forma de escrita de Tucídides e que o relato da peste seja um momento emblemático dessa ação; por outro lado a produção é encerrada justamente por aquilo que a possibilita: o seu tempo de produção, influenciando e direcionando a percepção dos fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consagrado como historiador do governo de Justiniano e famoso pela descrição que elabora acerca dos feitos do general Belisário, Procópio de Cesaréa deixou à posteridade uma importante obra literária e histórica cujos ecos proporcionam diferenciadas interpretações e sustentam vivo interesse pela sua narrativa. Segundo José Antonio Flores Rubio (2000: 37), Procópio é Homero, Heródoto, Tucídides, Políbio e Plutarco, de uma só vez, sem esquecer-se de ser ele mesmo. Este trabalho, entretanto, procurou discorrer sobre aquilo que relaciona a obra do historiador bizantino ao relato de Tucídides.

Com um estilo geralmente límpido (o que não pode ser confundido com “natural”) no que diz respeito às expressões utilizadas e à forma de argumentação e de construção textual, Procópio de Cesaréa esforça-se por lançar a verdade de sua narrativa através de uma linguagem simples, embora consideravelmente erudita como demonstram algumas frases e sentenças, nas quais seu conhecimento em relação às artes e retórica torna-se visível. Possivelmente um admirador dos escritores clássicos, preferencialmente de Heródoto e Tucídides, o historiador bizantino constantemente baseia-se nesses modelos para formular sua própria descrição, repleta de termos e inspirações advindas do grego ático. Segundo Herbert Hunger (1970: 38), no exemplar artigo acerca do caráter da imitação dos clássicos, no Império Bizantino, esta atitude se efetivou de múltiplas e variadas formas, no que concerne à quantidade e variedade da imitação da Antiguidade e configurava-se como uma das características principais dos trabalhos literários bizantinos, considerados como *high language*, inclusive pelos escritores do próprio período. Parece-nos que esta definição concentra-se, sobretudo, naqueles escritos que foram utilizados e

citados dentro do próprio Império, e que chegaram até nós influenciados pelo juízo formulado e emitido entre o círculo de autores bizantinos. Procópio, por exemplo, foi citado com admiração por Evagrio (autor de uma *História eclesiástica* em seis livros que vão de 431 a 593 d.C.), Agatias (autor de cinco livros de *Historias* narrando acontecimentos de 552 a 558 d.C.), Teofilacto Simocata (autor de uma *História* sobre o governo de Maurício de 582 a 602), Simeão Metafrasta (escreveu uma coleção de vida dos santos), Constantino Porfirogeneta (escreveu a biografia panegírica de Basílio I, entre outras obras), Focio (viveu provavelmente entre 810 e 895, escreveu a relação dos livros da sua famosa biblioteca e deixou escritos sobre vários assuntos), Zonaras (cronista da época dos Comnenos, século XI d.C.), Nicéforo Calixto (escreve no início do século XIV uma *História da Igreja*), entre outros bizantinos (GARCÍA ROMERO, 2000: 18).

Procópio, escrevendo no VI século d.C., apresenta-se como figura emblemática da atitude classicista entre os bizantinos, pois é possível estabelecer, de forma muito clara, as aproximações de seus escritos com os de Tucídides, no V século a.C. Aquilo que melhor conclui este trabalho pode ser encerrado na resposta à seguinte pergunta: até que ponto as diferentes formas do modelo clássico tucidideano foram (re)apropriadas pela narrativa de Procópio? Herbert Hunger (1970: 19) prefere chamar esse movimento de “imitação” e, de fato, se levarmos em consideração toda a discussão por ele apresentada no artigo citado neste trabalho, o termo não se torna completamente inconveniente, uma vez que caracteriza os trabalhos literários cuja inspiração para seu próprio estilo advém da imitação dos clássicos. Nesse sentido, as obras imitadas só o eram na medida em que melhoravam o próprio estilo do autor bizantino. Hunger (1970: 21) também deixa claro que o termo “imitação” não deve ser entendido como se os bizantinos tivessem conscientemente concebido a aplicação de motivos, figuras e citações como imitação, mas que o Império

Oriental não experimentou uma “quebra” no seu curso histórico e, portanto, cultural, como houve nas regiões ocidentais, onde uma interrupção foi proporcionada pelo estabelecimento de Impérios Germânicos no outrora solo romano. Entretanto, preferimos, aqui, o termo reapropriação, uma vez que oferece um sentido menos aleatório a tal atividade, ou seja, as obras da antiguidade clássica não eram apenas “imitadas”, elas eram “imitadas” com uma finalidade, por um objetivo social: a criação de um círculo erudito dentro da atividade literária do Império, que se esforçava por distanciar-se da linguagem comum. Portanto o termo “reapropriação” confere a tal atitude uma operacionalidade/função dentro do discurso, e exclui o caráter passivo da aproximação, no Império Bizantino, em relação aos escritos clássicos.

A resposta para a pergunta formulada no parágrafo acima sobre a intensidade da reapropriação de Tucídides por Procópio comporta três níveis: o fenômeno lingüístico, a elaboração do conteúdo e a forma de registro. A partir desses três elementos, podemos localizar os principais aspectos, ou os mais relevantes para este trabalho, da relação entre os historiadores ateniense e bizantino.

No que diz respeito à linguagem, aquilo que foi considerado como ático ou não-ático foi decidido por gramáticos. Segundo Herbert Hunger (1970: 31), no Império Bizantino, o “ser” ático comportava formas de nomes e verbos contraídos, a utilização do pronome indefinido, a reduplicação ao invés do mais-que-perfeito acompanhado do verbo auxiliar, a voz média, a acumulação de negações, o uso pleonástico de partículas, o uso de abstratos ao invés de concretos, entre outras. Além disso, uma importante característica da reapropriação da linguagem clássica foi o cuidado em não utilizar palavras e formas coloquiais ou termos técnicos que penetraram do Latim no Grego. Os dicionários áticos, gozando de grande prestígio, serviram como instrumento para a definição da linguagem

“erudita”, e portar um perfeito estilo ático na escrita era um grande elogio a um autor. Na obra de Procópio, vemos o desenvolvimento de uma escrita cuidadosa com o uso de termos coloquiais, geralmente explicados por ele. Assim, o estilo ático empregado na sua narrativa o leva a expor considerações sobre o uso de algumas palavras que, embora se configurem na realidade do período em que escreve, não eram termos comuns da tradição clássica, principalmente quando se trata de palavras aplicadas ao novo mundo cristão. Quando, por exemplo, o historiador tece explicações para o termo **monaxóĵ** (monge), é importante salientar que o monasticismo encontrava-se em enorme expansão em todo o Oriente, dispensando, portanto, a apresentação efetuada por Procópio¹¹⁴.

Além disso, percebemos em Procópio as mesmas palavras utilizadas por Tucídides no início da narrativa, para inaugurar aquilo a que se dispõem os historiadores: em Tucídides temos: “**qoukudídhj (Aqhnaíoj cunégraye tòn pól emon...**” (TUCÍDIDES. I, 1), em Procópio encontramos, no mesmo caminho: “**Prokópioj Kaisareùj touj pol émouj cunégrayen...**” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. I, 1). Ambos historiadores também caracterizam como **loimòj** aquilo que traduzimos como “peste”, embora hajam sintomas diferenciados nas duas manifestações das doenças descritas.

A “mimesis” historiográfica de Tucídides em Procópio estende-se também na utilização dos discursos. Constituí-se como marca fundamental aos moldes tucidideano a arte discursiva (seja oral ou escrita, através de cartas) na narrativa do historiador bizantino.

Em relação à reapropriação que Procópio faz do conteúdo tucidideano, podemos formular várias considerações. Em ambos vemos a figura oficial como um elemento

¹¹⁴ Assim, escreve Procópio: “... aos mais estritos de todos os cristãos, a esses, costumamos chamar ‘monges’” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. 7, 22).

importante na narrativa e a partir dela o desenvolvimento de batalhas, num ambiente extremamente belicoso. A ênfase na descrição pormenorizada das ações bélicas, numa tentativa de deixar claro o nome e a localização dos povos envolvidos, também caracteriza estes historiadores, bem como a preocupação em enumerar as causas das animosidades. O uso das digressões, objetivando uma melhor explicação do contemporâneo e o cuidado em guiar o leitor de volta à narrativa através de expressões como: “aqui voltarei à narração anterior” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. I, 9, 19) ou “Resolvi fazer uma digressão para escrever sobre estes assuntos porque este período foi omitido por todos os meus predecessores...” (TUCÍDIDES. I, 97).

O movimento de fidedignidade, nas obras em questão, apresenta aproximações visíveis. Ambos se apresentam como portadores de uma autoridade advinda da excelente posição em que se encontram para a forma de descrição a que se propõem. Nos relatos de Tucídides e Procópio, vemos a delineação de algumas características que compõem a figura do historiador, enquanto sujeito que lança a verdade dos fatos. A maneira como dispõem informações sobre suas vidas, nos encaminha ao juízo de que eram pessoas ligadas ao poder, ou ao menos portadoras de uma posição social privilegiada. Tucídides informa que sua família possuía minas de ouro na Trácia (TUCÍDIDES. IV, 105) e pelo conhecimento que Procópio demonstra ter em relação aos movimentos do Imperador e das figuras ilustres do Império, fica claro a sua relação com a corte Imperial (na obra *História Secreta* o historiador chega a relatar as escapadas da Imperatriz e de Antonina, mulher de Belisário). Mas não é a boa posição social que oferece legitimidade aos seus relatos, mas sim o caráter marginalizado e expatriado que possuem, possibilitando uma situação de distanciamento moral e ideológica dos fatos que narram. Cada um por um motivo, encontram-se distantes daquilo que poderiam perturbar emocionalmente seus juízos. Tucídides descreve seu

afastamento legal de Atenas e Procópio, está sempre numa região diferente acompanhando as batalhas.

Segundo Emilio Diaz Rolando (1992), apesar das semelhanças em relação ao conteúdo, as narrativas de atenienses e bizantinos portavam diferenças grandiosas. Uma destas diferenças reside no fato de que, na obra de Tucídides o puramente particular não apresenta um caráter concreto, ou seja, se o historiador, enfatiza os aspectos psicológicos de seus personagens (destacando seus sentimentos e desejos), principalmente através dos discursos (o caso mais emblemático, nesse sentido, é Péricles), uma preocupação com a definição física destes agentes não é perceptível. Já na narrativa de Procópio, e com maior ênfase na *História Secreta* há, de fato, uma preocupação significativa de descrever fisicamente os personagens da sua história. Sabemos, por exemplo, pela leitura da obra *Guerras Persas* que os hunos eptalitas tinham a pele branca e que eram esteticamente feios (PROCOPIO. *Guerras Persas*. I, 3,4); que a esposa de Cabades, rei persa, era “belíssima de figura” (PROCÓPIO. *Guerras Persas*. I, 6).

A grande questão que encontramos aqui diz respeito à validade dos eventos narrados nos padrões do conteúdo dos registros clássicos. Ao reproduzir os aspectos formais do discurso clássico, os acontecimentos relatados pelos historiadores do Império Bizantino foram, freqüentemente, questionados quanto à sua veracidade. Tal atitude parece desconsiderar o caráter criativo e pessoal da literatura bizantina e encontra-se descartada nessa dissertação. Como demonstramos nos capítulos que precederam esta conclusão, mesmo no relato da peste que assolou Constantinopla, encontramos numa análise mais elaborada, sutis diferenças que distanciam a concepção da imitação passiva e fantasiosa do fato. No relato da peste, como Tucídides, Procópio empenha-se em discutir as possíveis

causas do ataque, entretanto, ele parece não encontrar explicações humanas para o evento, o que não acontece na descrição tucidideana.

Os escritos de Procópio, em sua forma, exibem uma imitação clássica em diferentes níveis do puramente lingüístico. A obra *Guerras*, nesse sentido, é a mais emblemática, tendo em vista essa atitude de adoção da forma de apresentar eventos ou incidentes nos moldes dos trabalhos clássicos (nesse caso a influência tucidideana é predominante). Entretanto o uso do distante classicismo grego não fazia parte do falar cotidiano do VI século d.C., mas se deu conforme uma eleição dos códigos que permeavam a língua formal presente nos escritos “eruditos”, de restrita circulação. A mais profunda influência no trabalho de Procópio não é aquela que aponta a seleção dos fatos ou a maneira de arranjá-los ao estilo tucidideano, mas a própria posição do historiador no interior de seu objeto e na escolha do seu tema (CAMERON, 1996: 36). E na atitude historiográfica que a relação entre Tucídides e Procópio apresenta maior intimidade. No aspecto lingüístico, vimos que a inserção de um vocabulário diferente ao falado na Antiguidade Clássica é inevitável no decorrer da narrativa dos historiadores bizantinos, bem como em relação ao conteúdo, podemos encontrar diferenças. Se os temas apresentam certa uniformidade, excetuando as narrativas eclesiásticas, eles se diferem, principalmente porque, assim como na Antiguidade, a maioria dos historiadores bizantinos estava interessada em descrever detalhadamente a sua própria contemporaneidade. Portanto, é essa atitude frente àquilo que estabelece como objeto da descrição que relaciona Procópio a Tucídides.

Entretanto, apesar da tentativa de Procópio em assemelhar-se à forma de descrição tucidideana, estes historiadores não fazer a mesma coisa quando compõem suas histórias, uma vez que se movem em sensibilidades diferentes. Tucídides escreve num grego ático contemporâneo a ele (mas não popular). Sua escrita almeja distanciar-se do estilo elaborado

anteriormente por Homero e Heródoto e seu relato, embora não descarte a influência que recebeu destes dois autores, é projetado para ser uma obra grandiosamente inovadora, fundamentada na verdade e na melhor forma de relatar os fatos. Já em Procópio vemos uma tentativa de, justamente, retomar os modelos clássicos, sob uma imperiosa escrita arcaizante.

Através da análise dos relatos das pestes que assolaram atenienses e bizantinos, procuramos visualizar e estabelecer um paralelo em relação à atitude historiográfica de Tucídides e Procópio. Mais do que a imitação, a reapropriação do modelo narrativo tucidideano possibilitou à descrição de Procópio encontrar elementos que legitimavam sua escrita enquanto historiografia e enquanto produção erudita. Importa ressaltar que os relatos das epidemias assumem significados diferentes dentro das obras destes autores. Percebemos que na obra de Tucídides, o elemento da descrição epidêmica, pela posição que ocupa, sucedendo o discurso de Péricles no qual encontramos a informação sobre como os rituais fúnebres prosseguiam em tempo normais, parece pretender destacar o efeito trágico do acontecimento. Já em Procópio, a descrição da peste insere-se no movimento de luz e sombra em relação à *mimesis* dos clássicos. O autor bizantino, desta forma, não “copia” o modelo de registro tucidideano, mas aplica maior ênfase em alguns acontecimentos em prol de uma maior aproximação em relação ao historiador grego.

Concluindo, podemos dizer que só em partes Procópio escolheu, de fato, escrever num estilo clássico, em outras partes ele não poderia ter feito diferente (CAMERON, 1996: 34), porque diz respeito à própria concepção de História e de historiador indicados pelo contexto de produção de seu discurso. Portanto, o classicismo de Procópio não é um material simples, ele aparece de forma muito complexa, como um fenômeno que compõe a própria construção daquilo que os bizantinos, os gregos e nós entendemos por História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) Documentos Textuais

HERODOTO. *História*. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985.

HOMÈRE. *Iliade*. Traduit par Eugène Baret. Paris: Libraire-éditeur, 1843.

POLÍBIO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985.

PLUTARQUE. *Vies: Périclès*. Traduit par Robert Flacelière et Emile Chambry. Paris: Les belles lettres, 1969.

PROCOPIO. *Historia de las Guerras: libros I-II*. Traducción de Francisco Antonio Garcia Romero. Madrid: Gredos, 2000.

_____. *Historia de las Guerras: libros III-IV*. Traducción de José Antonio Flores Rubio. Madrid: Gredos, 2000.

_____. *Historia Secreta*. Traducción de Juan Signes Codoñer. Madrid: Gredos, 2000.

PROCOPIUS. *Buildings*. English translation by H. B. Dewing. London: Harvard University Press, 1996.

_____. *History of the wars*. English translation by H. B. Dewing. London: Harvard University Press, 1992.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 2001.

THUCYDIDE, *Histoire de la Guerre du Péloponnèse*. Traduction nouvelle et introduction par Jean Voilquin. Paris: Librairie Garnier Frères, s/d.

B) Obras Gerais

ANGOLD, Michael. *Bizâncio: a ponte da Antiguidade para a Idade Média*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1972.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. pp. 296-332.

BÁDENAS DE LA PEÑA, Pedro. Un manuscrito ateniense sobre la fundación de Santa Sofía. *Erytheia*. Madrid, nº 4, p. 42-48, 1984.

BAILLY, Anatole. *Abrégé du dictionnaire Grec Français*. Paris : Librairie Hachette, 1901.

BARTHES, Roland. Da história ao real. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. pp.163-198.

BENJAMIN, Walter. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp. 197-221.

BERTELLI, Carlo. Pour une évaluation positive de la crise iconoclaste byzantine. *Revue de l'Art*. Paris, v. 80, nº 80, p. 9-16, 1988.

BRAGANÇA JUNIOR, Álvaro Alfredo. A paremiologia medieval latina e o mundo clássico: um estudo de caso. *Phoînix*. Rio de Janeiro, v. 11, p. 17-32, 2005.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. As musas ensinam a mentir (Hesíodo, *Teogonia*, 27-28). *Agora. Estudos Clássicos em Debate*. Aveiro, v. 2, p. 7-20, 2000. Disponível em: <<http://www2.dlc.ua.pt/classicos/musas.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2007.

BRAVO GARCIA, Antonio. La poesía griega en Bizancio: su recepción y conservación. *Filología Románica*. Madrid, v. 6, p. 277-324, 1989.

BRÉHIER, Louis. *Le Monde Byzantin : vie et mort de Byzance*. Paris : 1948.

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992.

BURKERT, Walter. *Religião grega na época clássica e arcaica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

CAIRUS, Henrique F. A arte hipocrática entre o lógos e a práxis. *Terceira Margem*. Rio de Janeiro, v. 8, nº 9, p. 9-18, 2003.

_____. *Textos Hipocráticos: o doente, o médico e a doença*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

CAMERON, Averil. The daughter of Leonides: reading the Hippocratic corpus. In: _____. *History as Text: The Writing of Ancient History*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1990. pp. 11-31.

_____. *Procopius and the sixth century*. London: Routledge, 1996.

CAMUS, Albert. *A peste*. São Paulo: Abril S.A. Cultural, 1984.

CANDAU MORÓN, Jose Maria. El universo referencial de los historiadores griegos tardios. In: BRIOSO, M.; GONZÁLEZ PONCE, F. J. (Eds.). *Las letras griegas bajo el Imperio*. Sevilla, 1996, pp. 151-163.

CANFORA, Luciano. L'historien Thucydide n'a jamais été exilé. *Dialogues d'histoire ancienne*. Paris, v. 6, n° 1, p. 287-289, 1980.

CAPONI, S. N. C. Lo Público y lo Privado en tiempos de Peste. *História, Ciência e Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 6, n° 1, p. 7-28, 1999.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. *Narrativa, sentido e história*. São Paulo: Papyrus, 1997.

_____. O amor nos romances gregos de época romana. *Phoînix*. Rio de Janeiro, v. 11, p. 33-56, 2005.

CARTWRIGHT, F. F.; BIDDISS, M. *As doenças e a história*. Lisboa: Europa-América, 2003.

CATROGA, Fernando. Memória e História. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. pp. 43-70.

_____. Ainda será a História Mestra da Vida? *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre, n° 2, p. 7-34, 2006.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de História*. Lisboa: Presença, 1972.

COMTE, Auguste. A Filosofia Positiva e as Ciências. In: CARRILHO, Manuel Maria. *Epistemologia: posições e críticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. pp. 3-19.

CREED, J. L. Moral values in the age of Thucydides. *The Classical Quarterly*. Cambridge, v. 23, n° 2, p. 213-231, 1973.

DARBO-PECHANSKY, Catherine. La politique de l'histoire: Thucydide historien du présent. *Annales*. Paris, n° 3, p. 653-675, 1989.

_____. Os tempos da história. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 71-88.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300 – 1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DETIENNE, Marcel. *Comparar o incomparável*. São Paulo: Idéias & Letras, 2004.

DIEHL, Astor Antônio. *Com o passado na cadeira de balanço: cultura, mentalidades e subjetividades*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

DIEHL, Charles. *Os grandes problemas da História Bizantina*. São Paulo: Editora das Américas, 1961.

DRAEGER, Andrea Coelho Farias. *Para além do lógos: a peste de Atenas na obra de Tucídides*. Programa de Pós-graduação em letras clássicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2004.

EVANS, S. E. B. de; PERINETTI, Y. G. de; TORRES, L. H. de. Un aporte sobre Tucídides y la Historia Política. *Revista de História Universal*. Mendoza, nº 1, p. 75-89, 1998.

FERNÁNDEZ, Gonzalo. Justiniano y la clausura de la Escuela de Atenas. *Erytheia*. Madrid, nº 2, p. 24-30, 1983.

FIALHO, Maria do Céu. Rituais de Cidadania na Grécia Antiga. In: LEÃO, D. F.; FERREIRA, J. R.; FIALHO, M.C. (Orgs.). *Paidéia e Cidadania na Grécia Antiga*. Coimbra: Ariadne, 2006. pp. 81-100.

FINLEY, Moses I. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1985.

FLUSIN, Bernard. La culture écrite. In: MORRISSON, Cécile. *Le monde byzantin*. Paris : Universitaires de France, s/d. pp. 255-276.

FRANCO JUNIOR, Hilário. Introdução e A terra da abundância. In: _____. *Cocanha: a História de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 15-23; 56-81.

FRIAS, I. *Doença do corpo, doença da alma: medicina e filosofia na Grécia Clássica*. São Paulo: Loyola, 2004.

GASTAUD, Carla. Historiografia grega: Tucídides e a guerra do peloponeso. *História em revista*. Pelotas, v. 7, 2001. Disponível em: <<http://www.ufpel.tche.br/ich/ndh/artigos.html>>. Acesso em: 15 de novembro de 2006.

GEERTZ, Clifford. Por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. pp. 13-41.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 143-179.

_____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOLFIN, Emmanuel. Thucydide avait-il une conception cyclique du temps ? *Dialogues d'histoire ancienne*. Paris, v. 29, nº 1, p. 9-29, 2003.

GONDAR, Jô. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In: *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. pp. 35-43.

GONZÁLEZ FERNÁNDEZ, Rafael. *Las estructuras ideológicas del Código de Justiniano*. Disponível em: <[http://interclassica.um.es/investigacion/monografias/las_estructuras_ideologicas_del_codigo_de_justiniano/\(ver\)/1](http://interclassica.um.es/investigacion/monografias/las_estructuras_ideologicas_del_codigo_de_justiniano/(ver)/1)>. Acesso em: 15 de maio de 2007.

GUARINELLO, Norberto Luiz. História Científica, História Contemporânea e História Cotidiana. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 48, p. 12-38, 2004.

GUILLOU, André. L'Orthodoxie byzantine. *Archives des sciences sociales des religions*. Paris, v. 75, nº 75, p. 5-10, 1991.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 103-133.

HARANT, Hervé. *Las epidemias*. Barcelona: Oikos tau, 1971.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, S. J. (Org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. pp.11-42.

_____. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

_____. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Ed. UnB, 2003.

HAURY, J. *Procopiana*. Augsburg, 1891.

HAVELOCK, Eric A. *A revolução da escrita na Grécia e suas conseqüências culturais*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HEERS, Jacques. *História medieval*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

HOLLADAY, A. J; POOLE, J. C. F. Thucydides and the Plague of Athens. *The Classical Quarterly*, v. 29, n. 2, p. 282-300, 1979. Disponível em <<http://links.jstor.org/sici?sici=0009-8388%281979%292%3A2%3C282%3ATATPOA%3E2.0.CO%3B2-L>>. Acesso em: 16 de agosto de 2007

HOOKER, Edna M. Buboes in Thucydides? *The Journal of Hellenic Studies*, v. 78, p. 78-83, 1958. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0075-4269%281958%2978%3C78%3ABIT%3E2.0.CO%3B2-2>>. Acesso em: 16 de agosto de 2007.

HORTA, G. N.B.P. *Os gregos e seu idioma*. Rio de Janeiro: J. Di Giorgio, 1978.

HUNGER, Herbert. On the Imitation (*mimesis*) of Antiquity in Byzantine Literature. *Dumbarton Oaks Papers*, v. 23, p. 15-38, 1970. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0070-7546%281969%2F1970%2923%3C15%3AOTI%28OA%3E2.0.CO%3B2-G>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2008.

JONES, Peter V. *O Mundo de Atenas: uma introdução a cultura clássica ateniense*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

JOUANNA, Jacques. La naissance de l'art médical occidental. In: GRMEK, Mirko D.(org.). *Histoire de la pensée médicale en occident*. Paris: Du seuil, 1995. pp. 25-65.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a Vida com os Outros: Intersubjetividade, Espaço Público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. A; JOVCHELOVITCH. S. *Textos em Representações Sociais*. Rio do Janeiro: Vozes, 1995. pp.70-83.

KOSELLECK, Reinhart. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2001.

_____. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACAPRA, Dominick. History and the Novel. In : _____. *History & Criticism*. London : Cornell University Press, 1985. pp. 116-134.

LAIN ENTRALGO, Pedro; GARCIA BALLESTER, Luis. Medicina Bizantina. In: LAIN ENTRALGO, Pedro. *Historia de la medicina*. Barcelona: Salvat, 1982. pp. 9-39.

LEMERLE, Paul. *Histoire de Byzance*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

LESKY, Albin. *História da literatura grega*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

LEVI, Mario Attilio. *Péricles*. Brasília: Ed. UnB, 1991.

LIMA, Luiz Costa. *História, Ficção, Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOPEZ EIRE, Antonio. La revolución en el pensamiento político de Tucídides (I). *Gérion*. Madrid, v. 8, p. 89-114, 1990.

_____. La revolución en el pensamiento político de Tucídides (II). *Gérion*. Madrid, v. 9, p. 87-110, 1991.

LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pp. 57-70.

_____. *Invenção de Atenas*. Rio de Janeiro: trinta e quatro, 1994.

- MAFFRE, Jean-Jacques. *O século de Péricles*. Lisboa: Europa-América, 1993.
- MAGALHAES, Luiz Otavio. Tucídides: a natureza humana e as causalidades da História. *História Revista*. Goiânia, v. 6, n° 2, p. 51-69, 2001.
- MAIER, Franz Georg. *Bizâncio*. México: Siglo Veintiuno, 1991.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1989.
- MARAVAL, Pierre. *L'empereur Justinien*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- MARIN RIVEROS, José. El Imperio Griego de Bizancio: una aproximación al Mundo Bizantino y su Legado Histórico. *Episteme*. Porto Alegre, v. 3, n° 5, p. 157-171, 1998.
- MARSHALL, Francisco. Tucídides e Édipo em um mundo investigante: as fronteiras do método. In: *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras*. São Paulo: Humanitas, 1999. pp. 73-81.
- MAVROMATIS, Leónidas. Historia Bizantina e Historia. *Erytheia*. Madrid, n° 11-12, p. 65-70, 1990-91.
- MOLLO, Helena. *A influência do Corpus hippocraticum na historiografia de Tucídides*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro, 1994.
- MILLER, Timothy S. *The bird of the hospital in the Byzantine Empire*. London: Johns Hopekins, 1997.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- MORGAN, Thomas E. Plague or Poetry: Thucydides on the Epidemic at Athens. *Transactions of the American Philological Association*. Washington, n. 124, p. 197-209, 1994. Disponível em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0360-5949%281994%29124%3C197%3APOPTOT%3E2.0.CO%3B2-G>>. Acesso em: 01 de setembro de 2007.
- MORRISON, James V. *Reading Thucydides*. Ohio: The Ohio State University Press Columbus, 2006. Disponível em: <<http://www.ohiostatepress.org/Books/Book%20PDFs/Morrison%20Reading.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2007.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NEVES, Lucília de Almeida. Memória e História: substratos da identidade. In: *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras*. São Paulo: Humanitas, 1999. pp. 1061-1070.

PLÁCIDO, Domingo. De Heródoto a Tucídides. *Gerión*. Madrid, v. 4, p. 17-46, 1986.

PETERS, F. E. *Termos filosóficos gregos: um léxico histórico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.

PIRES, Francisco Murari. História e Poesia (comentário ao Proêmio tucidideano). *Revista História*. São Paulo, nº 121, p. 27-44, 1989.

_____. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. Tucídides: a Retórica do Método, a Figura de Autoridade e os Desvios da Memória. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia (Orgs.). *Memória e (Res)Sentimento: Indagações sobre uma Questão Sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. pp. 95-128.

_____. *Modernidades Tucidideanas: Ktema es Aei*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2007.

REVEL, Jacques; PETER Jean-Pierre. O Corpo. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. pp. 141-159.

RICOEUR, Paul. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales*. Paris, nº 4, p. 731-747, 2000.

ROBERT, Fernand. *A literatura grega*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

RODRIGUES, Antônio Medina. *As utopias gregas*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

ROMILLY, Jacqueline. *História e razão em Tucídides*. Brasília: Ed. UnB, 1998.

RUBIN, B. *Prokopios Von Kaisareia*. Stuttgart, 1954.

RUEDA, Álvaro Uribe. *Bizancio, el dique iluminado: la concepción mística del universalismo, sus raíces judías y helénicas y su herencia cristiana*. Santafé de Bogotá: publicaciones del Instituto Caro y Cuervo, 1997.

RUNCIMAN, Steven. *A Civilização Bizantina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.

RUSEN, Jorn. Historiografia comparativa intercultural. In: *A história escrita: teoria e história da historiografia*. Org. Jurandir Malerba. São Paulo: Contexto, 2006. pp. 115-138.

_____. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SAHLINS, M. Estrutura e História. In: _____. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. pp. 172-194.

_____. *História e Cultura: Apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SERRA-FREIRE, N. M.; CARVALHO, R. W. Peste. In: LOPES, Antonio Carlos. *Tratado de clínica médica*. São Paulo: Roca, 2006. pp. 4052-4057.

SILVA, Gilvan Ventura da. Representação Social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, S. P.; SILVA, G. V.; LARANJA, A. L. (Orgs.). *Exclusão Social, Violência e Identidade*. Vitória: Flor e Cultura, 2004. pp. 13-30.

SILVA, H. R. A História como “representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Orgs) *Representação: Contribuição a um debate transdisciplinar* (orgs.). Campinas: Papyrus, 2000. pp. 81-100.

SIQUEIRA-BATISTA, R.; SCHRAMM, F. R.: Platão e a medicina. *Hist, ciência. Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.11, nº.3, 2004. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010459702004000300005&script=sci_arttext>.
Acesso em: 01 de janeiro de 2007.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, p. 103-128, 2003.

SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques. O apocalipse das pestes. In: _____. *As epidemias na história do homem*. Lisboa: 70, 1984. pp. 73-114.

STATHAKOPOULOS, Dionysios Ch. The Justinianic Plague. In:_____. *Famine and pestilence in the Late Roman and Early Byzantine Empire: a systematic survey of subsistence crises and epidemics*.: Ashgate Publishing, 2004. pp. 110-154.

STROHMAIER, Gotthard. Réception et tradition: la médecine dans le monde byzantin et arabe. In: GRMEK, Mirko D. (org.). *Histoire de la pensée médicale en occident*. Paris: Du seuil, 1995, pp. 123-150.

TAVARES DE SOUSA, A. *Curso de história da medicina: das origens aos fins do século XVI*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

TOYNBEE, Arnold. *Los griegos: Herencias y raíces*. México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

VALERO GARRIDO, Juan. Belisario, entre la historia y la leyenda. *Erytheia*. Madrid, nº 1, p. 23-33, 1982.

VARGAS, Anderson Zalewski. A concepção de natureza na guerra dos peloponésios e atenienses, de Tucídides. In: *Simpósio Nacional da Associação Nacional de História (20: 1999: Florianópolis) História: fronteiras*. São Paulo: Humanitas, 1999. pp. 83-95.

VASILIEV, Alexander A. *Historia del Imperio Bizantino*. Espanha: Iberia de Barcelona, 1945. Disponível em:
<http://www.holytrinitymission.org/books/spanish/historia_bizancio_vasiliev_1.htm>.
Acessado em: 10 de janeiro de 2007.

VERNANT, Jean Pierre. A Bela Morte e o Cadáver Ultrajado. *Discurso*. São Paulo, v.9, p. 31-62, 1979.

_____. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

VICKERS, Michael. Thucydides 6.53.3-59: not a “digression”. *Dialogues d’histoire ancienne*. Paris, v. 21, nº 1, p. 193-200, 1995.

VOLTAIRE. *Filosofia de la História*. Madrid: Editorial Tecnos, 1990.

WESTLAKE, H.D. Individuals in Thucydides. *American Journal of Philology*. Cambridge, v. 92, nº 1, p. 108-111, 1968.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 7-72.

ZILBERMAN, Regina. Como os gregos se entendiam. In: ROSENFELD, K.H. (org.). *Filosofia e Literatura: o trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. pp. 57-59.